

REVISTA

ISSN 1415-1979

30

2011
outubro

DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

40 ANOS DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

A Estrutura da Dependência

Theotonio dos Santos

Lições da Nossa História

Theotonio dos Santos

Imperialismo e Dependência: Revisitando um Clássico

Carlos Eduardo Martins

ARTIGOS

O capital entre o político e o econômico

Rômulo André Lima

Produtividade, Empregos e Salários no Porto de Santos

Daniel Arias Vazquez

Felipe Melo Assunção

Marx 1857/1858: Além dos Grundrisse

João Antonio de Paula

Vitali Vygotsky: un clásico del marxismo

Jaime Ortega Reyna

Víctor Hugo Pacheco Chávez

RESENHA

Ben Fine e Alfredo Saad-Filho – 'Marx's Capital': Fifth Edition

Tiago Camarinha Lopes

 editora
Plêiade

BRASILEIRA DE
SOCIETATE
ECONOMIA
POLÍTICA



REVISTA

da Sociedade Brasileira de Economia Política

número 30

outubro 2011

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	3
40 ANOS DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA	
A ESTRUTURA DA DEPENDÊNCIA	
THEOTONIO DOS SANTOS.....	5
LIÇÕES DA NOSSA HISTÓRIA	
THEOTONIO DOS SANTOS.....	19
IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA: REVISITANDO UM CLÁSSICO	
CARLOS EDUARDO MARTINS.....	33
ARTIGOS	
O CAPITAL ENTRE O POLÍTICO E O ECONÔMICO	
RÔMULO ANDRÉ LIMA.....	61
PRODUTIVIDADE, EMPREGOS E SALÁRIOS NO PORTO DE SANTOS APÓS A LEI DE MODERNIZAÇÃO PORTUÁRIA	
DANIEL ARIAS VAZQUEZ FELIPE MELO ASSUNÇÃO.....	91
MARX 1857/1858: ALÉM DOS GRUNDRISSE	
JOÃO ANTONIO DE PAULA.....	123
VITALI VYGODSKY: UN CLÁSICO DEL MARXISMO	
JAIME ORTEGA REYNA VÍCTOR HUGO PACHECO CHÁVEZ.....	143
RESENHAS	
BEN FINE E ALFREDO SAAD-FILHO – ‘MARX’S CAPITAL’: FIFTH EDITION	
TIAGO CAMARINHA LOPES.....	165

Conselho Editorial:

Alan Freeman (University of Greenwich)	José Carlos de Souza Braga (UNICAMP)
Alejandro Arandia (UNISINOS)	Leda Maria Paulani (USP)
Alejandro Valle Baeza (UNAM)	Luciano Vassapollo (Università di Roma "La Sapienza")
Anita Kon (PUC-SP)	Luiz Gonzaga de Mello Beluzzo (UNICAMP)
Antonio Maria da Silveira (<i>in memoriam</i>)	Maria de Lourdes Rollemberg Mollo (UNB)
Arturo Huerta (UNAM)	Mário Duayer de Souza (UFF)
Cesare Giuseppe Galvan (UFPB)	Niemeyer Almeida Filho (UFU)
Eleutério Fernando da Silva Prado (USP)	Paulo Nakatani (UFES)
Fabio Petri (Università di Siena)	Paul Singer (USP)
Francisco de Assis Costa (UFPA)	Pedro César Dutra Fonseca (UFRGS)
François Chesnais (Université de Paris XIII)	Reinaldo Carcanholo (UFES)
Fred Moseley (Mount Holyoke College)	Rosa Maria Marques (PUC-SP)
Guido Mantega (FGV-SP)	Theotônio dos Santos (UFF)
João Antônio de Paula (UFMG)	

Sociedade Brasileira de Economia Política — SEP

Paul Singer (USP)	Presidente de Honra
Paulo Nakatani (UFES)	Presidente
Niemeyer Almeida Filho (UFU)	Vice-presidente

Diretores

Eleutério Fernando da Silva Prado (USP)
Fernando Cezar Macedo Mota (UNICAMP)
Fernando Ferrari Filho (UFRGS)
João Ildebrando Bochi (PUC-SP)
João Leonardo de Medeiros (UFF)
João Policarpo Rodrigues Lima (UFPE)
Silvio Antonio Ferraz Cário (UFSC)
Adriana Amado (ANPEC)
Lineu Mafezoli (ANGE)

Editor Responsável

Eleuterio F. S. Prado

Editores Associados

Fernando Ferrari Filho (UFRGS)
Frederico Jayme Katz (UFPE/NEAL-UCP)
João Ildebrando Bochi (PUC-SP)
João Leonardo de Medeiros (UFF)
João Policarpo Rodrigues Lima (UFPE)

Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política
Ano 13 – 2011 – São Paulo: Plêiade, 2011.
ISSN 1415-1979
Economia I. Sociedade Brasileira de Economia Política.
CDD – 330

Endereço para correspondência

Departamento de Economia
Universidade Federal do Espírito Santo
Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras — Vitória ES — CEP
29075-910
Tel. Fax: (27)3335-2611 — www.sep.org.br — sep@sep.org.br
Preço da assinatura anual (três números),
para o Brasil e exterior via superfície:
R\$ 30,00 (para pessoas físicas). R\$ 40,00 (para instituições)
Preço do exemplar avulso: R\$ 20,00
As solicitações de assinaturas e exemplares avulsos podem ser
feitos por meio do correio eletrônico: sep@sep.org.br

Editoração eletrônica:

Elenice Madeira
2011
Editora Plêiade
Rua Apacê, 45 – Jabaquara
São Paulo, SP
CEP 04.347-110
Fones: (11) 2579-9863
www.editorapleiade.com.br
info@editorapleiade.com.br

Apresentação

A *Revista da SEP* – agora com três edições por ano – chega ao número trinta. Este se segue aquele que foi lançado no *XVI Encontro Nacional de Economia Política*, realizado em Uberlândia, Minas Gerais, entre os dias 21 e 24 de junho de 2011. Como a temática principal desse congresso versou sobre os “dilemas do desenvolvimento brasileiro”, dá-se aqui continuidade à homenagem prestada na ocasião ao Professor Theotonio dos Santos, como se sabe, um dos fundadores da teoria da dependência.

Para comemorar os 40 anos do reconhecimento internacional da relevância dessa teoria para compreender o desenvolvimento dos países periféricos do capitalismo mundial, publica-se uma tradução de seu artigo clássico *The structure of dependence*, originalmente saído na *American Economic Review*, em 1970. Para rememorar passagens dessa experiência memorável que foi a luta no plano intelectual para afirmar na América Latina, e mesmo além dela, a importância estratégica dessa teoria crítica do capitalismo dependente, publica-se do mesmo autor o texto *Lições da nossa História*. Completando a homenagem, imprime-se também o texto *Imperialismo e Dependência: Revisitando um Clássico*, em que Carlos Eduardo Martins fornece um panorama geral da obra de Theotonio dos Santos, mostrando as principais teses do livro *Imperialismo e dependência*, assim como a sua relevância atual.

Dentre os artigos publicados, destacamos em primeiro lugar o texto de Rômulo André Lima, que ele próprio denominou de *O capital entre o político e o econômico*. Nesse escrito, é tratada a questão clássica da prioridade do econômico em relação ao político na análise dos sistemas sociais, em particular do modo de produção capitalista. Em seqüência, imprime-se o artigo *Produtividade, Empregos e Salários no Porto de Santos após a Lei de Modernização Portuária*, de Daniel Arias Vazquez e Felipe Melo Assunção, o qual vem a ser um estudo de caso do andamento das relações sociais de assalariamento no capitalismo brasileiro.

Finalmente, para completar este número, publicam-se dois artigos muito interessantes relativos à história do marxismo. O primeiro deles,

de João Antonio de Paula, examina um momento crucial do processo de elaboração das idéias que foram sendo postas no papel por Marx, durante anos a fio, para a interminável tarefa de elaboração de *O Capital*. No texto *Marx 1857/1858: Além dos Grundrisse*, o pesquisador do CEDEPLAR mostra como Marx, nesses dois anos, chegou a uma primeira totalização na compreensão do modo de produção capitalista. Finalmente, publica-se um artigo de dois pesquisadores mexicanos, Jaime Ortega Reyna e Víctor Hugo Pacheco Chávez, sobre o economista russo Vitali Vygotsky, o qual eles consideram um clássico esquecido marxismo soviético.

A estrutura da dependência

Theotonio dos Santosⁱ

Resumoⁱⁱ

Este artigo procura demonstrar que a dependência dos países da América Latina em relação a outros países não pode ser superada sem uma mudança qualitativa em suas estruturas internas e suas relações externas. Pretendemos mostrar que as relações de dependência às quais esses países estão sujeitos conformam-se a um tipo de estrutura internacional e interna que os leva ao subdesenvolvimento ou, mais precisamente, a uma estrutura dependente que aprofunda e agrava os problemas fundamentais de suas populações.

Palavras chaves: teoria da dependência; Theotonio dos Santos; desenvolvimento da América Latina; marxismo latino-americano.

Classificação JEL: B24; B51; O10

O que é a dependência?

Por dependência nos referimos a uma situação na qual a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia à qual está subordinada. A relação

ⁱ Em 1970, o autor pertencia à Universidade do Chile. De volta ao Brasil, radicou-se na Universidade Federal Fluminense.

ⁱⁱ Este artigo expande um estudo preliminar desenvolvido em um projeto de pesquisa sobre as relações de dependência na América Latina, orientado pelo autor no Centro de Estudos Socioeconômicos da Faculdade de Ciência Econômica da Universidade do Chile. A fim de abreviar a discussão de diversos aspectos, o autor viu-se forçado a citar algumas de suas obras precedentes. O autor expressa sua gratidão aos pesquisadores Orlando Caputo e Roberto Pizarro por parte dos dados utilizados e a Sérgio Ramos por seus comentários críticos ao artigo.

Nota do Editor: Tradução do artigo *The structure of dependence*, originalmente publicado na *American Economic Review*, vol. 60(2), 1970, p. 231-236. A publicação desse texto clássico, em português, no presente momento, justifica-se tanto por sua relevância como pela comemoração dos 40 anos da teoria da dependência.

de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio internacional, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e ser auto-sustentáveis, enquanto outros (os dependentes) só podem fazê-lo como um reflexo daquela expansão, o que pode ter um efeito positivo ou negativo sobre seu desenvolvimento imediato (Dos Santos, 1968, p. 6).

O conceito de dependência permite que vejamos a situação interna desses países como parte da economia global. Na tradição marxiana, a teoria do imperialismo foi desenvolvida como um estudo do processo de expansão dos centros imperialistas e de sua dominação mundial. Em um período de movimentos revolucionários no Terceiro Mundo, temos de desenvolver a teoria das leis do desenvolvimento interno nos países que são o objeto dessa expansão e naqueles que são governados por elas. Esse passo teórico transcende a teoria do desenvolvimento que busca explicar a situação dos países subdesenvolvidos como um produto de sua lentidão ou de seu fracasso em adotar os padrões de eficiência característicos dos países desenvolvidos (ou em se “modernizar” ou se “desenvolver”). Embora a teoria do desenvolvimento capitalista admita a existência de uma dependência “externa”, é incapaz de perceber o subdesenvolvimento da maneira como a presente teoria o compreende, como consequência e como parte do processo de expansão global do capitalismo – parte necessária e intrinsecamente vinculada a esse processo.

Ao analisar o processo de constituição de uma economia global que integra as chamadas “economias nacionais” num mercado mundial de mercadorias, capital e, até mesmo, de força de trabalho, vemos que as relações produzidas por esse mercado são desiguais e combinadas – desiguais porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre em detrimento de outras partes. As relações comerciais baseiam-se no controle monopólico do mercado, que leva à transferência do excedente gerado nos países dependentes para os países dominantes; as relações financeiras, do ponto de vista dos poderes dominantes, baseiam-se em empréstimos e na exportação de capital, o que lhes permite receber juros e lucros, aumentando assim seu excedente doméstico e fortalecendo seu controle sobre as economias dos outros países. Para os países dependentes, essas relações representam uma exportação de lucros e juros que leva junto parte do excedente gerado domesticamente e conduz

a uma perda do controle sobre seus próprios recursos produtivos. Para permitir relações tão desvantajosas, os países dependentes têm de gerar grandes excedentes, não por meio da criação de tecnologias de nível mais elevado, mas pela superexploração da força de trabalho. O resultado disto é a limitação do desenvolvimento de seu mercado interno e de sua capacidade técnica e cultural, bem como da saúde moral e física de sua população. Isto se denomina desenvolvimento combinado, pois é a combinação dessas desigualdades e a transferência de recursos dos setores mais atrasados e dependentes aos mais avançados e dominantes o que explica e aprofunda a desigualdade, e a transforma em um elemento necessário e estrutural da economia global.

Formas históricas de dependência

As formas históricas de dependência são condicionadas: (1) pelas formas básicas dessa economia mundial que possui suas próprias leis de desenvolvimento; (2) pelo tipo de relação econômica dominante nos centros capitalistas e pelos modos como estes se expandem, e (3) pelos tipos de relações econômicas existentes nos países periféricos que são incorporados à situação de dependência no âmbito da rede de relações econômicas internacionais gerada pela expansão capitalista. O propósito deste texto não é estudar essas formas detalhadamente, mas somente distinguir características gerais de seu desenvolvimento.

Com base em um estudo precedente, podemos distinguir (1) a dependência colonial, a exportação comercial *in natura*, na qual o capital comercial e financeiro, em associação com o Estado colonialista, dominava as relações econômicas dos europeus e das colônias, por meio de um monopólio comercial complementado pelo monopólio colonial da terra, das jazidas e da força de trabalho (servil ou escrava) nos países colonizados. (2) A dependência financeiro-industrial, que se consolidou ao final do século XIX, caracterizada pela dominação do grande capital nos centros hegemônicos, e sua expansão no estrangeiro mediante o investimento na produção de matérias-primas e produtos agropecuários para consumo nos centros hegemônicos. Desenvolveu-se nos países dependentes uma estrutura produtiva dedicada à exportação de tais

produtos (Levin denominou-os “economias de exportação” (Levin, 1964); sobre outras análises em outras regiões, (Myrdal, 1968; Nkrumah, 1966), gerando aquilo que a CEPAL qualificou de “desenvolvimento voltado para fora” (*desarrollo hacia afuera*) (CEPAL, 1968). (3) No período pós-guerra, consolidou-se um novo tipo de dependência, baseado em corporações multinacionais que começaram a investir em indústrias voltadas ao mercado interno dos países subdesenvolvidos. Esta forma de dependência é basicamente a dependência tecnológico-industrial (dos Santos, 1968a).

Cada uma dessas formas de dependência corresponde a uma situação que condicionou não apenas as relações internacionais desses países, mas também suas estruturas internas: a orientação da produção, as formas de acumulação de capital, a reprodução da economia e, simultaneamente, sua estrutura social e política.

REVISTA Soc. Bras. Economia Política

vol. 30, n. 1, p. 5-18, outubro 2011

As economias de exportação

Nas formas de dependência ‘1’ e ‘2’ supracitadas, a produção volta-se para os produtos destinados à exportação (ouro, prata e produtos tropicais na época colonial; matérias-primas e produtos agrícolas na época da dependência industrial-financeira), isto é, a produção é determinada pela demanda dos centros hegemônicos. A estrutura produtiva interna se caracteriza por uma rígida especialização e pela monocultura em regiões inteiras (o Caribe, o nordeste brasileiro etc.). Junto com esses setores de exportação, surgiram determinadas atividades econômicas complementares (a criação de gado e certas manufaturas, por exemplo) que eram dependentes, em geral, do setor de exportação ao qual vendiam seus produtos. Havia uma terceira economia, de subsistência, que fornecia força de trabalho para o setor de exportação sob condições favoráveis e para a qual a população excedente se transferia em períodos desfavoráveis ao comércio internacional.

Em tais condições, o mercado interno existente era restrito por quatro fatores: (1) a maior parte da renda nacional derivava-se da exportação, e era usada para adquirir os insumos necessários para a mesma (escravos, por exemplo) ou artigos de luxo consumidos pelos proprietários das

haciendas e das minas e pelos funcionários mais abastados. (2) A força de trabalho disponível estava sujeita a formas muito severas de superexploração, o que limitava sua capacidade de consumo. (3) Parte do consumo desses trabalhadores era suprida pela economia de subsistência, que funcionava como um complemento de sua renda e como um refúgio em períodos de depressão econômica. (4) Havia um quarto fator nos países em que as terras e as jazidas estavam nas mãos de estrangeiros (casos de economia de enclave): uma grande parte do excedente acumulado destinava-se a ser remetida ao exterior sob a forma de lucros, limitando não apenas o consumo interno como também as possibilidades de reinvestimento (Baran, 1967). No caso das economias de enclave, as relações das companhias estrangeiras com o centro hegemônico eram até mais exploratórias, acrescentando-se o fato de que as aquisições eram feitas pelos enclaves diretamente no estrangeiro.

A nova dependência

A nova forma de dependência – forma ‘3’ acima citada – está em processo de desenvolvimento e é condicionada pelas exigências dos mercados internacionais de produtos e capitais. A possibilidade de gerar novos investimentos depende da existência de recursos financeiros em moeda estrangeira para a aquisição de maquinário e matérias-primas processadas não produzidas domesticamente. Tais aquisições estão sujeitas a duas limitações: a limitação dos recursos gerados pelo setor exportador (refletida na balança de pagamentos, que inclui não apenas o comércio, mas também relações de serviços) e as limitações do monopólio de patentes que levam as empresas monopolistas a preferir transferir seus maquinários na forma de capital do que como mercadorias para a venda. É necessário analisar essas relações de dependência para compreendermos os limites estruturais fundamentais que impõem ao desenvolvimento dessas economias.

1. O desenvolvimento industrial depende de um setor de exportação para obter moeda estrangeira para adquirir insumos utilizados pelo setor industrial. A primeira consequência dessa dependência é a necessidade de preservar o setor exportador tradicional, o que limita economicamente o

desenvolvimento do mercado interno ao conservar relações retrógradas de produção e que significa, politicamente, a manutenção do poder nas mãos de oligarquias decadentes tradicionais. Nos países em que esses setores são controlados pelo capital estrangeiro, isso significa a remessa de altos lucros para o estrangeiro e a dependência política de tais interesses. Somente em casos raros o capital estrangeiro não controla ao menos a comercialização desses produtos. Em resposta a essas limitações, os países dependentes nas décadas de 1930 e 1940 desenvolveram uma política de restrições cambiais e taxaço do setor exportador nacional e estrangeiro; hoje, tendem à gradual nacionalização da produção e à imposição de algumas tímidas restrições ao controle estrangeiro da comercialização de produtos exportados. Além disso, de modo ainda um tanto acanhado, procuram obter melhores condições para a venda de seus produtos. Em décadas recentes, criaram mecanismos para acordos internacionais de preços, e hoje a UNCTAD e a CEPAL pressionam para obter condições tarifárias mais favoráveis para esses produtos por parte dos centros hegemônicos. É importante destacar que o desenvolvimento industrial desses países depende da situação do setor de exportação, cuja existência permanente são forçados a aceitar.

2. O desenvolvimento industrial é, portanto, fortemente condicionado por flutuações na balança de pagamentos. Isso conduz a um déficit devido às próprias relações de dependência. As causas do déficit são três:

a) As relações comerciais ocorrem em um mercado internacional altamente monopolizado, o que tende a reduzir o preço das matérias-primas e a elevar o preço de produtos industriais, especialmente insumos. Em segundo lugar, há uma tendência, na tecnologia moderna, a substituir diversos produtos primários por matérias-primas sintéticas. Consequentemente, a balança comercial nesses países tende a ser menos favorável (ainda que exibam um excedente geral). A balança comercial geral da América Latina de 1946 a 1968 mostra um excedente em todos os anos. O mesmo ocorre em quase todos os países subdesenvolvidos. Contudo, as perdas em virtude da deterioração dos termos de troca (com base em dados da CEPAL e do Fundo Monetário Internacional), excluindo-se Cuba, foram de 26.383 milhões de dólares no período de 1951 a 1966, tomando-se como base os preços de 1950. Se excluirmos Cuba e Venezuela, o total é de 15.925 milhões.

b) Pelas razões citadas, o capital estrangeiro mantém o controle dos setores mais dinâmicos da economia e repatria um grande volume dos lucros; por conseguinte, os fluxos de capitais são altamente desfavoráveis para os países dependentes. Os dados revelam que o volume de capital que deixa o país é muito maior que a quantia que entra. Isto gera um déficit nos fluxos de capitais que é escravizante. Deve-se acrescentar ainda o déficit em determinados serviços que estão praticamente sob total controle estrangeiro, como transporte de mercadorias, pagamentos de royalties, apoio técnico etc. Consequentemente, produz-se um importante déficit na balança de pagamentos total, limitando assim a possibilidade de importação de insumos para a industrialização.

c) O resultado disso é que se torna necessário o “financiamento estrangeiro”, de duas formas: para cobrir o déficit existente e também para “financiar” o desenvolvimento por meio de empréstimos para o estímulo de investimentos e para “suprir” um excedente econômico interno que foi em grande medida descapitalizado pela remessa, como lucro, de parte do excedente gerado domesticamente.

Desse modo, o capital estrangeiro e o “auxílio” estrangeiro preenchem as lacunas que eles próprios criaram. O valor real desse auxílio é, porém, duvidoso. Se os ônus resultantes das condições restritivas da ajuda forem subtraídos do montante total, o fluxo líquido médio, segundo os cálculos do Conselho Econômico e Social Interamericano, é de aproximadamente 54% do fluxo bruto (CIES, 1969).

Se levarmos em conta ainda os fatos de que uma alta proporção desse auxílio é pago em moedas locais, de que os países latino-americanos fazem contribuições a instituições financeiras internacionais e de que os créditos são muitas vezes “vinculados”, encontramos um “componente real de auxílio estrangeiro” de 42,2%, numa hipótese muito favorável, e de 38,3%, numa avaliação mais realista (CIES, 1969, II-33). A gravidade da situação fica ainda mais clara quando consideramos que esses créditos são usados, em grande parte, para financiar investimentos norte-americanos, para subsidiar importações estrangeiras que competem com os produtos nacionais, para introduzir tecnologias não adaptadas às necessidades dos países subdesenvolvidos e para investir em setores de baixa prioridade das economias nacionais. Em última análise, a verdade é que os países subdesenvolvidos têm de pagar por

todo o “auxílio” que recebem. A situação está gerando um enorme movimento de protesto por parte dos governos latino-americanos, que buscam ao menos uma liberação parcial dessas relações negativas.

3. Por fim, o desenvolvimento industrial é fortemente condicionado pelo monopólio tecnológico exercido pelos centros imperialistas. Vimos que os países subdesenvolvidos dependem da importação de maquinário e de matérias-primas para o desenvolvimento de suas indústrias. Contudo, esses bens não estão livremente disponíveis no mercado internacional; eles são patenteados e, usualmente, pertencem às grandes companhias. Estas não vendem maquinários e matérias-primas processadas como mercadorias simples: elas exigem o pagamento de royalties etc. para essa utilização ou, na maioria dos casos, convertem tais bens em capital, introduzindo-os sob a forma de seus próprios investimentos. Desse modo o maquinário que é substituído nos centros hegemônicos por tecnologias mais avançadas é enviado a países dependentes como capital para a instalação de afiliadas. Detenhamo-nos então para examinar essas relações, a fim de compreender seu caráter opressor e exploratório.

Os países dependentes não têm moeda estrangeira suficiente, pelas razões citadas. Os empresários locais enfrentam dificuldades de financiamento, e têm de pagar pela utilização de determinadas tecnologias patenteadas. Esses fatores obrigam os governos burgueses nacionais a facilitar a entrada de capital estrangeiro para suprir o mercado nacional restrito, que é fortemente protegido por altas tarifas com o objetivo de promover a industrialização. Assim, o capital estrangeiro ingressa com todas as vantagens: em muitos casos, ganha isenção de controles de câmbio para a importação de maquinário, concede-se financiamento para os locais de instalação das indústrias, as agências financiadoras do governo facilitam a industrialização, bancos estrangeiros e domésticos, que têm preferência por esses clientes, disponibilizam empréstimos, auxílios estrangeiros muitas vezes subsidiam tais investimentos e financiam investimentos públicos complementares, e, após a instalação, altos lucros obtidos em circunstâncias tão favoráveis podem ser livremente reinvestidos. Desse modo, não é de surpreender que os dados do Departamento de Comércio dos Estados Unidos revelem que a percentagem de ingresso de capital trazido de fora por tais companhias é apenas uma parcela da quantia total do capital investido. Os dados mostram que, no período entre 1946 e 1967, os novos ingressos

de capital na América Latina para investimento direto chegaram a 5.415 milhões de dólares, enquanto a soma dos lucros reinvestidos foi de 4.424 milhões. Por outro lado, as transferências de lucros da América Latina aos Estados Unidos chegaram a 14.775 milhões de dólares. Se estimarmos os lucros totais como aproximadamente iguais às transferências somadas aos reinvestimentos, temos a soma de 18.983 milhões. A despeito das imensas transferências de lucros aos Estados Unidos, o valor contábil do investimento direto dos Estados Unidos na América Latina passou de 3.045 milhões de dólares, em 1946, para 10.213 milhões, em 1967. Com base nesses dados, fica claro que: (1) dos investimentos feitos por companhias norte-americanas na América Latina no período entre 1946 e 1967, 55% correspondem a novos ingressos de capital, e 45% correspondem a reinvestimento dos lucros; em anos recentes, a tendência está mais acentuada, com os reinvestimentos entre 1960 e 1966 representando mais de 60% dos novos investimentos; (2) as remessas permaneceram em torno de 10% do valor contábil durante todo o período; (3) a razão entre capital remetido e novos ingressos gira em torno de 2,7 no período entre 1946 e 1967 – ou seja, para cada dólar que entra, 2,7 dólares saem. Na década de 1960, essa razão praticamente dobrou, e, em certos anos, foi consideravelmente maior.

Os dados do levantamento *Survey of Current Business* acerca das fontes e usos dos fundos para investimento direto norte-americano na América Latina entre 1957 e 1964 mostram que, de todas as fontes de investimento direto na América Latina, somente 11,8% vieram dos Estados Unidos. O restante é, em grande medida, resultado das atividades das firmas norte-americanas na América Latina (46,4% de renda líquida, 27,7% a título de depreciação), e de “fontes situadas no exterior” (14,1%). É significativo que os fundos obtidos no estrangeiro externos às companhias sejam maiores que os fundos originários dos Estados Unidos.

Efeitos sobre a estrutura produtiva

É fácil compreender, ainda que apenas superficialmente, os efeitos que essa estrutura de dependência tem sobre o próprio sistema produtivo nesses países e o papel dessa estrutura na determinação de um tipo específico de desenvolvimento, caracterizado por sua natureza dependente.

O sistema produtivo nos países subdesenvolvidos é essencialmente dominado por essas relações internacionais. Em primeiro lugar, a necessidade de conservar a estrutura agrária ou de exportação de minérios gera uma combinação entre centros econômicos mais avançados que extraem valor excedente dos setores mais atrasados, e também entre centros internos “metropolitanos” e centros internos “coloniais” interdependentes (Frank, 1968). O caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista no nível internacional é reproduzido internamente de forma aguda. Em segundo lugar, a estrutura industrial e tecnológica responde mais diretamente aos interesses das corporações multinacionais que às necessidades internas de desenvolvimento (concebidas não apenas em termos dos interesses globais da população, mas também do ponto de vista dos interesses de um desenvolvimento capitalista nacional). Em terceiro lugar, a mesma concentração tecnológica e econômico-financeira das economias hegemônicas é transferida sem uma alteração substancial a diferentes economias e sociedades, dando origem a uma estrutura produtiva altamente desigual, uma alta concentração da renda, o subaproveitamento da capacidade instalada, intensa exploração dos mercados existentes concentrados nas grandes cidades etc.

A acumulação de capital em tais circunstâncias assume suas próprias características. Em primeiro lugar, caracteriza-se por profundas diferenças entre os níveis salariais domésticos, no contexto de um mercado de trabalho local de baixo custo, combinado com uma tecnologia de capital intensivo. O resultado disso, do ponto de vista do valor excedente relativo, é um alto grau de exploração da força de trabalho. (Sobre a medição das formas de exploração (Casanova, 1969)).

Essa exploração é ainda mais agravada pelos altos preços dos produtos industrializados, impostos pelo protecionismo, pelas isenções e pelos subsídios concedidos pelos governos nacionais, e pelo “auxílio” fornecido pelos centros hegemônicos. Além disso, uma vez que a acumulação dependente está necessariamente vinculada à economia internacional, é profundamente condicionada pelo caráter desigual e combinado das relações econômicas capitalistas internacionais, pelo controle tecnológico e financeiro dos centros imperialistas, pelas realidades da balança de pagamentos, pelas políticas econômicas do Estado etc. O papel do Estado no crescimento do capital nacional e estrangeiro merece uma análise mais completa do que se poderia realizar aqui.

Tendo como ponto de partida a análise aqui apresentada, é possível compreender os limites que esse sistema produtivo impõe ao crescimento dos mercados internos desses países. A sobrevivência das relações tradicionais na região rural é uma séria limitação ao tamanho do mercado, uma vez que a industrialização não oferece perspectivas promissoras. A estrutura produtiva criada pela industrialização dependente limita o crescimento do mercado interno.

Em primeiro lugar, essa estrutura submete a força de trabalho a relações altamente exploratórias que restringem seu poder aquisitivo. Em segundo lugar, ao adotar uma tecnologia de uso intensivo do capital, cria muito poucos empregos em comparação com o crescimento da população e limita a geração de novas fontes de renda. Essas duas limitações afetam o crescimento do mercado de bens de consumo. Em terceiro lugar, a remessa de lucros ao estrangeiro leva embora parte do excedente econômico gerado no país. De todas essas maneiras são impostos limites à possível criação de indústrias de base nacionais que possam suprir o mercado com os bens de capital que tal excedente possibilitaria se não fosse remetido ao exterior.

Com base nessa breve análise, vemos que o suposto atraso dessas economias não se deve a uma falta de integração com o capitalismo, mas que, pelo contrário, os mais poderosos obstáculos ao seu pleno desenvolvimento provêm da maneira como estão inseridas nesse sistema internacional e das leis de desenvolvimento desse sistema.

Algumas conclusões: a reprodução dependente

A fim de compreender o sistema de reprodução dependente e as instituições socioeconômicas criadas por ele, é preciso entendê-lo como parte de um sistema de relações econômicas globais baseado no controle monopolista do capital de grande escala, no controle de determinados centros econômicos e financeiros sobre outros, no monopólio de uma tecnologia complexa que conduz a um desenvolvimento desigual e combinado nos níveis nacional e internacional. Tentativas de analisar o atraso como uma falha em assimilar modelos mais avançados de produção ou em modernizar-se não são mais que ideologia disfarçada

de ciência. O mesmo é verdade acerca das tentativas de analisar essa economia internacional em termos das relações entre elementos em livre competição, como a teoria dos custos comparativos, que procura justificar as desigualdades do sistema econômico mundial e ocultar as relações de exploração nas quais se baseia (Palloix, 1969).

Na verdade, só podemos entender o que está ocorrendo nos países subdesenvolvidos quando percebemos que se desenvolvem dentro do esquema de um processo de produção e reprodução dependente. Esse sistema é dependente porque reproduz um sistema produtivo cujo desenvolvimento é restringido por aquelas relações mundiais que necessariamente conduzem ao desenvolvimento de apenas alguns setores econômicos, ao comércio sob condições desiguais (Emmanuel, 1969), à competição doméstica com o capital internacional sob condições desiguais, à imposição de relações de superexploração da força de trabalho doméstica, visando dividir o excedente econômico assim gerado entre as forças de dominação internas e externas. (Sobre o excedente econômico e sua utilização nos países dependentes (Levin, 1964)).

Ao reproduzir esse sistema produtivo e essas relações internacionais, o desenvolvimento do capitalismo dependente reproduz os fatores que o impedem de alcançar uma situação vantajosa nacional e internacionalmente, e, assim, reproduz o atraso, a miséria e a marginalização social em seu território. O desenvolvimento que ele produz beneficia setores muito restritos, enfrenta implacáveis obstáculos internos ao crescimento econômico constante (com referência aos mercados interno e externo) e conduz ao progressivo acúmulo de déficits na balança de pagamentos, o que, por sua vez, gera mais dependência e mais superexploração.

As providências políticas propostas pelos desenvolvimentistas da CEPAL, UNCTAD, BID etc. não parecem permitir a destruição desses terríveis grilhões impostos pelo desenvolvimento dependente. Examinamos as formas alternativas de desenvolvimento apresentadas para a América Latina e os países dependentes em condições similares alhures (Dos Santos, 1969). Tudo agora indica que o que se pode esperar é um longo processo de intensos confrontos políticos e militares e de profunda radicalização social que levarão esses países a um dilema: governos da força que abram caminho para o fascismo ou governos revolucionários populares que

abram caminho para o socialismo. As soluções intermediárias mostraram-se, nessa realidade tão contraditória, vazias e utópicas.

Tradução de Luciana Pudenzi

Abstract

This paper attempts to demonstrate that the dependence of Latin American countries on other countries cannot be overcome without a qualitative change in their internal structures and external relations. We shall attempt to show that the relations of dependence to which these countries are subjected conform to a type of international and internal structure which leads them to under-development or more precisely to a dependent structure that deepens and aggravates the fundamental problems of their peoples.

Key words: Dependency theory; Theotonio dos Santos; Latin-american development; Latin-American marxism.

Referências

- Baran, Paul – Political Economy of Growth. In: Monthly Review Press, 1967.
- Balogh, Thomas – Unequal Partners. Basil Blackwell, 1963.
- Casanova, Pablo Gonzalez – Sociología de la explotación. Mexico: Siglo XXI, 1969.
- CEPAL – La CEPAL y el Análisis del Desarrollo Latinoamericano. Santiago de Chile: CEPAL, 1968.
- Consejo Interamericano Economico Social (CIES) – O.A.S., Interamerican Economic and Social Council – External Financing for Development in Latin America. In: El Financiamiento Externo para el Desarrollo de América Latina. Washington: Pan-American Union, 1969.
- Dos Santos, Theotônio – El nuevo carácter de la dependencia. In: Boletín del CESO. Santiago de Chile, 1968a.
- – La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina. In: Boletín del CESO, nº 3. Santiago de Chile, 1968b.

- – La dependencia económica y las alternativas de cambio en América Latina. In: IX Congreso Latinoamericano de Sociología. México, nov. 1969.
- Emmanuel, Aguirre – L'Echange Inegal. Paris: Maspero, 1969.
- Frank, Andre Gunter – Development and Underdevelopment in Latin America. In: Monthly Review Press, 1968.
- Levin, I. V. – The Export Economies. Harvard University Press, 1964.
- Myrdal, Gunnar – Asian Drama. Pantheon, 1968.
- Nkrumah, K. – Neocolonialismo, última etapa del imperialismo. México: Siglo XXI, 1966.
- Palloix, Cristian – Problèmes de la Croissance en Economie Ouverte. Paris: Maspero 1969.

Lições da nossa História

Theotonio dos Santos

Resumo

O texto contém as notas coligidas e empregadas pelo próprio autor em sua conferência, apresentada em tom pessoal, por ocasião da comemoração dos 40 anos da *Teoria da Dependência*, evento especial do XVI Encontro Nacional de Economia Política, realizado em Uberlândia, entre 21 e 24 de junho de 2011. Nele são apresentados alguns elementos da história dessa teoria tão influente nas desventuras dos povos da América Latina. Em especial, são apresentados elementos de sua própria trajetória intelectual no processo de desenvolvê-la como forma de luta intelectual contra a opressão capitalista e imperialista na América Latina.

Palavras chaves: teoria da dependência; Theotonio dos Santos; desenvolvimento da América Latina; marxismo latino-americano.

Classificação JEL: B24; B51; O10

Em 2003, André Gunder Frank, sentindo a proximidade de sua morte, convidado a participar num histórico encontro da REGGEN no Rio de Janeiro, insistiu em ir até Brasília onde fez, na UnB, importantes declarações sobre as origens da teoria da dependência. Convidado por Darcy Ribeiro a lecionar na recém criada UnB, Frank estabeleceu ali o contato comigo, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini, o que marcou profundamente nossas vidas. Ali ele ofereceu um seminário sobre o “estrutural funcionalismo”, corrente metodológica e de pensamento que dominava as ciências sociais da época e que ele conheceu muito de perto como aluno destacado da Universidade de Chicago, sede desta corrente. Para ele, tal como afirmou nessa conferência histórica, infelizmente não foi gravada, foi neste período em que se forjou a “teoria da dependência”, pois, em nossos debates, aprofundamos a crítica da teoria do desenvolvimento dominante, expressada em clássicos como Rostov (por sinal, seu colega na Universidade de Chicago).

Enquanto a principal referência crítica de Frank era a seminal *Economia Política do Crescimento* de Paul Baran, nós estávamos repassando a leitura de *O Capital*, num seminário onde, além dos três companheiros que Frank contava como seus discípulos, participavam Perseu Abramo, José Albertino Rodrigues, Luiz Fernando Victor, Teodoro Lamounier e outros professores da UnB.

Ao mesmo tempo, Ruy Mauro organizava outro seminário de ciência política num departamento dirigido por Victor Nunes Leal, na época já ministro do Supremo Tribunal, que participava, sempre espremido pelo tempo, nas nossas incursões na história do pensamento político liberal e marxista. Tanto Ruy como eu tínhamos uma relação especial com Guerreiro Ramos e o grupo do ISEB. Lembremo-nos que Álvaro Vieira Pinto dirigia nesta época o ISEB e criara a coleção dos *Cadernos do Povo Brasileiro* para a qual preparei o sexto livro sobre os inimigos do povo brasileiro. O ISEB era uma referência fundamental do pensamento social brasileiro.

Não se deve esquecer também que Darcy Ribeiro fez nesta época um convênio com a CEPAL para oferecer uma versão condensada do seu curso sobre desenvolvimento econômico, junto com o grupo que Aníbal Pinto organizara no Brasil: Conceição Tavares, Carlos Lessa e Antonio Barros de Castro, entre outros. O debate com este projeto de uma teoria do subdesenvolvimento fora outra experiência muito rica que completava em grande parte o quadro das ciencias sociais no Brasil (faltou o grupo de São Paulo, com Florestan Fernandez à frente que eu e Vânia havíamos conhecido e estudado bastante na Faculdade de Economia da Universidade de Minas Gerais e que trazia a ambição de produzir uma síntese entre Marx, Weber e Durkheim). Nunca esquecer que a curta experiência da UnB produzia experiências similares noutros campos: na física, nas artes plásticas, na música, na matemática estávamos cercados do melhor do pensamento e da criação estética brasileira numa rica convivência num campus universitário planejado por Oscar Niemeyer que, além disto, dirigia o Instituto de Artes.

Nesta mesma época, o Brasil explodia intelectual e artisticamente o *Movimento de Cultura Popular da UNE*, com o qual convivíamos estreitamente, o teatro do oprimido, a pedagogia do oprimido do querido Paulo Freire, o *Movimento das Ligas Camponesas* e o *Movimento de*

Cultura Popular que vinham de um Nordeste em ebulição, a bossa nova, o movimento concretista, o teatro brasileiro de comédia, o cinema novo, etc. O Brasil explodia de criatividade, ao mesmo tempo em que avançava democrática e economicamente.

É evidente que neste país pujante não havia lugar para uma ciência social puramente repetitiva dos padrões e das preocupações dos centros de poder da época. Esta inquietação chamava por uma proposta radical de revisão crítica das ciências sociais e humanas em geral e, sem dúvida, a *Universidade de Brasília* era um cenário privilegiado deste processo. André Gunder Frank tinha, pois, razão ao resgatar este momento e agregá-lo na história da teoria da dependência, como o seu verdadeiro ponto de partida.

Mas o passo mais definitivo vai ocorrer no Chile. A derrubada do governo Goulart no Brasil e a imposição de um governo comandado por militares e apoiado, sobretudo, nas forças armadas como instituição – e não em caudilhos militares – chamava a atenção dos estudiosos da América Latina para a emergência de um fenômeno político novo. De fato, a doutrina da contra-insurreição dos Estados Unidos se converteu numa doutrina de intervenção militar na economia e política dos países em desenvolvimento.

Constituíram-se, assim, governos profundamente comprometidos com as corporações multinacionais, com apoio do FMI e do Banco Mundial, das embaixadas norte americanas e dos serviços de inteligência daquele país. Tratava-se de uma ofensiva articulada com as “elites” nacionais aterrorizadas com a ameaça de governos populares nacional-democráticos. O caso de Cuba havia demonstrado inclusive que estas propostas limitadas de melhoria econômica estavam subordinadas à possível eficácia de governos determinados a transformar sua base política substancialmente na direção de uma economia e sociedade socialista.

O programa da *Unidade Popular* chilena assumia estas duas experiências e se propunha a destruir os grandes monopólios e substituí-los por empresas públicas, estatais ou cooperativas ou empresas mistas. Era a primeira vez na história que um governo eleito se propunha a iniciar uma transformação socialista da economia e da sociedade. Projetaram-se para toda a América Latina propostas socialistas de transformação

social mostrando a correção das análises que eu colocara no meu livro de 1967, *Socialismo o Fascismo: El dilema de América Latina*. Ali demonstrava que as novas condições da acumulação de capital em curso na região obrigavam a recorrer a governos de direita baseados no terror de Estado, os quais eu considerava fascistas na medida em que definia o fascismo como “governos de terror do grande capital”.

Num prólogo a uma prometida edição brasileira deste livro muito citado, mas quase totalmente desconhecido no país, coloquei a questão de sua atualidade.

Nos anos 70, a região foi contaminada por regimes de direita apoiados no uso massivo do terror de Estado a serviço não do latifúndio tradicional ou mesmo dos exportadores mineiros e sim do grande capital multinacional que buscava criar uma nova fase de acumulação de capital. Em algumas partes mais avançadas no desenvolvimento industrial como o Brasil, o capital financeiro assumia a liderança deste processo que se complicava com a gigantesca dívida pública forjada pelos compromissos destes regimes com os interesses das multinacionais.

De outro lado, regimes dominados por militares nacionalistas como a revolução peruana, estabelecido em 1968, se propunham a conduzir seus países para o socialismo como única forma de assegurar uma acumulação de capital capaz de superar as mazelas históricas desta situação histórica de dependência estrutural.

Em julho de 1965, depois do golpe de Estado de 1964 no Brasil, publiquei um artigo na *Revista Civilização Brasileira* (nº 31); nele, chamava a atenção sobre a necessidade de analisar este golpe de Estado como parte um movimento histórico mais geral que introduzia a ideologia fascista na configuração de uma nova etapa histórica do capitalismo¹. A tese principal desse artigo afirmava que o golpe de 1964 não era simplesmente, como se pensava, uma reação das forças sociais ligadas ao antigo modelo econômico primário-exportador, contra o avanço da industrialização e dos novos protagonistas sociais que ela trazia através da “substituição de importações”.

Portanto, tratava-se de provar que ele não era simplesmente um golpe militar reacionário e sim uma nova etapa da dominação do grande capital internacional sobre nossa economia. Esta dominação impunha

ao país um modelo de desenvolvimento que aprofundava nossa dependência das corporações multinacionais, aumentava a concentração econômica e rompia mais ou menos fortemente com o velho latifúndio improdutivo para implantar o capitalismo no campo, expandia uma urbanização dependente do capitalismo internacional, e aprofundava uma brutal exclusão ou, como dizíamos na época, uma marginalização social. Já naquele momento chamávamos a atuação para a dificuldade política de conciliar este tipo de desenvolvimento com a democracia.

O projeto modernizador do grande capital internacional apelava para as elites modernizadoras e se sustentava no poder militar como o setor mais organizado e disciplinado destas elites.

Duas complicações saíam desta primeira aproximação de uma nova interpretação do golpe de 1964 que, como dissemos, entrava em confronto mais ou menos claro com as análises dominantes do processo de desenvolvimento.

Primeiramente, ficava claro que estávamos antecipando no Brasil uma tendência internacional, que partia dos centros de poder mundial (comandada pelos Estados Unidos) e se expandia, sobretudo, nas regiões periféricas e semi-periféricas do sistema capitalista mundial. Inaugurava-se uma nova fase política na qual o capital internacional e os capitais locais se uniam para garantir um processo de modernização profundamente antipopular. Pouco tempo depois, nosso companheiro na direção da *Política Operária*², Ruy Mauro Marini, publicaria, no exílio ao qual fomos obrigados, no Chile, no México e outros países, sua análise do sub-imperialismo brasileiro que reforçava este enfoque ao destacar que a expansão do capitalismo industrial brasileiro dava origem à implantação do capital financeiro no país e criava em consequência a tendência à expansão imperialista. Contudo, esta tendência estava contida num contexto internacional no qual o Brasil estava subjugado ao domínio do capital imperialista internacional. Estas tendências imperialistas convertiam-se, assim, num sub-imperialismo que se refletia muito bem, politicamente, nas propostas geopolíticas do general Golbery do Couto e Silva, planejador principal, dentro do Brasil, do golpe de 1964 e do regime que buscava impor no país.

Nossas teses, desenvolvidas em comum, posteriormente, colocavam a necessidade de situar o movimento repressivo triunfante

em 1964 no contexto da expansão do capitalismo mundial e como expressão de sua cara dependente e não nas interpretações que o atribuíam às sobrevivências do feudalismo ou ao atraso econômico.

Em segundo lugar, apontávamos, uma vez mais, para a emergência de um movimento operário³ e um movimento popular de novo tipo que tinha sua base social no avanço do capitalismo nos países periféricos, particularmente na expansão do capitalismo industrial e financeiro nestas áreas da economia mundial.

Esta emergência de um novo proletariado industrial, somada à crise do campesinato tradicional devido à introdução massiva do capitalismo no campo; a criação e expansão das populações chamadas marginais ou uma espécie de subproletariado nos grandes centros urbanos; assim como a afirmação de uma classe média sedenta de modernidade e, em geral, dependente dos empregos gerados pelo desenvolvimento econômico (em particular o movimento estudantil refletia esta aspiração de jovens de classe média de converter-se em profissionais modernos, em consonância com o desenvolvimento econômico-social); dentro desta classe média a expansão dos corpos militares que se identificavam com estas aspirações modernizadoras; por fim, a posta em marcha por um movimento feminista que afirmava a libertação de mulher do passado patriarcal e sua Integração no projeto de modernização sócio-econômico em marcha, tudo isto formava um novo quadro socioeconômico que enquadrava as lutas sociais do período.

Contudo, este conjunto de forças sociais emergentes não cabia no medíocre caminho de um capitalismo dependente, concentrador e excludente. Elas tendiam a aliar-se com as reivindicações nacionalistas, socialmente avançadas, que a classe trabalhadora em ascensão impulsionava. Do lado da classe dominante, mesmo do novo setor industrial nacional, tendia-se à repressão e a garantir uma acumulação de capital subordinada ao capital internacional, para conter o lado popular desta nova fase do capitalismo. Ao constatar a vacilação das classes dominante, erguia-se um processo de radicalização política e social das amplas camadas populares e de importantes setores de classe média.

Estavam configurados assim os elementos do meu trabalho posterior que recebeu sua forma final no livro sobre *Socialismo ou Fascismo: O Dilema da América Latina*. O qual se articulou posteriormente com

os nossos estudos sobre o novo caráter da dependência, dando origem à versão mais ampla que corresponde a esse prólogo, sob o título de *Socialismo ou Fascismo: o Novo Caráter da Dependência e o Dilema Latino-americano*.

Trata-se de uma história intelectual profundamente implicada no processo socioeconômico que pretendíamos explicar:

Depois de completar, no princípio de 1964, minha dissertação de mestrado no departamento de Ciências Políticas da Universidade de Brasília, *Classes Sociais no Brasil: os Proprietários*⁴ – após ter sido demitido na UnB e condenado pelo tribunal de exceção de Brasília a quatro anos de prisão, me encontrava na clandestinidade em São Paulo, entre 1964 e 1966 – iniciei um estudo aprofundado sobre a economia internacional que deu origem a um livro sobre a crise brasileira que entreguei à Editora Civilização Brasileira, que havia publicado meu primeiro livro⁵ sobre *Quais são os Inimigos do Povo*, com excelente venda para época.

Enio Silveira, diretor e alma dessa editora heróica, uma das poucas que continuava a editar literatura de esquerda sob o regime militar, me informou, um pouco antes do meu exílio em 1966, que o livro recebera três pareceres excepcionalmente muito contraditórios. Um parecerista o recomendava entusiasticamente enquanto outro se opunha radicalmente à sua publicação e um terceiro se colocava neutro. Vetada assim a sua publicação no Brasil só fui a retomar o livro já no exílio, no Chile, em 1966.

Foi nesta oportunidade que comecei a verificar que o processo antidemocrático na política, contrário às reformas estruturais no econômico que se apresentava no Brasil, era uma amostra do que tendia a ocorrer em toda a América Latina. O golpe de Onganía na Argentina apontava na mesma direção. Mais tarde pude observar que se tratava de uma tendência geral no Terceiro Mundo. Em 1966, a sangrenta derrubada de Sukarno na Indonésia mostrava que esta tendência se apresentava cada vez de maneira mais dramática. A ultra-direita brasileira já anunciava esta constatação e enchia os muros do país com as inscrições que chamavam a uma Jacarta no Brasil (mencionava-se, assim, a capital da Indonésia, cujo golpe militar tinha assassinado perto de um milhão de pessoas).

Foi assim que pude elaborar a argumentação básica deste livro que foi publicado primeiramente no Chile, e depois em edições

clandestinas em toda América Latina⁶. Em 1966, iniciei no *Centro de Estudios Socioeconómicos* da Universidade do Chile (CESO) uma ampla pesquisa sobre relações de dependência⁷ e publiquei, em 1967, um caderno do CESO sobre *O Novo Caráter de Dependência*, no qual aprofundei muitas das teses incorporadas à primeira versão de *Socialismo ou Fascismo*.

Dado o êxito deste livro, editores italianos me pediram para publicar uma edição mais ampla do mesmo. Assim, resolvi unir os dois livros com várias modificações dando origem a um novo livro que assumiu o título de *Socialismo o Fascismo: El nuevo carácter de la Dependência y el Dilema Latinoamericano*. Ele foi publicado em 1969, em Santiago do Chile, pela editora PLA. Imediatamente se publicou na Argentina uma edição da Editorial Periferia que se converteu em texto básico da Universidade de Buenos Aires. Outras edições “piratas” foram publicadas em vários países.

Na Itália, este livro foi editado por Jaca Book sob o título de *Struttura politico economica della Crisi latinoamericana*, como parte da coleção *Saggi per una conoscenza della transizione*. Nesta coleção, reuniam-se os livros de Samir Amin, Hosea Jaffe, Andre Gunder Frank e outros que anunciavam um novo enfoque da economia política, capaz de pensar um processo capitalista de acumulação mundial e, conseqüentemente, um longo processo global de transição para o socialismo. Segundo o autor da “nota da edição” do livro *A face interna dos países da América Latina*, este não é uma conseqüência de fatores externos e sim um modo peculiar de estruturação da acumulação em escala mundial. Nesta nota editorial, chamava-se a atenção para dimensão global do meu enfoque e o quanto ele é parte da articulação de uma teoria do sistema mundial que Inmanuel Wallerstein vai protagonizar na década de 70 e 80, sem deixar de reconhecer a sua dívida para com os trabalhos meus e de Andre Gunder Frank⁸.

Já, em 1977, Maria Patrícia Fernandez Kelly, da Rutgers University, mostrava, num número especial de uma influente publicação dos cientistas sociais radicais norte-americanos, a relação entre minhas reflexões sobre socialismo ou fascismo e a teoria do sistema mundial e mais especificamente, com as reflexões do grupo althusseriano⁹.

Apesar de algumas incompreensões sobre a minha visão do fascismo em geral e particularmente nas condições de dependência,

Kelly terminou por aceitar que “ambos os trabalhos (o meu e o de Poulantzas) deveriam ser considerados como tentativas sérias de entender a organização interna das formações sociais, assim como dos fatores externos que as afetavam. Assim, escreveu: “Poulantzas e Dos Santos nos entregaram informação sobre a dinâmica do capitalismo (e do imperialismo) desde uma perspectiva macroestrutural”. Ela esperava que aprofundássemos nosso enfoque do imperialismo e do capitalismo mundial. Meu livro *Imperialismo y Dependência* buscava preencher em parte esta lacuna e, da mesma forma, meus trabalhos posteriores sobre a revolução científico-técnica e a crise capitalista mundial¹⁰.

Em 1978, Enrique Dussel, cuja obra teórica vinha ganhando dimensões cada vez mais profundas¹¹, pediu-me para preparar uma edição mexicana de *Socialismo o Fascismo*, a qual se publicou neste mesmo ano (esgotando-se rapidamente).

Estávamos no auge da barbárie fascista na região. Pinochet no Chile e os militares de direita argentinos aproximavam muito densamente nossa experiência política do que havíamos caracterizado como um fascismo dependente. Por outro lado, experiências como o governo Allende no Chile nos aproximavam claramente de uma perspectiva socialista na região. Infelizmente, os dados reforçavam o perigo da ameaça fascista. Daí que eu afirmasse no prólogo à edição mexicana que “teria preferido mil vezes ter me equivocado”.

A edição mexicana incorporou várias atualizações que buscavam desenvolver as teses centrais do livro. Hoje, 33 anos depois, parece que nossas análises teriam sido superadas. De um lado, o fascismo foi desarmado por uma vasta frente, a qual incluiu a política externa norte americana. Contudo eu já anunciava esta tendência a partir de 1973. O governo dos Estados Unidos e os seus formuladores da sua política internacional já começaram a duvidar das vantagens de sua política de governos militares de segurança nacional, desde 1968, quando o grupo pró-estadunidense que comandava o golpe de Estado no Brasil foi afastado do poder pelos chamados militares nacionalistas de direita com “o golpe dentro do golpe” em 1968. Para surpresa das camadas liberais e dos próprios golpistas, a “eleição” realizada dentro das forças armadas para indicar o novo presidente escolheu o general Albuquerque Lima, o qual era considerado um nacionalista radical pró-peruano. A junta

militar desrespeitou o resultado da consulta interna e rejeitou o general Albuquerque Lima com a cínica justificativa de que este general tinha somente três estrelas e não podia comandar generais de quatro estrelas.

Na verdade, a auto designada “revolução” revelou a existência de uma corrente militar majoritária nacionalista, anti-imperialista e até com tendências socialistas que se espraiava por toda América Latina. Um exemplo: o general Mercado Jarrin, criador do CINANOS, que pretendia criar um movimento ideológico popular dentro da revolução Peruana, em entrevista para o semanário Chile Hoy, no Chile de Allende, me indicou como a sua principal influencia intelectual. Este livro, *Socialismo o Fascismo*, era um dos que circulavam na formação da elite militar peruana. Desta forma, o general Velasco Alvarado era líder não só de um processo de transformação social e econômico fundamental, mas pretendia levar às últimas conseqüências o processo revolucionário que iniciara. O Pentágono não entendia o que se passava. Diga-se de passagem, que grande parte da esquerda latino-americana também não entendia.

Por isso, o politólogo Einaudi veio analisar esta situação para a Rand Corporation, em 1969. Sua conclusão foi muito clara: as forças armadas estavam em geral comprometidas com objetivos de segurança nacional, os quais entravam em choque com as empresas transnacionais cujos interesses fundamentavam a política e a ideologia da doutrina de segurança nacional do Pentágono. As forças armadas se revelaram assim um perigoso aliado que havia de fazer voltar aos quartéis. Os acontecimentos na Argentina precipitaram estas constatações. A retomada das Malvinas pelo governo militar de direita foi respondida com decisão pelos Estados Unidos apoiando incondicionalmente a ação militar inglesa que retomou as Malvinas com violência implacável.

A direita militar viu, assim, romper em pedaços sua base ideológica: a doutrina da segurança militar interamericana americana. Como as forças populares haviam afirmado várias vezes a doutrina Monroe “as Américas para os Americanos” que servira de base ao Acordo militar do pós-guerra era falsa. Os imperialistas estadunidenses eram aliados incondicionais de seus amigos dos países desenvolvidos, onde estava a maior parte dos seus investimentos.

Estava lançada definitivamente a semente da discórdia. A direita militar saía do controle dos Estados Unidos. Renascia o nacionalismo

militar com Torrijos, no Panamá, com Torres na Bolívia e tantos outros que pareciam fugir totalmente do controle norte americano. Segundo nossas análises, esta era a razão para os Estados Unidos buscarem um novo rumo político na região. Surgiriam então os processos de “abertura democrática” que teve no Brasil uma prática mais coerente. Tratava-se de estabelecer processos de reforma constitucional, devidamente controladas, que pregavam o restabelecimento de “democracias” liberais com exclusão dos movimentos populistas, comunistas e socialistas. Contudo as “aberturas” políticas não puderam circunscrever-se a este plano “moderado”. Os processos políticos da região foram assumindo um caráter democrático cada vez mais radical e criaram-se as condições para movimentos políticos regionais muito mais à esquerda do que se pretendia.

A assembléia constituinte no Brasil foi um começo de rebelião que conduziu no seu final a um reagrupamento da direita (chamado “centrão”) que evitou que se pusesse em prática grande parte das propostas constitucionais mais radicais. Foi necessária uma nova união da direita com o centro para inviabilizar a regulamentação de vários capítulos constitucionais.

Por toda parte se pretendeu manter a região sob domínio deste tipo de frentes que teve na “Concertación” chilena (união entre os socialistas e os democratas cristãos) um de seus modelos mais recomendados. Os modelos foram, contudo, rompendo-se pouco a pouco na década de 90 e, no início do novo milênio, o movimento popular retomou a ofensiva na América Latina.

A situação se fez mais grave na ponta do processo democrático latino americano: na Venezuela, que alcançara uma democracia aparentemente estável em 1958, aparece um líder militar com forte suporte de massas que, eleito para presidente em 1998, depois de quatro anos de tentativas de negociação de um processo de transformações moderadas, mas conseqüentes enfrenta um golpe de Estado e vê-se na condição de radicalizar seu governo e retoma o socialismo como meta histórica. O comandante Hugo Chávez inicia uma polarização regional na direção do socialismo, ideal que a direita e o próprio centro pensavam haver eliminado. O líder republicano Thiers anunciou o “fim do comunismo” depois que suas tropas (apoiadas pelos invasores alemães!) afogaram em sangue a Comuna de Paris. Quantos monarquistas não tinham já

anunciado o fim da democracia liberal e da República com a derrota da Revolução Francesa, no princípio do século XIX? Quantos agora não nos anunciam o fim da história... e portanto do socialismo e da dialética? Quantos não anunciaram o fim do dilema entre socialismo ou fascismo?

Que os leitores brasileiros saibam que este livro não foi traduzido em português como a maior parte da minha obra produzida no exílio. Não havia clima para estas análises tão cruas e tão marcadas por um horizonte histórico pós-capitalista. As coisas começam a mudar numa América Latina que apresenta um quadro de forças de esquerda em ascensão, enquanto medidas contra-revolucionárias avançam em várias partes anunciando confrontações perigosas para uma região que aspira sua unidade e integração. Esta só será possível, contudo, num contexto de avanço democrático, com a afirmação da soberania nacional de cada país e da independência de toda região.

A questão “socialismo ou fascismo” está outra vez no horizonte ideológico da região.¹² Talvez a leitura deste livro possa ajudar a compreender porque este quadro se esboça outra vez no continente. Agora, com mais força e profundidade, apesar de todos os recuos ideológicos implantados pelo terror econômico, político e intelectual que o chamado “pensamento único” neoliberal implantou, apoiado nas botas dos militares que traíram seu compromisso patriótico. O nosso povo ressurgiu das cinzas e se coloca outra vez no centro de nossa história, colocando-se mais além da ofensiva anterior, pois a reação não aceitou as mais moderadas conquistas das camadas populares e tem na repressão o seu único e definitivo instrumento para conservar o poder.

Queiramos ou não, os ataques da direita conduzem ao radicalismo, fazendo ruir nossas esperanças de mudanças pacíficas sem maiores violências de ambas as partes. O importante é a união das grandes majorias e sua disposição de avançar firmemente para uma sociedade mais justa e humana. Os inimigos determinarão a forma que assumirá esta luta à qual os povos não podem renunciar como condição para garantir o futuro da humanidade.

Abstract

The text contains the notes collected and used by the author for his personalized lecture presented on the occasion of the commemoration of 40 years of Dependency

Theory, special event of the XVI National Meeting of Political Economy, held in Uberlândia, between 21 and 24 June 2011. Besides, this paper presents some elements of this theory history so remarkable in the misadventures of Latin America's people. In particular, it presents some elements of his own intellectual trajectory in the process of developing the main ideas of Dependency Theory, a form of intellectual struggle against capitalist and imperialist oppression in Latin-America.

Keywords: Dependency Theory; Theotonio dos Santos; Latin-American development, Latin-American Marxism.

Notas

¹ Theotonio Júnior, *A Ideologia Fascista no Brasil*. In: *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n° 3, p. 51-64. Na primeira fase de minha atividade literária, assinava Theotonio Júnior. Somente a partir do meu exílio, em 1966, passei a assinar Theotonio dos Santos. Este artigo foi publicado em castelhano no semanário uruguaio *Marcha*, de grande difusão em toda a região.

² Em 1966, Ruy Mauro Marini se exilou no México depois de sair da prisão, realizada pelo CENIMAR (centro de inteligência da Marinha brasileira), em 1965. Além da sua publicação no México, foi editado no Chile na revista do Partido Socialista Chileno.

³ Ver Theotonio Júnior – O movimento operário no Brasil. In: *Revista Brasiliense*, n° 39, jan-fev. 1962.

⁴ Este trabalho só foi editado em espanhol pelos estudantes da Universidade de Concepción, no Chile, em 1966. Contudo, sua versão em português circulou clandestinamente no Brasil.

⁵ O meu livro sobre *Quais são os inimigos do povo*, publicado pela Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, em 1963, resumiu em grandes parte os estudos realizados para a produção a minha dissertação de mestrado.

⁶ Tenho em minhas mãos a edição peruana mimeografada, de 1969, que me presenteou José R. Bessa, em 14/05/1996. Era uma edição conjunta dos estudantes de medicina de Universidade de São Marcos (da qual recebi o título de doutor honoris causa, em 2009) e do centro federado de estudantes de Ciências Sociais da Universidade Católica. Tenho informações sobre várias edições clandestinas na região, mas não disponho de exemplares das mesmas. Um artigo que resume minhas teses neste livro foi editada em inglês pela revista *Insurgent Sociologist*, da Universidade de Oregon, e amplamente divulgado.

⁷ A equipe de pesquisa sobre as relações de dependência e os pesquisadores que se reuniram através dela, no CESO (Vânia Bambirra, Orlando Caputto, Roberto Pizarro, Sergio Ramos e outros) produziram vários livros que marcaram com grande força as ciências sociais na América Latina e em todos os continentes. Vejam o balanço que realizei sobre este período no livro *Teoria da Dependência: Balanço e Perspectiva*, Editora e Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000.

⁸ Ver o meu artigo *World System: on the Genesis of a Concept*, escrito para o *Festschrift for Immanuel Wallerstein*, part I. In: *Journal of World Systems Research*, vol. VI, number 2, Summer/fall, 2000. Devo assinalar a recepção extremamente favorável de Immanuel a este artigo.

⁹ Veja-se o artigo de Maria Fernandez Kelly, Dos Santos and Poulantzas on Fascism, Imperialism and the State. In: *The Insurgent Sociologist*, vol. VII (2), Spring, 1977.

¹⁰ Sobre a economia política da revolução científico-técnica publiquei vários livros e trabalhos: a) *Forças produtivas e relações de produção*. Petrópolis: Vozes, 1983; b) *Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 1986; c) *Revolução científico-técnica e acumulação de capital*. Petrópolis: Vozes, 1986; d) *Revolução científico-técnica, divisão internacional do trabalho e o sistema econômico mundial*. Vitória: Cadernos Ange, 1984.

¹¹ A presente edição em português é traduzida da seguinte edição atualizada: *Socialismo o Fascismo: el nuevo carácter dela dependencia y el dilema latinoamericano*. México: Edicol, 1978.

¹² Ver meu livro *Do Terror à Esperança: Auge e Decadência do Neoliberalismo*. Aparecida: Idéias & Letras, 2004. Nele analiso em detalhe e creio em profundidade a experiência histórica do pensamento único. A edição venezuelana deste livro está disponível por internet no sitio da editora: Monte Ávila Editora.

Imperialismo e Dependência: Revisitando um Clássico

Carlos Eduardo Martins¹

Resumo

O artigo analisa o livro clássico de Theotonio dos Santos, *Imperialismo e Dependência*, publicado em 1978 no México, em 1992 no Japão e agora pela *Biblioteca Ayacucho* na Venezuela, situando-o no conjunto da obra do autor. Na primeira parte apresentamos um panorama geral da obra do autor, na segunda nos dedicamos a analisar as principais teses de imperialismo e dependência; e na terceira apresentamos um balanço desta obra, destacando a sua atualidade teórico-metodológica.

Palavras chaves: teoria da dependência; Theotonio dos Santos; desenvolvimento da América Latina; marxismo latino-americano.

Classificação JEL: B24; B51; O10

1. Um Panorama da Obra

Imperialismo e dependência, publicado, inicialmente, em 1978, no México, pela editorial Era, é um dos clássicos das ciências sociais latino-americanas e expressa a sua projeção internacional. Nele, Theotônio dos Santos reúne e reelabora trabalhos anteriores: *La crisis norteamericana y America Latina* (1972), *Dependencia y cambio social* (1972) e *Imperialismo e corporações multinacionais* (1973). O livro ganhou também publicações no Japão, em 1978, na China, em

¹ Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

1992, ampliando o alcance dos três de que parte, editados na Argentina, Espanha, Portugal, Venezuela, Colômbia e México.

Para compreendermos a importância de *Imperialismo e dependência* e analisarmos sua atualidade, devemos inicialmente situar o seu lugar no conjunto da obra de Theotônio dos Santos. Podemos dividi-la em três grandes etapas: A primeira, que se constitui entre o fim dos anos 50, o golpe de 1964 e a clandestinidade no Brasil; a segunda, que se configura nos exílios chileno e mexicano; e a terceira, a partir de sua volta ao Brasil. Esta divisão, entretanto, se conjuga com a larga continuidade que a estrutura, onde o autor desenvolve, acumula e lança novas temáticas; se torna fundador e expoente de uma escola de pensamento de enorme repercussão internacional, a teoria da dependência; e de sua reorientação no mundo contemporâneo.

Na primeira etapa de sua atividade intelectual, Theotônio dos Santos forma-se bacharel em sociologia, política e administração pública na FACE e torna-se mestre e professor em Ciência Política pela *Universidade de Brasília* (UNB). Entre 1960-64 estuda sistematicamente o marxismo através de seminários de leitura de *O Capital* que realiza em conjunto com Ruy Mauro Marini, Luiz Fernando Victor, Vânia Bambirra, entre outros. Funda a POLOP – *Organização Revolucionária Marxista/Política Operária* –, cuja direção nacional assume em 1964, e se articula com os movimentos estudantil, de favela e camponês. Dedicar-se à análise da formação social brasileira e rompe com o nacionalismo metodológico – o qual supõe um enfoque analítico centrado nos Estados nacionais e em suas relações recíprocas, desprezando a sua inserção em totalidades – que orientava as interpretações sobre o Brasil, esboçando os elementos de uma teoria da dependência que desenvolverá posteriormente, ao compreendê-lo a partir de sua inserção na economia mundial.

Seus estudos destacam o papel central do capital estrangeiro na gênese da estrutura de classes da sociedade brasileira e nos processos de acumulação de capital que nela se desenvolvem; as limitações da hegemonia da burguesia industrial brasileira que ao não romper com a dependência tecnológica, compromete-se com o latifúndio agro-exportador – fonte de divisas para a industrialização por substituição de importações –, abandonando as suas débeis bandeiras nacional-democráticas, a partir da ampla penetração do capital estrangeiro no

setor industrial no pós-guerra; e a crise do populismo, o golpe de 1964, sua base de classes e suas dimensões e tendências fascistas.

Neste período, o seu principal trabalho foi a tese de mestrado *A classe dominante brasileira* (1964), cuja pesquisa foi a base para seu livro *Quais são os inimigos do povo?* (1963). Sua análise sobre as perspectivas do Brasil destacava: o papel simultaneamente dinâmico, descapitalizador e cíclico que o capital estrangeiro exercia sobre o país; a instabilidade política que a sua liderança sobre nossos processos de acumulação provocava; a insuficiência do populismo como mecanismo de contenção das massas e a tendência à sua substituição por soluções ditatoriais e fascistas; ou a debilidade do fascismo para afirmar-se em condições de dependência e apoiar-se num movimento de massas nacionalista, face a seu compromisso com a desnacionalização exercida pelo capital estrangeiro.

A capacidade de predição que acompanha de forma geral seus trabalhos – e que é uma forte característica de *Imperialismo e dependência* –, se manifesta, neste período, na antecipação do golpe militar de 1964, que atribui simultaneamente à incapacidade das esquerdas superarem a liderança ideológica da burguesia nacional e às dificuldades de contenção dos movimentos populares no quadro da institucionalidade liberal-democrática. Analisando as dimensões políticas e sociais deste movimento em *A Ideologia fascista no Brasil* (1965), o autor assinala que o golpe de 1964 se constitui por um compromisso entre as forças políticas liberais da burguesia e fascistas, sob hegemonia das primeiras. As últimas configuram o setor mais radical da contra-revolução e o seu apêndice de vocação expansionista, cuja missão é limitar a influência liberal e realizar uma política de repressão total ao movimento popular.

No exílio chileno, que se inicia em 1966, incorpora-se como pesquisador em tempo integral ao *Centro de Estudos Sócio-Econômicos* (CESO) da *Faculdade de Economia da Universidade do Chile*, do qual se torna professor titular em 1968. Entre 1968 e 1973 assume a direção de pesquisa e docência do CESO, e em 1972 e 1973, sua direção geral. O CESO constituiu-se num dos principais centros de elaboração do pensamento latino-americano, nos anos 1960-70. Será o principal *locus* de formulação da teoria da dependência, embrião das análises do sistema-mundo e ponto referência para a intelectualidade

revolucionária da região e mundial. Entre 1967-73, fazem parte de seus quadros, além de Theotonio dos Santos, nomes como os brasileiros, Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini, Emir Sader, Eder Sader, Marco Aurélio Garcia, Jorge Mattoso e Teodoro Lamounier; os argentinos, Tomás Vasconi e Inés Recca; os cubanos, Germán Sanchez e Jose Bell Lara; o alemão, Andre Gunder Frank; o francês Regis Debray; e os chilenos, Pedro Vuscovick, Alberto Martínez, Pio Garcia, Orlando Caputo, Martha Harnecker, Cristobal Kay, Sergio Ramos, Roberto Pizarro, Jaime Osório, Cristian Sepúlveda, Álvaro Briones e Silvia Hernandez, entre outros.

Neste contexto, Dos Santos amadurece as bases da teoria da dependência. Esta teoria não se resume a uma interpretação regionalizada, relativa ao capitalismo das periferias. Ela parte metodologicamente da formação de uma economia mundial monopólica, hierarquizada e competitiva como uma dimensão indispensável da base material da acumulação de capital e ponto de partida para a compreensão dos distintos capitalismo nacionais. A economia mundial capitalista gera convergência e conflito de interesses entre as diversas frações de classe que nela exercem papel de direção. É constituída fundamentalmente pela relação entre as burguesias dos países centrais e periféricos e suas leis incidem de forma distinta sobre essas regiões, em função do poder econômico diferenciado que possuem e das relações de competitividade e compromisso que estabelecem. A emergência de países pós-capitalistas e em transição ao socialismo a partir da constituição da URSS, em 1917, aumenta a sua complexidade. A teoria da dependência redefine a teoria do imperialismo e dá lugar a amplos estudos sobre a hegemonia e sua crise, bem como sobre a formação e perspectivas de desenvolvimento dos países socialistas. O autor aprofunda ainda as análises sobre o modelo político latino-americano e suas alternativas, inserindo sua especificidade no contexto da atuação dos ciclos de Kondratiev sobre a economia mundial, uma das razões para lhe conferir universalidade.

Com a destruição do CESO pela ditadura chilena, Theotonio dos Santos se desloca para o México, após permanecer seis meses refugiado na Embaixada do Panamá. No México onde retoma suas atividades profissionais, integra-se, em 1974, como pesquisador do *Instituto de Investigaciones Económicas da Universidad Autónoma do México*

(UNAM) e professor titular da divisão de pós-graduação em Ciência Política e das *Faculdades de Economia e Filosofia* por concurso público. Em 1975 torna-se coordenador do Doutorado de Economia da UNAM e em 1978, chefe da *Divisão de Pós-graduação da UNAM*, cargos em que permanece até sua volta ao Brasil em 1979. No exílio mexicano, a partir das bases lançadas pela teoria da dependência dedica-se à elaboração de uma teoria do sistema mundial que vislumbra como desdobramento e uma fase superior à teoria da dependência, retomando um trabalho já iniciado no CESO, em companhia de André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra – parcialmente destruído pela repressão chilena –, que se desenvolve nos anos 1970, 80, e 90 e na primeira década do século XXI, como parte de uma grande articulação internacional de esforços intelectuais¹.

Embora vá centrar sua ênfase numa problemática regional e latino-americana a teoria da dependência antecipa a teoria do sistema mundial, ao destacar a existência de uma economia mundial em expansão como o elemento central da acumulação de capital e situar o mundo como objeto de análise condicionante para qualquer investigação regional ou nacional. Theotonio dos Santos, junto a André Gunder Frank, será o mais internacionalista dos teóricos da dependência. Ele contribuirá decisivamente para a compreensão do funcionamento da economia mundial, integrando num mesmo arcabouço teórico-metodológico, como instrumentos para a sua análise, os conceitos de revolução científico-técnica e de ciclos de Kondratiev. Esse aparato conceitual vem sendo desenvolvido pelo autor, desde seu exílio mexicano, e ganha ampla projeção em seus trabalhos a partir de seu regresso ao Brasil em 1979. Sua análise do sistema-mundial vai se articular fortemente com sua interpretação das forças produtivas contemporâneas. Estas serão constituídas, a partir de meados dos anos 1940, por uma nova revolução nos processos produtivos, destinada a substituir as bases da revolução industrial e que se denomina revolução científico-técnica. Os estudos do autor sobre este tema, embora bastante avançados no México, vão adquirir sua forma madura nos anos 1980-90, em escritos como *Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo* (1984), *Revolução científico-técnica e acumulação de capital* (1987), *Revolução científico-técnica e divisão internacional do trabalho* (1991) ou *Economia mundial e integração regional* (1995).

Imperialismo e dependência, como veremos, é expressão deste momento de desdobramento da teoria da dependência numa teoria do sistema mundial na obra de Theotonio dos Santos. O livro repercute também a conjuntura de crise e de ampla indefinição na economia mundial dos anos 1970, onde se lançam projetos antagônicos para dirigi-la. A atualidade do livro e do pensamento do autor se revela na aguda análise que faz destas tendências e no amplo grau de percepção de seus componentes fundamentais.

Em seu regresso ao Brasil, o autor desenvolve criativamente e aprofunda as linhas de pesquisa anteriores à luz dos desenvolvimentos da conjuntura mundial. Assim analisa a globalização como articulada a uma nova etapa de desenvolvimento da revolução científico-técnica que se mundializa. Esta lança um desafio de largo alcance: o desdobramento da economia mundial numa economia planetária fundada em estruturas produtivas e processos de gestão mundialmente integrados. Para que se atinja este desdobramento torna-se necessária a construção de uma civilização planetária que imponha cooperação sobre a competição, integre a diversidade na unidade, afirme a universalidade da humanidade e se baseie num socialismo mundializado, capaz de radicalizar e generalizar a experiência democrática e garantir a paz. Tal desafio se choca contra os interesses das grandes corporações multinacionais, das burguesias dependentes e de parte significativa da burocracia estatal, abrindo um período de transição e revolucionário. As lutas sociais aprofundam-se e assumem cada vez mais um caráter simultaneamente local nacional, regional e global, ainda que cada uma destas dimensões preserve sua autonomia relativa.

A vitória do neoliberalismo na economia mundial nos anos 1980, decidindo em favor do capital os conflitos postulados nos anos 1970, é vista pelo autor como uma solução regressiva que aprofunda brutalmente a potencialidade dos conflitos que a constituem. Incrementa as debilidades estruturais da hegemonia estadunidense, vulnerabiliza de maneira crítica o seu balanço de pagamentos, sua legitimidade ideológica e das instituições que dirige. Se o neoliberalismo foi eficiente para promover o desenlace de um novo ciclo de Kondratiev que amadurece na economia mundial a partir de 1994, ao reduzir salários, ampliar mercados e impulsionar a desvalorização do capital constante; o seu protagonismo posterior cria desequilíbrios macroeconômicos, sociais e políticos profundos. A anarquia

e a competitividade, em que se baseia, limitam a coordenação das reformas profundas de que o sistema mundial necessita, entre elas, a transição para uma gestão compartilhada da economia mundial que inclua países emergentes como os BRICAS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) entre os seus dirigentes. A especulação cambial e financeira em torno ao dólar atinge proporções crescentes e restringe a expansão da economia mundial e a inclusão das camadas populares e das periferias. Abre-se o espaço para a afirmação da contra-hegemonia em um processo histórico colossal que reúne emergências nacionais, regionais e movimentos sociais de caráter planetário.

Em suas novas linhas de pesquisa, Theotonio dos Santos destaca papel estratégico aos BRICAS na organização da contra-hegemonia. Sua eventual articulação poderá reunir um bloco histórico cuja força econômica, política e social e ideológica afetará profundamente a hegemonia dos Estados Unidos, propiciando a transição rumo a uma gestão cooperativa e democrática da economia mundial. A ação concertada que formaria o BRICAS deverá partir das seguintes realidades: da projeção da China e do leste asiático na economia mundial; do fortalecimento da Rússia e de sua posição geopolítica intermediária e articuladora entre Europa, Ásia e o Oriente Médio; da libertação da América Latina do jugo ao neoliberalismo, onde o Brasil pode exercer um papel central; e do papel impulsionador que a África do Sul, impulsionada por estas forças, pode vir a ter na integração regional africana. A libertação da América Latina da ofensiva neoliberal cristaliza as lutas sociais na região e impulsiona a aproximação entre os movimentos sociais e segmentos do capitalismo de Estado como base de transição ao socialismo.

Estas temáticas e o balanço das teorias da dependência e do pensamento social desenvolvidos pelo autor, principalmente, a partir dos anos 1990, dão seqüência e reelaboram, como veremos, os estudos desenvolvidos em Imperialismo e dependência, para os quais nos voltamos a seguir.

2. Imperialismo e Dependência

2.1 Plano geral da obra

A obra Imperialismo e dependência analisa a crise e desintegração do período imperialista do pós-guerra, sob a direção da hegemonia dos

Estados Unidos, e os projetos em luta para a reconversão da economia mundial. Esta é vista como articuladora de três grandes formações sociais que incluem os centros e periferias do capitalismo e o socialismo. Os Estados Unidos e suas empresas multinacionais exercem papel-chave na coordenação desta articulação que supõe a autonomia relativa das partes integrantes. Entretanto, a crise dessa hegemonia, a partir do estabelecimento, entre 1967-73, da fase b de um ciclo de Kondratiev, abre fendas profundas nesta articulação, amplia o grau de autonomia das partes integrantes e o espaço para a ofensiva socialista e nacionalista. A prospecção das alternativas que se abrem para a reconstrução da economia e o mapeamento das principais forças sociais em formação constituem um dos pontos altos do livro e um indicador de consistência da metodologia interpretativa que desenvolve.

O livro analisa ainda a crise do pensamento e da ideologia hegemônica estadunidense, formulando a crítica ao keynesianismo, à teoria do desenvolvimento e ao pensamento geopolítico da guerra fria. Formula as bases da teoria da dependência e reivindica-a junto à teoria dos ciclos longos como ferramentas analíticas para a compreensão do funcionamento da economia mundial e da constituição e integração das periferias sob o imperialismo e a hegemonia capitalista. A análise da América Latina tem papel destacado, enfatizando as suas características histórico-estruturais e etapas de desenvolvimento, em particular, as limitações da dependência industrial, que ganha curso pleno no pós-guerra.

O campo socialista merece grande atenção do autor. Este é visto não como um bloco de nações, mas como uma força global que se manifesta sob a forma de Estado, de forças políticas e ideológicas ou de movimentos sociais. As experiências de desenvolvimento socialista são analisadas em suas limitações concretas e apontadas as contradições entre as burocracias que a dirigem e o seu aprofundamento em direção ao internacionalismo e o comunismo. Da mesma forma, o autor dedica-se a análise das principais forças políticas e ideológicas do proletariado e aponta a construção de sua unidade numa perspectiva ofensiva como o grande desafio do socialismo e condição para a sua vitória e implementação.

2.2 A Economia mundial e a crise da hegemonia dos Estados Unidos

Para Theotonio dos Santos, a economia mundial surge no século XVI, dirigida pelo capital comercial e pelo capital usurário, constituindo-se em condição indispensável para o desenvolvimento posterior do modo de produção capitalista. Dirigida pelos grandes centros europeus, vocacionada para a conquista do globo e a dissolução dos modos de produção pré-capitalistas, esta economia mundial capitalista cria dois grandes tipos de formações: as centrais e as coloniais ou dependentes.

Os centros combinam a associação entre Estados e monopólios empresariais que articulam a divisão internacional do trabalho, reservando para si as atividades de maior intensidade tecnológica e destinando as atividades complementares às periferias. A colonização corresponde aos períodos de acumulação originária e estabelecimento do mercado mundial, necessários para o desenvolvimento da revolução industrial e implementação do modo de produção capitalista nos países centrais.

O desenvolvimento da economia mundial capitalista torna as histórias nacionais profundamente diferenciadas de acordo com a posição hierárquica que uma formação social nacional ocupa na divisão internacional do trabalho. Os países centrais não representam modelos avançados para as formações periféricas, nem pertencem a outra temporalidade. Constroem sua história, simultaneamente às periferias, a partir da posição específica que adquirem na economia mundial. Se estes se apóiam na economia mundial para estabelecer um desenvolvimento das forças produtivas que lhes favorece, nas periferias, o interesse nacional se subordina aos condicionamentos da economia mundial. O desenvolvimento do subdesenvolvimento que passa a constituir as periferias exige como contrapartida a superexploração do trabalho e torna a expansão das forças produtivas muito mais contraditórias que nos centros, abrindo o espaço para que iniciem a transição ao socialismo. Cria-se então uma terceira formação, a socialista, que a partir de 1917, integra a economia mundial, disputando com o capitalismo o seu protagonismo, na medida em que se constitui como a fase inicial de um modo de produção igualmente universalista: o comunismo. Este

socialismo parte, entretanto, de condições de escassez material, tendo de cumprir a missão de desenvolver a revolução industrial, tarefa eminentemente burguesa – na medida em que esta constitui sua base de forças produtivas –, o que o situa em condições muito específicas, de acumulação primitiva, e lhe gera importantes distorções.

A economia mundial é dirigida por um país hegemônico que centraliza as tarefas de sua coordenação – como mais adiante apontará a teoria do sistema mundial – e restringe sua anarquia, impulsionando ideologias, formas de dependência e padrões de divisão internacional do trabalho determinados. Esta direção é realizada por combinações específicas entre Estado e empresas que assumem formas particulares. Os países ibéricos, a Holanda, a Inglaterra e Estados Unidos sucedem-se na gestão da economia mundial e os períodos de desintegração de cada direção são revolucionários.

Theotonio dos Santos, neste livro, preocupa-se especialmente com o período que se constitui no pós-guerra, sob a hegemonia e imperialismo dos Estados Unidos. Esta etapa incorpora sob bases privadas um nível mais avançado de socialização das forças produtivas que se expressa:

a) No desenvolvimento da concentração, centralização e internacionalização do capital através da afirmação das empresas multinacionais;

b) Na ampliação do papel do Estado por meio da projeção da liderança estadunidense na economia mundial. Esta se realiza através da difusão do keynesianismo, do estabelecimento de um conjunto de instituições multilaterais (*Sistema de Bretton Woods*, FMI, Banco Mundial ou GATT) e de iniciativas bilaterais (*Plano Marshall*, *Ponto IV*, *Aliança para o Progresso*) que permitem a imposição do dólar como moeda mundial. Completa este quadro a construção de uma rede de poderes militares (OTAN, TIAR, etc.) e ideológicos (o integrismo em torno à liderança estadunidense para a defesa do mundo ocidental) que viabilizam a ocupação disfarçada de países aliados, a desestabilização de processos contra-hegemônicos e a guerra em zonas periféricas e de vinculação geopolítica indeterminadas para conter o desdobramento da descolonização ao bloco socialista (casos, em particular, de Coréia e Vietnã); e

c) No desenvolvimento de um novo estágio na organização da

divisão internacional do trabalho. As corporações multinacionais são a sua célula e expressam o desenvolvimento da revolução científico-técnica que torna a tecnologia obsoleta antes do esgotamento de sua vida útil. Exportam maquinarias e matérias-primas industrializadas como capital, produzindo para o mercado interno dos países dependentes e apropriando-se diretamente de sua força de trabalho. Estes países, por sua vez, mantêm uma pauta exportadora intensiva em produtos agrícolas e minerais.

Mas as contradições da hegemonia estadunidense e do multinacionalismo começam a se evidenciar nos anos 1960. Elas são a expressão, segundo Dos Santos, da contradição entre o monopólio e a internacionalização das forças produtivas ou, de uma forma mais geral, da contradição entre as suas bases privadas e a sua socialização. A inversão estrangeira aproxima a fronteira tecnológica dos países centrais à do *hegemon* e lhes permite impulsionar seu sistema de inovação. A recuperação econômica da Europa Ocidental e do Japão possibilita o desenvolvimento de suas próprias corporações multinacionais que passam a disputar mercados internacionais. A moeda do país hegemônico, o dólar, ao valorizar-se, produz-se déficits na conta corrente, limita as suas exportações, eleva custos de produção, e estimula a emigração de capitais para outras regiões. Os países dependentes, por sua vez, ao se basearem na superexploração do trabalho, têm restringidas suas possibilidades de se apropriarem da difusão tecnológica. Especializam-se em produtos não competitivos aos dos países centrais, mas as limitações do seu mercado interno os impulsionam às exportações de produtos manufaturados, criando uma superposição parcial com a especialização tecnológica daqueles.

É neste contexto que emerge, a partir de 1967-73, a crise da economia mundial com o estabelecimento da fase recessiva do ciclo de Kondratiev. A sua superação exige a construção de uma nova divisão internacional do trabalho onde se lançam três grandes forças sociais: o multinacionalismo, que apoiado no neoliberalismo, aprofunda as contradições entre as corporações multinacionais e a economia dominante, os Estados Unidos; o socialismo que, segundo autor, enquanto formação social encontrava-se em expansão desde 1917, mas que enquanto movimento social e político precisava lograr a unidade

nos países capitalistas entre forças comunistas, socialistas, social-democratas, neopopulistas, sociais-cristãs e anarquistas para poder implementar um programa de superação do capitalismo e de transição a uma formação social superior; e o fascismo que surgiria como reação nacionalista e localizada ao neoliberalismo – sem maiores perspectivas globais – ou em combinação com este para deter o avanço das esquerdas.

Para o autor, a crise de longo prazo tenderia a aproximar as diversas forças sociais e políticas que representavam as classes trabalhadoras, mas para que estas se unificassem em torno a um programa de transição ao socialista deveriam superar vários obstáculos que confrontavam esta possibilidade. Um primeiro, a tradição divisionista e sectária que se impôs nos países centrais durante a guerra fria e que opôs comunistas, de um lado, e socialistas e social-democratas, de outro. O segundo, o anti-institucionalismo da nova esquerda que surgiu, nos final dos anos 1960, como resultado de suas críticas às burocracias sindicais e políticas e à orientação reformista que esta imprime aos partidos social-democracia, socialistas e comunistas. O terceiro, as limitações que a burocracia estatal dos países socialistas estabelecia para o desenvolvimento da revolução socialista. O socialismo, aponta Theotonio dos Santos, é expressão das condições concretas em que surge e da não aplicação de idéias puras. O fato de emergir em condições muito atrasadas de desenvolvimento de forças produtivas fez com que se restringisse a incorporação da direção estatal à sociedade e que se cristalizasse neste aparelho uma burocracia com interesses contraditórios. Se de um lado, impõe o planejamento sobre o mercado e a propriedade coletiva dos meios de produção; de outro lado restringe o avanço do processo revolucionário, opondo-os aos interesses de Estado, ao assumir as teses do socialismo em um só país ou região, que em realidade limita-o também internamente, ao manter e aprofundar as desigualdades sociais associadas a uma direção hierarquizada. No plano internacional confunde-se a busca por uma política de paz e de coexistência pacífica com o abrandamento das lutas de classes, convertendo-se a transição ao socialismo num exercício de superioridade econômica sobre a economia mundial; ou criam-se disputas nacionais entre interesses estatais socialistas distintos, cuja maior expressão foram as tensões sino-soviéticas. Entretanto, desenvolve-se também a cooperação entre os países socialistas o que

permite a um país como Cuba contar com o apoio militar e econômico para desenvolver a transição ao socialismo com menores dificuldades.

No balanço das forças socialistas que realiza então, o autor considera possível, ainda que não provável, o avanço num nível que imponha o seu protagonismo na economia mundial e impeça a superação pelo capitalismo da crise de longo prazo em que ingressa a partir de 1967. O desenvolvimento das forças produtivas nos países socialistas e o fato de não produzirem os ciclos de Kondratiev são razões para otimismo, pois lhes permitiria exercer uma importante ofensiva na economia mundial. Esta ofensiva deveria combinar três tipos de atuação: o avanço do movimento revolucionário nos países centrais; o desenvolvimento do intercâmbio solidário entre os países socialistas; e o aumento da integração econômica dos países socialistas com a economia mundial capitalista. Esta integração faria concessões à economia de mercado, mas lhes permitiria, por outro lado, impulsionar a base científico-tecnológica instalada para aprofundar o desenvolvimento tecnológico, diferenciar o consumo e aumentar o tempo livre, possibilitando um nível de participação popular capaz de restringir a ação da burocracia e transferir a direção estatal à própria sociedade, fator decisivo para o desenvolvimento do socialismo. Mas as forças revolucionárias e unificadoras são ainda minoria no âmbito da economia mundial e dispõem de tempo relativamente limitado para impor sua hegemonia internacional, pois a depressão capitalista atinge seus níveis mais profundos tende a desorganizar as instituições do proletariado e criar as condições para uma nova ofensiva imperialista.

O multinacionalismo, segundo Theotonio dos Santos, poderia liderar a reorganização da economia mundial se reestruturasse a divisão internacional do trabalho, baseando-se para isso num nível muito mais avançado de capitalismo de Estado. A produção seria reorientada para o mercado internacional e para isto o multinacionalismo se apoiaria no neoliberalismo impulsionado desde o Estado. Trata-se de criar novos mercados para os grandes conglomerados e suas filiais, uma vez que o desenvolvimento da revolução científico-técnica rompe a relação positiva com o multiplicador keynesiano e que as escalas tecnológicas das inversões nos países dependentes chocam-se com os limites da superexploração da força de trabalho. O autor aponta que este

movimento provocaria não apenas contradições inter-imperialistas, mas também no interior do bloco capitalista estadunidense, amadurecendo a longo prazo as condições para uma ofensiva revolucionária. A abertura do mercado estadunidense aprofundaria os déficits comerciais e em conta corrente do balanço de pagamentos, destruiria parte da burguesia voltada para o mercado interno, elevaria o desemprego e reduziria os salários dos trabalhadores. As transferências de tecnologia para outros centros se intensificariam e debilitariam a hegemonia estadunidense que se conjugaria com a emergência de sub-potências regionais, as quais receberiam os seus sistemas tecnológicos mais atrasados. Tais saltos tecnológicos nos países dependentes priorizariam a produção de partes e componentes e de matérias primas industrializadas para os países centrais, aprofundariam a superexploração do trabalho e buscariam evitar o desenvolvimento do setor I, produtor de maquinarias, que tornaria a dependência uma expressão puramente política e materialmente desnecessária. O novo grau de internacionalização capitalista, entretanto, aprofundaria a contradição entre a integração mundial e suas bases privadas e não conseguiria evitar completamente a tendência à difusão do setor I, mesmo que através de sua fragmentação mundial. Tal contradição estabelece os termos do paradoxo da dependência, onde ao mesmo tempo em que esta aumenta, diminui-se a necessidade objetiva dela, apresentando-se na internacionalização simultaneamente sua cara dependente e a sua cara liberada.

Desta forma, criam-se as condições para a articulação entre processos revolucionários nos países dependentes e nos países centrais. Nos países dependentes o aumento da interdependência e da superexploração do trabalho abriria o espaço para uma ofensiva socialista que tenderia a se desdobrar regionalmente e afirmar a soberania econômica, política e ideológica num espaço mundialmente integrado. Nos países centrais a utilização do trabalho superexplorado das periferias como instrumento de redução salarial redefiniria o sentido de nacionalidade, opondo-o à liderança ideológica exercida pelas corporações multinacionais, o que permitiria libertar os trabalhadores da subordinação ideológica ao imperialismo. Diante do crescimento molecular ou concentrado desta ofensiva, o multinacionalismo se aproximaria tendencialmente do fascismo como alternativa para a sua

sustentação, combinando-o com o neoliberalismo. Trata-se, entretanto, de um fascismo sem grandes movimentos de massa e apoiado no Estado em razão do progressivo desaparecimento da pequena burguesia. Sua capacidade de mobilização variaria de acordo com suas possibilidades de mobilizar uma cultura imperialista e chauvinista, com ela, um crescente lumpemproletariado. O autor indica a experiência chilena como precursora do desenvolvimento deste fascismo estatal.

Uma avaliação contemporânea da análise prospectiva da economia mundial por Theotônio dos Santos, nos anos 1970, evidencia sua impressionante atualidade. Consideramos relevante destacar os seguintes pontos:

a) Entre 1967-73 abre-se de fato uma crise cíclica de longo prazo, com as características mencionadas pelo autor, que apenas será superada a partir de 1994. A recuperação se estabelece pelos caminhos que o autor julgou como mais prováveis: liderada pelo multinacionalismo que aprofunda as contradições com a economia dominante ao apoiar-se no neoliberalismo e no desenvolvimento do capitalismo de Estado. Este paroxismo detectado pelo autor é chave para compreender o período em que vivemos. Através do neoliberalismo as corporações multinacionais aprofundam a crise do balanço de pagamentos dos Estados Unidos, mas dependem de sua liderança, para imporem o seu planejamento estratégico global, e do apoio do capitalismo de Estado, para obterem vantagens diante da concorrência e estabelecerem sua dominação sobre os demais grupos e classes sociais.

b) A crise de legitimidade gerada por esta alternativa, em função do aprofundamento das contradições do multinacionalismo com outros segmentos sociais ou de seu impulso à crise hegemônica e às tensões inter-imperialistas, tem levado à crescente aproximação entre neoliberalismo e fascismo². Esta aproximação tem sua melhor expressão no governo George W. Bush, onde a cultura do terror impulsionada pelo capitalismo de Estado e a defesa do “livre-mercado” e da competição se vinculam umbilicalmente. Através desta fusão, segmentos mais imperialistas da alta burguesia estadunidense buscam impor pela força seus interesses internacionais e rechaçar internamente a agenda da inclusão social.

c) As forças socialistas estão de fato em avanço secular desde 1917, e este aparece sob a forma combinada de movimento social revolucionário,

integração econômica dos Estados socialistas na economia mundial e do desenvolvimento do seu intercâmbio político. Entretanto, a dialeticidade que assume este avanço pode implicar em violentas tensões entre as suas partes, levando a importantes dissoluções para que novas etapas de desenvolvimento sejam alcançadas. A experiência do socialismo em um só país ou região tornou-se insustentável para enfrentar os desafios do capitalismo globalizado. A satelitização dos partidos comunistas ocidentais pelo soviético e seu controle pelos interesses nacionais de sua burocracia exigiram a liquidação deste paradigma, falsamente interpretado pelos liberais e conservadores como uma derrota definitiva do socialismo³. Neste sentido, o autor aponta as contradições entre as burocracias, em particular a soviética, e os interesses de conjunto dos trabalhadores como um importante conflito no seio do movimento socialista e situa corretamente, entre as condições para sua superação, a capacidade desta burocracia liderar um desenvolvimento das forças produtivas que lhe permita acumular vantagens na economia mundial diante do capitalismo. É verdade que na análise que então fazia Dos Santos, houve uma superestimação das possibilidades da burocracia soviética em cumprir este papel. Esta se comprometeu com a estagnação da economia ao não ser capaz de conciliar a democratização da gestão impulsionada pelo paradigma tecnológico microeletrônico, emergente nos anos 1970, e a propriedade coletiva dos meios de produção.

d) A combinação, como estratégia de avanço socialista, entre movimento social revolucionário, integração econômica dos Estados socialistas na economia mundial capitalista e o desenvolvimento de seu intercâmbio político, mencionada pelo autor, supõe a autonomia relativa destas formas e, com isto, a incapacidade de se derrotar o sistema capitalista por vias que sejam, exclusivamente, econômica ou política. O desafio que a transformação socialista deve lançar ao capitalismo é o de articular as várias formas de luta, isto é, econômicas, sociais, políticas e ideológicas que se desenvolvem na economia global, mas que isoladamente assumem um caráter limitado e contraditório com as metas de avanço global mais substantivo. O capitalismo mundializa o desenvolvimento desigual e combinado e com ele a acumulação de contradições nas periferias avançadas do sistema. O socialismo que emerge nestas regiões tem o desafio não apenas de erradicar a pobreza

e a superexploração do trabalho, mas o de superar a condição periférica. A integração à economia mundial capitalista e a formulação de um “socialismo de mercado” – que se estabelece num país como a China – se restringem, do ponto de vista local, avanços socialistas alcançados – o grau de extensão da propriedade coletiva dos meios de produção –, do ponto de vista sistêmico, questionam a divisão entre centros e periferias que é estrutural para o desenvolvimento do capitalismo, sobretudo, quando, como neste caso, se trata da emergência de países continentais e de vasta proporção demográfica. Por outro lado, os movimentos sociais que não conseguiram apropriar-se do Estado, enfatizam a dimensão política, sob várias formas, considerando as diversas circunstâncias em que se encontram, para impulsionar as tarefas de transformação social. Promover a articulação entre Estados e movimentos sociais e a cooperação – isto é, o intercâmbio em bases políticas – entre os países periféricos e semiperiféricos é um dos elementos fundamentais da transformação socialista global e permite socializar o poder econômico que o socialismo alcança no seio da própria sociedade capitalista, uma vez que, a prerrogativa da articulação predomine sobre a autonomia e a anarquia no desenvolvimento dos processos sociais.

e) Nos países dependentes, a nova divisão internacional do trabalho, de fato, aprofunda a contradição entre o aumento da interdependência e a subordinação à economia mundial. Na mundialização contemporânea, o dinamismo econômico passa a ser impulsionado pelo desenvolvimento do sistema científico-tecnológico que acelera a difusão dos conhecimentos e das tecnologias. Mas para apropriá-los é necessário desenvolver a capacitação interna, fortemente associada à qualificação da força de trabalho e à formação de redes que descentralizem a decisão e a informação. A tendência à internacionalização do setor I é em grande parte esterilizada pela focalização do progresso tecnológico – destinado à geração de um aparato exportador de valor agregado limitado e sem capacidade de encadeamento das estruturas produtivas – e pela superexploração do trabalho. Nos países dependentes incrementam-se, ainda que discretamente, os gastos em P&D, o número de cientistas e engenheiros e o grau de qualificação da força de trabalho. Entretanto, a potencialidade destas forças produtivas é fortemente restringida. O neoliberalismo desloca os gastos em P&D da pesquisa básica e dos

segmentos difusores de progresso técnico para aplicações tecnológicas mais específicas e submete a capacidade de introduzir inovações à concorrência internacional e à produtividade, onde joga papel central a tecnologia estrangeira. O resultado é a relativa ociosidade do esforço local de capacitação ou uma destinação que restringe o alcance dos recursos locais. Para que se ultrapassem estes limites, como assinala o autor, é necessária a implementação de um regime de transição ao socialismo que rompa com a superexploração, eleve o valor da força de trabalho e conferira aos trabalhadores papel decisivo no acesso, geração e implementação de conhecimentos.

2.3 A dependência e as perspectivas da América Latina

A formulação da teoria da dependência e a análise do desenvolvimento dependente, em particular, a forma que assume no pós-guerra é um dos pontos mais destacados deste livro de Dos Santos.

O autor define as relações dependência como aquelas em que um país só pode desenvolver-se e impulsionar-se em função do desenvolvimento do outro. Elas envolvem três níveis: uma economia mundial dirigida por monopólios tecnológicos, financeiros e comerciais capitalistas; relações econômicas internacionais que impulsionam sua expansão e estabelecem uma divisão internacional do trabalho; e a formação de estruturas internas nos países dependentes que assimilam positivamente estes condicionamentos e os redefinem sem romper com os interesses gerais que os guiam. A dependência está fundada, pois, numa situação de compromisso entre os interesses que movem as estruturas internas dos países dependentes e as do grande capital internacional. Nesta articulação, o grande capital internacional exerce uma ação condicionante que estabelece os marcos gerais do compromisso, redefinido a partir da estrutura interna dos países dependentes e dos interesses que ali predominem. Isto apresenta um duplo significado:

a) As estruturas que movem o compromisso nos países dependentes internalizam em linhas gerais os interesses dos monopólios internacionais e a divisão internacional do trabalho que lhe é correspondente, o que limita fortemente o grau de autonomia de sua

ação. A dependência configura assim estruturas econômicas, políticas, sociais e ideológicas específicas que são condicionadas em última instância pela direção que o grande capital internacional exerce sobre o sistema mundial. O compromisso tem seu principal fundamento na busca de mais-extraordinária que move as burguesias centrais ou periféricas e na desigualdade de poder tecnológico, financeiro e comercial entre elas, que torna a associação aos monopólios internacionais a fonte de mais-valia extraordinária da burguesia dependente.

b) Se o compromisso que estabelece a dependência está baseado na atuação das estruturas internas dos países dependentes sobre a ação condicionante dos monopólios internacionais e sua divisão internacional do trabalho, contradições, nestes países, que rompem o controle das burguesias periféricas sobre o Estado, levam à ruptura da dependência. Esta ruptura implica a superação das estruturas de poder internas e, nesta medida, o enfrentamento com as estruturas de poder internacionais às quais estas estão articuladas. A superação da dependência implica o estabelecimento de um regime de transição ao socialismo nos países periféricos, em função do comprometimento de suas burguesias com os oligopólios internacionais. As contradições entre as novas formas de poder e as estruturas de poder da economia mundial são parte do desenvolvimento internacional das lutas de classe e expressam o choque entre socialismo e capitalismo como modos de produção universais. Tais contradições apresentam larga duração, cumulatividade e combinam guerras de posição e de movimento extremamente complexas para a sua resolução.

O autor dedica-se então à análise das leis de funcionamento da economia dependente na medida em que configura uma estrutura sócio-econômica específica. Esta se funda na superexploração do trabalho, na acumulação externa de capitais e no alto grau de concentração interna de capitais. A superexploração, que será estudada em detalhe na teoria da dependência por Ruy Mauro Marini, surge como um resultado da apropriação de mais-valia que a economia internacional realiza sobre os países dependentes – sob a forma de desvios do valor em relação aos preços ou de remessas de lucros, juros e dividendos – e da transferência interna destas perdas aos trabalhadores para sustentar-se internamente a taxa de lucro, o que implica uma dupla exploração que mantém intensos níveis de pobreza, miséria e subdesenvolvimento. O alto grau

de concentração na acumulação de capitais surge não como expressão da força do capitalismo dependente, mas de sua fraqueza. É o resultado da associação à dependência tecnológica, financeira e comercial que cristaliza uma burguesia monopólica nos países dependentes e dos limites ao desenvolvimento do mercado interno provocados pela superexploração. A contrapartida deste processo é o que autor chama de acumulação externa de capitais. Por ela designa um processo onde o setor I, produtor de capital fixo, não se internaliza plenamente na economia dependente e a sua reprodução se realiza essencialmente a partir da economia mundial.

Estes aspectos centrais que configuram as estruturas do capitalismo dependente estão presentes, ainda que de forma distinta, nas diversas fases de seu desenvolvimento. Dos Santos indica as seguintes etapas de desenvolvimento da dependência: colonial, tecnológica-financeira e tecnológica-industrial. A dependência colonial corresponde à hegemonia dos capitais comerciais e financeiros sobre a economia mundial. Ela cria uma estrutura interna nos países dependentes fundada na grande propriedade da terra e no trabalho servil ou escravo para gerar uma produção exportadora, voltada aos mercados europeus. Dos Santos, ao contrário de alguns autores, estende a dependência ao período colonial, indicando corretamente que o processo colonial só pode se instituir ao estruturar poderes internos que o sustentem.

A dependência tecnológica-financeira corresponde ao período de revolução industrial nos países centrais e de exportação de capitais orientado para a montagem de um aparato agro e mineiro exportador destinado à geração de matérias-primas e produtos agrícolas consumidos nos países hegemônicos. Nos países dependentes corresponde à hegemonia das oligarquias rurais e das filiais do grande capital internacional que controlam o setor de infra-estrutura, de serviços – e em particular o setor financeiro – e, por vezes, a própria produção agrícola ou mineral através de economias de enclave.

A dependência tecnológico-industrial se estrutura a partir do pós-guerra. Corresponde ao período em que os países centrais atingem a revolução científico-técnica e transferem, através das corporações multinacionais, preferencialmente como capital, suas tecnologias industriais obsoletas para impulsionar a industrialização dos países

periféricos. Com o desenvolvimento da ciência, as tecnologias se tornam moralmente obsoletas, antes de seu esgotamento físico, o que possibilita a sua reutilização pelos países hegemônicos em regiões onde possam representar liderança tecnológica.

Em *Imperialismo y dependência*, Dos Santos se dedica a analisar em detalhe as formas que a dependência tecnológica e industrial assume na América Latina. Ela submete o período da substituição de importações e o nacional-desenvolvimentismo ao investimento direto estrangeiro, que se dirige, sobretudo, à produção de bens de consumo duráveis voltados ao mercado interno. O investimento estrangeiro exerce, entretanto, um papel contraditório sobre o desenvolvimento das economias dependentes. Diferentemente do pensamento desenvolvimentista que o considerava uma poupança externa que contribuía para a elevação da taxa de investimento latino-americana, Dos Santos demonstra que este se comporta efetivamente como capital, isto é, direcionado a proporcionar taxas de lucro positivas para os seus proprietários, neste caso, não-residentes.

O capital estrangeiro se dirige aos países dependentes para explorar diretamente sua força de trabalho e transferir lucros e dividendos às suas sedes nacionais e às zonas mais competitivas da economia mundial, onde pode apoiar-se em sistemas de ciência e tecnologia e na proteção estatal para gerar novos produtos e processos que lhe garantam o domínio sobre a fronteira tecnológica mundial e a liderança nos processos de acumulação. Apenas acirradas pressões competitivas locais que exigissem reinvestimento para manter posições neste mercado, ou vantagens proporcionadas por sistemas de ciência e tecnologia locais, poderiam gerar entradas sistemáticas de capital que superassem as suas saídas. Entretanto, os limites proporcionados pela superexploração do trabalho e pela deterioração dos termos da troca, que a dependência tecnológica produz, restringem a expansão dos investimentos. O papel exercido pelo capital estrangeiro se apresenta ciclicamente: os períodos de entrada e de boom econômico ampliam provisoriamente a elasticidade do balanço de pagamentos e propiciam saltos tecnológicos, mas estes são mais que compensados pelos de crise, que restabelecem os déficits anteriores com maior profundidade.

Os superávits comerciais constituem-se na principal fonte de crescimento na medida em que são a única base sustentável

de financiamento dos déficits do balanço de pagamentos⁴. O endividamento externo prolonga artificialmente o período de expansão, mas se multiplica durante as crises em função da elevação das taxas de juros, comprometendo parcelas crescentes dos futuros ingressos de capital no refinanciamento de dívidas anteriores. Isto gera a tendência ao endividamento externo crescente e à estagnação relativa do capitalismo dependente. Mas esta tendência à estagnação relativa não significa em absoluto a impossibilidade de crescer. Significa, isto sim, um processo de financeirização do desenvolvimento dependente que exige a transferência crescente de riquezas ao setor financeiro para se restabelecer o equilíbrio macroeconômico necessário a sua promoção. Esta se faz com o aprofundamento da superexploração do trabalho e com o aumento da desnacionalização. O forte crescimento gerado entre 1950-70 tem seu ponto de partida no protecionismo que permitiu a geração de expressivos déficits comerciais e no baixo nível de endividamento inicial, resultado da expressiva desvalorização da dívida externa imposta pelo nacional-desenvolvimentismo nos anos 1940, durante a crise da hegemonia no sistema mundial.

A dependência industrial-tecnológica cria estruturas internas específicas. As filiais das corporações multinacionais passam a ter protagonismo no desenvolvimento industrial. Cristaliza-se um setor privado nacional monopólico e associado e a forte intervenção do capitalismo de Estado em apoio a este modelo de desenvolvimento. Esta intervenção se faz ampliando sua atuação nos setores de infraestrutura, as escalas de produção e a oferta de insumos a preços subsidiados. Preservam-se as estruturas fundiárias tradicionais e busca-se modernizá-las em função da necessidade de manter-se um importante superávit comercial para financiar o desenvolvimento dependente.

Este padrão de desenvolvimento chega ao seu limite em fim dos anos 1970, quando o ciclo longo depressivo que atinge os países centrais entre 1967-73, rompe o boom de expansão dos países dependentes. Convergem a crise do setor exportador provocada pela economia mundial e o ciclos internos do capitalismo dependente. Os mercados internos dos países dependentes tornam-se limitados para assimilar as novas escalas dos investimentos industriais e a crise do mercado mundial derruba os preços de exportação dos países dependentes. A retomada do

desenvolvimento exige uma ampla reestruturação econômica, social, política e ideológica que passa a ser disputada por três grandes forças sociais: o novo capital internacional; o capitalismo de Estado; e o movimento popular. A estas forças correspondem três grandes modelos cujo desenho e possibilidades o autor analisa: o neoliberalismo; a dependência negociada e o socialismo. Sua hipótese é o debilitamento do capitalismo de Estado como alternativa independente e a confrontação crescente entre neoliberalismo e o socialismo

O modelo neoliberal para ser implementado implica profundas contradições pois exige: restringir as pretensões de autonomia das burocracias civil e militar e subordiná-las às empresas transnacionais; o estabelecimento de uma nova divisão internacional do trabalho que limita o desenvolvimento industrial dos países dependentes e o reorienta para as exportações, criando tensões nos países centrais entre a reestruturação global das empresas transnacionais, os capitais nacionais e os trabalhadores – cujos níveis de emprego são profundamente comprometidos por este processo; e uma democracia restringida que preserve simultaneamente o grande capital das pressões sociais e do poder de intervenção da burocracia estatal em âmbito nacional ou regional. Isto significa restringir pretensões subimperialistas, aprofundar a superexploração do trabalho e a desnacionalização da economia, criando profundas tensões com a burocracia estatal, especialmente a militar, e com os movimentos populares. Por outro lado, a nova etapa de transferência de segmentos produtivos para países semiperiféricos e periféricos, que busca apropriar-se de sua força de trabalho barata, aprofunda os déficits em conta corrente dos Estados Unidos e a crise de sua hegemonia.

O modelo da dependência negociada parte do fracasso das ilusões da burguesia nacional sobre um desenvolvimento independente. Constata-se a “dependência externa” e busca-se, desde o Estado, dirigir-se a associação do bloco público e privado nacional com o capital estrangeiro, ampliando suas prerrogativas. Este modelo que apresenta alto grau de regulação estatal se desdobra em três formas possíveis de organização, não necessariamente excludentes: a democracia restringida, onde a burocracia estatal possui grande prerrogativa de poder e a utiliza, mais que ao movimento social, como fonte de concessões da parte do capital estrangeiro; o subimperialismo, que pode se combinar com o modelo

anterior, onde esta burocracia orienta sua acumulação de poder para um protagonismo regional, restringindo o mercado interno e impulsionando a exportação de mercadorias e de capital; e o “nasserismo latino-americano”, onde uma corrente de militares estabelece uma ofensiva nacionalista e anti-imperialista, impulsionando um projeto de desenvolvimento que mantém sob controle o movimento social e torna o capital estrangeiro um elemento auxiliar. Segundo o autor, a primeira e a segunda forma são as mais estáveis de concreção deste modelo, dado o alto teor de conflitos entre a dimensão nacionalista do “nasserismo” e o protagonismo do capital estrangeiro. Entretanto, o suposto em se baseia, de protagonismo da burocracia estatal na relação com o capital estrangeiro, mostra-se contraditório com a evolução da dependência, o que o coloca em descenso e em processo de assimilação pelo primeiro modelo.

O modelo socialista funda sua legitimidade do fato de o desenvolvimento das forças produtivas nos países dependentes aprofundar a situação de subdesenvolvimento, superexploração e pobreza. Para o autor, este deve desenvolver três dimensões: a perspectiva continental, de largo prazo e a capacidade de combinar lutas insurrecionais e legais. Para isso deve-se articular uma direção político-militar capaz de impulsionar um processo de reformas sociais crescentes, que acumule uma forte subjetividade popular e, conseqüentemente, politize e divida as forças armadas, para diante da reação desestabilizadora das classes dominantes legitimar a superação da legalidade burguesa e estabelecer o poder popular através da revolução socialista. Trata-se de uma articulação de alta complexidade.

Segundo Dos Santos, a perspectiva continental tem seu fundamento no fato de a nova etapa de integração das forças produtivas na região implicar este nível de organização. No entanto, uma revolução continental é uma construção histórica a ser alcançada tanto através de vitórias locais e parciais em estados nacionais quanto por mais que o seu simples somatório. Supõe alianças decisivas e forças partidárias que possam vincular cumulativamente estas vitórias como guerras de posição de uma luta continental. A perspectiva de largo prazo que lhe é inerente, combina-se com o objetivo socialista imediato e as condições estratégicas e táticas nacionais e locais para desenvolvê-lo e implementá-lo. Para o autor as possibilidades de êxito deste modelo

estão vinculadas à capacidade de articular as diversas formas de lutas e suas várias frentes. O desenvolvimento desigual e combinado aprofunda as contradições no elo mais fraco, mas caso a ofensiva não se articule aos elos mais fortes, isto é, aos setores mais avançados das forças produtivas, o processo revolucionário não se estende e pode ser derrotado. Cabe ao movimento popular explorar as contradições entre as forças do capitalismo de Estado e o capital transnacional para dividi-los e derrotá-los em conjunto.

3. Conclusão

Um balanço contemporâneo destas teses do autor permite destacar também sua ampla atualidade. Não apenas as teses clássicas do autor sobre a dependência têm sido amplamente confirmadas pelos quase 35 anos que sucederam a publicação de *Imperialismo e dependência*, mas também a postulação sobre suas leis específicas de desenvolvimento, a crise de largo prazo dos padrões que assume no pós-guerra e as forças sociais e modelos prováveis que se apresentam para a sua reestruturação.

Apontamos como contribuições decisivas do autor para as ciências sociais iluminadas pela história recente:

a) A análise das relações de poder nas estruturas dependentes e da situação de compromisso que a define, o que implica o abandono dos objetivos de protagonismo nacional e reformas sociais por parte da burguesia local.

b) A análise dos padrões de desenvolvimento dependente no pós-guerra e sua crise de largo prazo. Dos Santos aponta corretamente as formas de penetração do capital estrangeiro, seu impacto contraditório sobre o balanço de pagamento, seu caráter cíclico, sua tendência descapitalizadora de longo prazo e o papel estratégico dos superávits comerciais para impulsionar o desenvolvimento. Os limites desta penetração, nos anos 1970, vinculados à crise do setor exportador e às restrições do mercado interno - determinadas pela superexploração do trabalho -, são corretamente destacados pelo autor, bem como a necessidade de uma ampla reestruturação econômica, social, política e ideológica, vinculada à redefinição da divisão internacional do trabalho

para o estabelecimento de novos padrões de desenvolvimento dependente

c) A análise das forças sociais que movem esta reestruturação e de suas tendências de longo prazo. Revela-se extremamente precisa sua antevisão do neoliberalismo como uma força que não dispensa o capitalismo de Estado, mas o incorpora de forma subordinada para reestruturar a divisão internacional e apresenta fortes contradições com a hegemonia dos Estados Unidos e nos países dependentes, com a burocracia estatal, particularmente militar. Sua postulação do surgimento de democracias restringidas como forma de desenvolvimento político mais adequado para impulsionar esta liderança e de novas elites políticas com forte dimensão empresarial e tecnocrática revela igualmente enorme precisão. Estas passam a sintetizar o legado da dependência em seu novo protagonismo, incorporando e subordinado a ele as elites tradicionais.

d) A análise dos conflitos entre neoliberalismo e segmentos da burocracia estatal. Antevistos pelo autor, têm se mostrado de enorme importância para o desenvolvimento do movimento popular e da perspectiva socialista. A afirmação da *República Bolivariana de Venezuela* e o papel dos militares de média e baixa patente em seu desenvolvimento é bastante ilustrativa destas possibilidades. Dos Santos chama à construção de um marxismo e de um socialismo dialéticos que se construam baseados não em identidades formais, mas na superação de forças históricas das quais podem se apropriar e subverter. Nesse sentido, aposta que o esvaziamento do capitalismo de Estado como alternativa independente e a absorção conflitiva de parte de suas forças pelo neoliberalismo abrem o espaço para a ofensiva do movimento popular e do pensamento socialista sobre seus quadros; e

e) A postulação da identidade regional dos processos revolucionários latino-americanos. Esta afirmação ganha força à medida que a integração das forças produtivas torna as tendências ideológicas da conjuntura cada vez mais abrangentes, fazendo-as ganhar espaço crescente nas agendas públicas nacionais. A eleição de Hugo Chavez e Evo Morales, Rafael Correa – sua articulação com Cuba –, Tabaré e Mujica, Lula e Dilma, de Nestor e Cristina Kirchner, e de Ollanta têm impulsionado as forças de esquerda e centro-esquerda na região e desatado uma enorme reação conservadora, cuja confrontação está em processo de maturação e desenhará o panorama das lutas sociais para o próximo decênio.

Abstract

The article examines the classic book of Theotonio dos Santos, *Imperialism and Dependency*, published in Mexico (1978) in Japan (1992) and now by *Ayacucho Library* in Venezuela, putting it in the overall work of the author. In the first part we present an overview of the author's work, in the second we are dedicated to examining the main thesis of *Imperialism and Dependency*, and the third presented an overview of this work, highlighting its theoretical and methodological actuality.

Key words: Dependency theory; Theotonio dos Santos; Latin-American development; Latin-American Marxism.

Referências

- Dos Santos, Theotonio – *Quais são os Inimigos do Povo?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- _____ – *La Clase Dominante Brasileña*. Tradução para o espanhol de tese de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da UNB, Brasília, 1964.
- _____ – *A Ideologia Fascista no Brasil*. In: *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 1965, nº 3.
- _____ – *La Crisis Norteamericana y América Latina*. Santiago: Editorial Prensa Latinoamericana, 1971.
- _____ – *Dependencia y Cambio Social*. Santiago: CESO, 1972.
- _____ – *Imperialismo y Corporaciones Multinacionales*. Santiago: Editorial Prensa Latinoamericana, 1973.
- _____ – *Socialismo y Fascismo en América Latina Hoy*. In: *Revista Mexicana de Sociología*, vol. XXXIX (1), 1977, ene.-mar., p. 173-190.
- _____ – *Imperialismo y Dependencia*. México D. F: Ediciones Era, 1978.
- _____ – *Revolução Científico-Técnica e Capitalismo Contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- _____ – *Forças Produtivas e Relações de Produção*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____ – *Revolução Científico-Técnica e Acumulação de Capital*. Petrópolis: Vozes, 1987.

- _____ – Economia Mundial, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável – As Novas Tendências da Economia Mundial e a Integração Latino-Americana. Petrópolis: Vozes, 1993.
- _____ – Evolução Histórica do Brasil - Da Colônia à Crise da Nova República. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____ – Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.
- _____ – Do Terror à Esperança: Auge e declínio do neoliberalismo. São Paulo: Editora Idéias e Letras, 2004.
- Martins, Carlos Eduardo – Theotonio dos Santos: Vida e Obra de um intelectual Planetário. In: Segrera, Francisco López – Los Retos de La Globalización: Ensayos en Homenaje a Theotonio dos Santos. Caracas: UNESCO, 1998 (tomo I), p. 33-89.

Notas

¹ Entre estes se destacam não apenas os esforços do próprio Theotônio dos Santos que reorienta a teoria da dependência para destacar na economia mundial um tema central de investigação. Mas também os de André Gunder Frank, Samir Amin e, sobretudo, o grupo do Fernand Braudel Center, com Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, que desenvolverão, entre outros, os conceitos de moderno sistema mundial – como superestrutura política da economia-mundo capitalista –, ciclos sistêmicos e de semiperiferia.

² O multinacionalismo tem levado a superexploração do trabalho aos países centrais ao destruir a pequena e média burguesia, elevar o desemprego, precarizar o emprego e reduzir os salários, como é o caso, em particular, dos Estados Unidos.

³ Já em A Ideologia Alemã (1846), Marx e Engels afirmam que o comunismo depende para o seu desenvolvimento da universalização das forças produtivas e que qualquer vitória do comunismo que seja local está destinada a ser varrida pela expansão das trocas.

⁴ Estes déficits são função dos monopólios tecnológicos, financeiros e comerciais internacionais e se apresentam nos pagamentos de fretes, nas remessas de lucros, pagamentos de serviços tecnológicos, assistência técnica, patentes, juros e serviços da dívida.

O capital entre o político e o econômico

Rômulo André Lima¹

Resumo

Com objetivo de explicitar a importância que as relações entre política e economia têm para a compreensão de um sistema social, este artigo, partindo da discussão sobre a prioridade ontológica da esfera econômica, analisa a chamada acumulação primitiva e busca situar o lugar ocupado por esse processo na teoria de Marx sobre o capital. Ao longo do texto, procura-se ressaltar o papel desempenhado pelo poder de Estado que, como instância de condensação das forças políticas e da violência na sociedade, atua de maneira decisiva para o funcionamento do modo de produção capitalista.

Palavras chave: política e economia; acumulação primitiva; Estado e capitalismo.

Classificação JEL: B24; B51

Introdução

Compreender a forma como se organiza a totalidade é indispensável para um tratamento rigoroso dos fenômenos sociais. Por isso, a investigação sobre o funcionamento do modo de produção capitalista não pode prescindir de uma análise ampla sobre a inserção das legalidades econômicas dentro da totalidade social. Caso contrário, mesmo essas legalidades não serão apreendidas em sua completa determinação, correndo-se o risco de tomá-las como leis abstratas desconectadas dos demais momentos que constituem o real. A totalidade vivenciada não se apresenta à nossa percepção de forma dividida, compartimentada. Ao presenciarmos um fenômeno e nos determos sobre ele, não é possível visualizar uma delimitação clara

¹ Doutorando em Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro dos grupos de pesquisa Teoria Social e Crítica Ontológica e Regulação e Trabalho.

entre as esferas que o compõem. Não se pode dizer, por exemplo: “até aqui vai a economia e a partir daqui segue a política”. A realidade se apresenta de uma só vez em toda sua complexidade com suas múltiplas relações, determinações, reciprocidades e contradições. Por outro lado, “a realidade objetiva, em si mesma, não é uma caótica mistura de movimentos sem direção, mas um processo evolutivo que possui internamente tendências mais ou menos acentuadas e que, sobretudo, possui em si uma tendência fundamental” (Lukács, 2009, p. 111). Cabe ao cientista social, portanto, analisar a totalidade para descobrir as relações existentes entre os fenômenos de modo a poder explicá-los e interferir de maneira apropriada sobre eles.

Este artigo busca evidenciar os aspectos da perspectiva marxiana com respeito à interação entre forças econômicas e extra-econômicas no capitalismo, argumentando contra as críticas que apontam o pensamento marxista como um paradigma pobre e redutor de todos os fenômenos sociais a um economicismo determinista. Para tanto, partiremos da análise de formulada por Lukács (1979 e s.d.) sobre a economia como momento ontologicamente predominante e em seguida nos deteremos sobre elementos da teoria marxista original que nos permitem melhor compreender as relações entre economia e política. Ao longo do texto, procura-se ressaltar a importância do poder de Estado que, como instância de concentração das forças políticas e da violência, tem atuação decisiva para o funcionamento do sistema capitalista.

A economia como momento predominante

Apesar de Marx não haver sistematizado a questão da prioridade do momento econômico sobre as demais esferas de existência do ser social, Lukács (1979 e s.d.) resgata os elementos centrais do materialismo histórico e ressalta, entre outros aspectos da teoria marxista original, a importância desse tema. Perceber o econômico como o nível fundamental do sistema social permite entender melhor sua relação com a esfera extra-econômica na totalidade do modo de produção capitalista. Sobre esse momento decisivo para consolidação de uma ontologia materialista, Lukács aponta para o fato de que foi Marx

quem, pela primeira vez na história da filosofia, colocou as categorias econômicas como as categorias centrais na produção e reprodução da vida humana. Entretanto, não se pode confundir essa proposição com a idéia de que a imagem do mundo seja fundada sobre um economicismo.

Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação a outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível. (...) O mesmo vale, no plano ontológico, para a prioridade da produção e da reprodução do ser humano em relação a outras funções. Quando Engels, no discurso pronunciado junto à tumba de Marx, fala do “fato elementar (...) de que os homens devem primeiro de tudo comer, beber, ter um teto e vestir-se, antes de ocupar-se de política, de ciência, de arte, de religião etc.”, está falando precisamente de uma relação de prioridade ontológica (Lukács, 1979, p. 41).

O próprio Marx, em uma célebre passagem do prefácio à *Para a crítica da Economia Política* (1982, p. 25), afirma que “o modo de produção da vida material condiciona, em geral, o processo social, político e espiritual da vida”. Mas resta entender como se dá essa relação de predominância que não compromete a interação específica entre os diferentes momentos do agir humano, econômicos e extra-econômicos, e que não deve ser interpretada como uma redução mecânica de tudo à economia. É importante ressaltar, conforme Lukács (1979), que o método desenvolvido por Marx para elaborar sua crítica às relações sociais capitalistas parte de uma abstração particular: a abstração da própria economia em relação a todos os complexos não econômicos que constituem a totalidade social. Essa abstração visa a expor de maneira adequada as legalidades que operam nesse nível particular da realidade, livre das múltiplas interações com as demais legalidades que, dialeticamente, compõem o concreto. Para abordar o concreto, síntese das múltiplas determinações da totalidade, o esforço de compreensão deve partir, conforme argumenta Lukács, da forma de existência de seus complexos parciais (a economia, neste caso) e, a partir deles, construir abstrações que isolem os elementos centrais desse nível da

realidade. Contudo, as abstrações não são meros artifícios lógicos, pois elas, quando ontologicamente corretas, capturam o objeto sem violar a complexa realidade do fenômeno, pressupondo sempre a forma social no processo geral analisado. Assim, “o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto *não é senão a maneira de proceder do pensamento* para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado” (Lukács, 1979, p. 38).

Em *O capital*, sua obra mais expressiva de crítica ao capitalismo, Marx isola a esfera econômica das determinações extra-econômicas, mas isso significa tão somente que sua análise se desenvolve buscando a compreensão desse nível da realidade particular para, uma vez apreendido em sua legalidade imanente, colocá-lo progressivamente em contato com as determinações concretas da totalidade. Em outras palavras, em *O capital*, Marx abstrai a economia capitalista como forma de compreendê-la em sua pureza, mas, ao longo da obra, aproxima progressivamente as determinações abstratas que desvenda na esfera econômica da realidade concreta.

A abstração do experimento ideal permanece em constante contato com a totalidade do ser social, inclusive com as relações, tendências etc., que não entram na esfera da economia. Esse método dialético – peculiar, paradoxal, raramente compreendido – baseia-se na já referida convicção de Marx, segundo a qual – no ser social – o econômico e o extra-econômico convertem-se continuamente um no outro, estão numa ineliminável relação recíproca, da qual porém não deriva, como mostramos, nem um desenvolvimento histórico privado de leis e irrepetível, nem uma dominação mecânica “imposta por lei” do econômico abstrato e puro. Deriva, ao contrário, aquela orgânica unidade do ser social, na qual cabe às leis rígidas da economia precisamente e apenas a função de momento predominante (Lukács, 1979, p. 43).

Esse contato persistente das abstrações com a totalidade social (exatamente o que garante a validade daquelas como construto teórico) é exemplificado por Lukács (1979) no fato de que Marx, ao discutir

os determinantes do valor da força de trabalho, ressalta vivamente os determinantes histórico-sociais que influenciam essa categoria central da análise. Outro ponto em que essa relação fica visível é na limitação da jornada de trabalho, já que esta depende do embate entre patrão e empregado, entre classes apropriadoras e produtoras, portanto, da luta de classes – uma luta política –, para ser definida. Do Livro I ao Livro III, o autor atravessa vários níveis de abstração, mas sempre no sentido geral do abstrato para o concreto. Tanto que, depois de iniciar a obra com a análise mais abstrata da mercadoria, o capítulo final do livro se refere às classes sociais, elementos concretos da sociedade capitalista. Mais importante é constatar que Marx abstrai para apreender os objetos em sua realidade existente, conferindo-lhes sempre a prioridade sobre o pensamento lógico. Assim, abstrair a economia das relações extra-econômicas é a outra face de pressupô-las. Isso quer dizer que na análise de Marx sobre a dinâmica capitalista, os níveis de realidade extra-econômicos, como a política e o Estado, estão pressupostos, mas isolados em suas legalidades para melhor apreender a esfera ontologicamente central da reprodução humana, a economia – contradizendo as críticas a um suposto economicismo.

Marx compreende o capital em sua gênese histórico-ontológica, evidência disso é que, ainda no Livro I, o autor escreve sobre a acumulação primitiva, um processo essencialmente extra-econômico. Assim, “somente quando se leva em conta essas contínuas interações entre o econômico, rigidamente submetido a leis, e as relações, forças etc., heterogêneas com relação a esse nível, ou seja, o extra-econômico, é que a estrutura de *O Capital* se torna compreensível” (Lukács, 1979, p. 45).

Cabe ressaltar nesse ponto que o que se chama *prioridade ontológica* é radicalmente distinto de um *juízo de valor*. Não se trata de afirmar que a economia é mais importante que a política, o direito, as artes etc. A esfera econômica é ontologicamente predominante pela própria materialidade do ser social, que depende primariamente da produção e reprodução de suas condições materiais de existência, tanto em nível biológico como social.

Nesse aspecto, é importante destacar a relação entre as esferas econômica e extra-econômica do ponto de vista do seu momento

predominante: a economia. Para isso, continuaremos recorrendo a Lukács, que, ao analisar a introdução de 1857 à *Para a crítica da Economia Política*, detém-se em um dos pontos centrais da argumentação de Marx: a prioridade do momento da produção sobre a distribuição. Ao trazer à baila as relações entre os dois complexos, deparamo-nos com a interação entre formas econômicas e extra-econômicas no capitalismo. O objetivo de Lukács nesse ponto é elucidar a interação entre os dois momentos, rompendo com a concepção vulgar de distribuição como “mera distribuição dos produtos e [que], por isso, aparece como independente da produção” (Lukács, 1979 p. 71). O autor mostra que Marx esclarece essa questão ao evidenciar que a distribuição de produtos e riquezas corresponde a uma estrutura de produção, que implica uma distribuição particular dos meios de produção e dos membros da sociedade pelos diferentes tipos de produção.

Uma falsa compreensão sobre esse processo pode resultar em atribuir a forças extra-econômicas a determinação independente na distribuição de riquezas, conferindo a essas forças um papel predominante sobre a economia. Dessa forma, o próprio momento de distribuição seria ontologicamente prioritário sobre a produção.

Essa aparência pode se estender também à sociedade como um todo, o que se verifica quando determinados eventos históricos – por exemplo, as conquistas – transformam ou inovam as relações de distribuição no sentido indicado por Marx. É indubitável que, nesse caso de conquista, surge frequentemente uma nova distribuição. Ou os vencidos são submetidos às condições produtivas dos vencedores; ou o modo de produção se mantém, mas gravado por impostos etc; ou, finalmente, surge por interação algo novo (Lukács, 1979, p. 71).

Essas possibilidades, conforme Lukács, parecem se referir exclusivamente a condicionalidades extra-econômica, advindas do poder de conquista. Contudo, “no modo de atuação dessas interações entre relações de distribuição surgidas de maneira extra-econômica, impõe-se sempre a direção de desenvolvimento da produção subjacente” (1979, p. 71). Ou seja, qualquer relação de distribuição imposta por

forças extra-econômicas implica a existência de uma estrutura de produção que lhe corresponde.

A distribuição é ela mesma um produto da produção, não apenas no que se refere ao objeto – somente podem ser distribuídos os resultados da produção –, mas também no que se refere à forma, já que o modo determinado de participação na produção determina as formas particulares de distribuição, o modo sob o qual se participa da distribuição (Marx, 2007, p. 16).

Se uma nova dinâmica de distribuição é inaugurada por força da conquista ou violência, uma nova direção de desenvolvimento da produção precisa se conformar para atender ao padrão imposto. Somente a partir de uma reestruturação na esfera produtiva – nisso incluindo a distribuição dos meios de produção e da população entre os diferentes tipos de produção – é que uma nova forma de distribuição das riquezas se torna efetiva. Pelo que continua cabendo à produção o momento predominante.

Lukács argumenta que a predominância do momento econômico sobre o extra-econômico não significa, contudo, que a diferenciação entre as duas esferas é mera aparência – ou seja, que tudo é econômico em última instância. Na verdade, cada complexo (a economia ou a política, por exemplo) é movido por determinadas legalidades internas particulares, o que não anula logicamente a prioridade de uma sobre a outra em nível ontológico. Quanto a isso, o autor ressalta o papel da acumulação primitiva na gênese das legalidades capitalistas. Somente quando aquela se conclui é que estas podem entrar em ação de maneira completa. Ou seja, as leis econômicas que regem esse modo de produção só passaram a vigorar após uma série de ações de cunho eminentemente político, “isso quer dizer que o novo sistema econômico do capitalismo não teria sido possível sem essa anterior subversão extra-econômica das relações de distribuição” (Lukács, 1979, p. 73). Isso não significa, porém, que se trata de uma lei universal de desenvolvimento das forças produtivas que possa ser aplicada imediatamente a todos os momentos históricos. Vias prioritariamente econômicas de desenvolvimento para o capitalismo são possíveis a depender de contextos históricos concretos

(seja através do aprofundamento ou desenvolvimento das relações vigentes implantadas em germe por uma medida externa – emigrações para territórios incultos, por exemplo – ou por meio da emergência de uma nova configuração social enquanto os sujeitos ainda trabalham para a reprodução da forma original, a partir do constrangimento externo de uma nova dinâmica, que progressivamente se internaliza).

Tal como Marx, Lukács adota uma postura teórica que não se limita a uma suposta rigidez antitética entre economia e violência. Assim, enfatiza que a dialética entre os momentos econômicos e extra-econômicos perpassa toda a história da humanidade. A violência, portanto, tem um papel decisivo na trajetória de expansão das forças produtivas. Da escravidão à servidão feudal, cujas premissas residem na capacidade gradativamente adquirida pelo homem de produzir mais do que o necessário para se manter, até à fixação da jornada de trabalho no capitalismo, “à violência resta um momento integrante da realidade econômica de todas as sociedades de classe” (idem, p. 75).

O momento predominante da economia na ontologia de Marx diz respeito ao fato de que as categorias econômicas são a base para a própria existência e reprodução do ser social. Mas o que caracteriza exatamente o ser social? Lukács observa que a teoria marxiana sobre o modo de produção capitalista permite entrever uma constatação elementar acerca do caráter social do ser humano. A característica especial que distingue o homem de um ser meramente biológico é o *trabalho*, entendido como atividade orientada para uma finalidade previamente concebida criadora de novas objetividades. É o trabalho nesse sentido ontológico que faz do homem um ser social, ou seja, algo além do ser natural. O trabalho como práxis social nasce com o pôr teleológico do indivíduo: a definição consciente de uma finalidade para seu agir. Antes disso, o homem respondia apenas aos estímulos naturais e biológicos, sendo a consciência, quando presente, de caráter epifenomênico. A partir da escolha de determinadas relações causais para realizar um agir previamente ideado, uma série de momentos próprios do processo de trabalho passam a existir e, com eles, o agir intencional do ser social toma forma, se concretiza.

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações

semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente (Marx, 1983, p. 297-8).

O materialismo fundado por Marx, ao se debruçar sobre a materialidade do ser, encontra na produção e reprodução da vida material a base para toda a sociabilidade humana. O trabalho, esse complexo que permite ao homem modificar a natureza ao seu redor, faz recuar continuamente as barreiras naturais sobre o ser, o qual amadurece progressivamente como ser social. A evolução do trabalho simples até as formas mais complexas (em que se exige a coordenação de outros homens para obter os fins postos) é a base para o desenvolvimento do ser social, fazendo recuar constantemente as barreiras naturais – que são, contudo, inelimináveis. Acompanhando o crescente processo de socialização do ser, vários outros complexos aparecem e se desenvolvem também para garantir sua reprodução material. Um desses complexos é a linguagem, que surge justamente da necessidade material de comunicação dos homens, seja para fugir de predadores naturais ou para coordenar a busca por alimentos¹. Como se vê por esse exemplo, a complexificação do ser social caminha *pari passu* com as necessidades com as quais se defronta, mas todas têm origem, em última instância, nas necessidades básicas de sobrevivência e reprodução da espécie.

Essa materialidade orgânica do ser social persiste mesmo em suas formas mais evoluídas. Outros complexos surgem na evolução da sociabilidade e passam a cumprir funções mediadas na manutenção e reprodução da espécie humana. Todas, porém, têm como base o trabalho entendido em seu sentido amplo. O trabalho compreende, além da posição de uma finalidade, a escolha dos meios para realizá-la. A correta avaliação dos meios para atingir o fim posto pressupõe o conhecimento adequado das relações causais entre os processos da natureza, inicialmente, e da sociedade, a segunda natureza do ser social. Como as necessidades não cessam, a realização dos meios para cumprir

a finalidade posta se torna contínua. Os meios se convertem também em finalidades. A busca por meios mais eficientes para realizar o trabalho acaba por se transformar em uma própria finalidade. Autonomizam-se os meios para consecução dos fins imediatos. A autonomização dos meios cria novos complexos que mediam a reprodução social. Esses complexos passam, pela própria heterogeneidade com relação ao trabalho imediato, a exigir legalidades próprias de funcionamento. É a heterogeneidade dos complexos autônomos que garante a sua interação adequada com a esfera da reprodução material. Essa heterogeneidade é o próprio modo de manifestação desses complexos particulares surgidos a partir do trabalho.

Como cada um desses complexos autônomos é regido pela própria natureza e função mediadora que desempenham no processo global, seguindo legalidades específicas, a socialização progressiva do ser torna inevitável o desenvolvimento desigual desses complexos. Essas tendências evolutivas desiguais se consolidam definitivamente quando a produção e reprodução do ser adquirem um caráter marcadamente social. Como analisa Lukács (1979, p. 129), enquanto os homens são capazes de regular sua sobrevivência e cooperação segundo seus costumes, de forma espontânea, o problema da autonomia relativa desses complexos não se põe.

Tão somente num grau superior da construção social, quando intervêm as diferenciações de classe e o antagonismo entre as classes, é que surge a necessidade de criar órgãos e instituições específicos, a fim de cumprir determinadas regulamentações do relacionamento econômico, social etc., dos homens entre si. Uma vez constituídas tais esferas, seu funcionamento torna-se o produto de posições teleológicas específicas, que são certamente determinadas pelos carecimentos vitais elementares da sociedade (...) (Lukács, 1979, p. 129).

Entre os complexos que surgem com o desenvolvimento do ser social, estão o direito e a política. Lukács (1979) dedica um esforço analítico particular ao campo jurídico, mas é possível retirar de algumas dessas contribuições elementos também aplicáveis ao campo da política e ao Estado,

que se consolidam apenas em um estágio mais complexo da socialização. Seu objetivo é regular de modo sistemático as relações econômicas entre os homens, o que conduz à consolidação das relações de dominação.

O Estado surge quando a necessidade de um ordenamento da reprodução faz com que uma parte dos indivíduos se especialize em coordenar outros indivíduos na busca ou manutenção imediata por meios de sobrevivência. Implica, necessariamente, a divisão entre os que produzem diretamente e os que se apropriam; implica classes. As relações de comando e poder são estabelecidas a partir da emergência histórica de líderes, de um lado, e liderados, de outro. Esta é, contudo, uma condição necessária, mas de modo algum suficiente. A liderança para a realização de determinadas atividades se desenvolve a partir da divisão natural do trabalho². Isso não implica, necessariamente, o desenvolvimento de relações hierárquicas de mando, de poder político; não se desemboca no Estado apenas por que as funções de reprodução da espécie humana exigem a coordenação entre indivíduos para garantir sua sobrevivência. Líderes e liderados não significa dominantes e dominados. Não parece problemático reconhecer em sociedades primitivas a figura do líder. Seja religioso ou guerreiro, o líder pode figurar como um sujeito a serviço da comunidade. Nesse caso, o desejo do líder não ultrapassa o desejo da sociedade e aquele é um meio para que esta sobreviva, reproduzindo-se enquanto tal.

A possibilidade de surgimento do Estado, dada ontologicamente pela possibilidade de os indivíduos produzirem mais do que necessitam diretamente para si (ou seja, a possibilidade do excedente), não implica o desenvolvimento necessário do Estado. É preciso que a autonomização decorrente de uma necessidade social haja conduzido ao estabelecimento, à cristalização, de um poder que se confronte como externo ao restante da sociedade³. Pode-se pensar que a guerra é uma atividade que exorta o líder guerreiro a exercer um comando mais abrangente (no tempo e no espaço) sobre a comunidade⁴. A constância da guerra, dada pela necessidade de manter o controle sobre os meios imediatos de sobrevivência social – notadamente a terra ou o território – enseja a consolidação da autoridade do líder, do chefe que agora é político. Surge o Estado e inverte-se a lógica anterior: a sociedade agora está a serviço do líder. Há dominantes e dominados.

Com a evolução do ser social, os complexos particulares (o Estado, o direito, por exemplo) evoluem e a esfera política adquire determinações próprias de sua legalidade interna, que, em última instância, visa a escolher os meios adequados de organização da sociedade produtora. A sistematização dessas atividades acaba por consolidar relações de dominação, que adquirem estabilidade e autonomia frente aos processos imediatamente produtivos. Centraliza-se o controle ao mesmo tempo em que uma parte dos membros da sociedade passa a responder politicamente pelas decisões de sobrevivência daquele sistema em nível geral. Os interesses do Estado se põem como interesses em si e para si, tornando-se valores objetivos, de validade social. Esses valores, que passam a fazer parte da reprodução social, interferem na vida dos sujeitos e são impostos à comunidade a despeito de sua vontade ou consciência. Disso, naturalmente, podem surgir conflitos, que o Estado dirime usando a força ou por meios não diretamente violentos.

Quando o ser social ainda estava preso às tribos, o líder político identificava-se predominantemente com o líder guerreiro, aquele capaz de coordenar as ações de defesa e garantir a sobrevivência do grupo. Com o aumento da abrangência da socialidade, das *gens* primitivas brotam formas mais modernas de Estado. Como sua gênese ontológica pressupõe a diferenciação entre os membros da comunidade, esse traço permanece ineliminável nas formas mais desenvolvidas. O caráter do uso da força é próprio desse complexo, que reivindica e monopoliza as atribuições militares em nível cada vez mais amplo, resguardando as estruturas econômicas e a ordem interna das ameaças externas. A teleologia particular do Estado pressupõe o inteiro mundo material como existente e busca introduzir nele princípios ordenadores obrigatórios, que esse mundo não poderia extrair de sua própria espontaneidade imanente. “Nesse sentido, apenas o fato de organizar, dar algum tipo de coesão às relações humanas, impedindo que se tornem por demais conflitivas, indica o porquê da política” (Osorio, 2004, p. 87).

A expansão quantitativa e qualitativa da divisão social do trabalho cria necessidades especiais, “formas de mediações específicas entre complexos sociais singulares que, exatamente por causa desta função particular no processo reprodutivo do complexo total, adquirem uma peculiar estrutura interna” (Lukács, s.d., p. 75). Mas exatamente pelo

fato de que o funcionamento adequado do complexo total atribui ao complexo mediador funções parciais e específicas, este assume certa autonomia. A autonomia surge pela necessidade objetiva, de certo modo autônomo e específico, de agir de cada complexo e isso acaba resultando em desenvolvimentos desiguais e contraditórios entre os diferentes complexos⁵.

O Estado moderno se particulariza como prática humana justamente pela dinâmica de dominação e de conservação da ordem social. Ele se especializa nessas funções e parece adquirir vida própria. Continuamente, para sua própria reprodução como elemento de garantia da dominação de classe, o Estado precisa se tornar autônomo da esfera da produção e reprodução imediatas. A política é o campo em que as diferentes forças sociais lutam pelo controle desse poder de autoridade sobre as leis, o aparato militar, o orçamento etc. Essa é gênese da autonomia relativa do político e do Estado como esferas de valores e campos específicos de atuação. Essa autonomia, como dito, é necessária para o correto funcionamento do Estado como elemento de mediação da ação humana dentro do sistema que o engendrou, que ele ajuda a manter e com o qual estabelece uma relação orgânica de existência⁶. O Estado existe enquanto estrutura de conservação de uma ordem social que pressupõe certa forma de produção econômica e uma conformação determinada da sociedade em classes. Ele atua sobre essa realidade e é historicamente moldado por ela.

Um olhar sobre a acumulação primitiva

A presença explícita do Estado no desenvolvimento teórico de *O capital* está restrita a poucas seções. Uma delas é o capítulo XXIV do Livro Primeiro, dedicado à análise do processo da acumulação primitiva. Em busca de elementos que permitam uma compreensão mais acurada sobre a interação entre política e economia e os resultados desse processo para a gênese e o funcionamento do capital, é importante analisar e esclarecer o significado preciso desse processo. Como observado por Lukács (1979), esse ponto é fundamental para apreender com clareza a constituição orgânica do modo de produção em questão.

Marx apresenta o problema, inicialmente, do ponto de vista lógico. Se a acumulação de capital pressupõe a mais-valia e esta pressupõe a produção capitalista, todo o movimento parece girar num círculo vicioso, “do qual só poderemos sair supondo uma acumulação ‘primitiva’ (...), precedente à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida” (Marx, 1984, p. 261). Logo de início, portanto, é possível visualizar o objeto de estudo do autor nesse ponto da obra: a transformação de relações não capitalistas em relações capitalistas de produção. Esse processo geral, entretanto, não aparece como mero desenvolvimento lógico de uma economia pré-capitalista, mas como resultado de uma transformação histórica que, por meio de um conjunto de forças extra-econômicas, operou uma mudança decisiva na organização da sociedade.

Ao contrário da maior parte de *O capital*, em que Marx abstrai as forças extra-econômicas para analisar as legalidades econômicas do capital em sua máxima pureza, o autor se detém exatamente sobre os determinantes não econômicos quando aborda o tema da acumulação primitiva. No capítulo em questão, Marx apresenta uma série de eventos históricos que criaram os pressupostos para o surgimento do capitalismo. Estes, a partir do momento em que a produção capitalista se ergue sobre os próprios pés, deixam de fazer parte da sua gênese histórica e se tornam condições postas pelo capital em funcionamento. Assim, as pré-condições que engendraram o novo modo de produção passam a se apresentar como fruto da própria processualidade do sistema constituído.

Para que as relações baseadas na lógica do capital pudessem surgir, a dissolução de relações típicas do feudalismo era indispensável, uma vez que o sistema capitalista emergiu do seio da sociedade feudal. A consolidação do novo modo de produção envolve dois processos que formam os pólos complementares da transformação: de um lado, a separação entre produtores e suas condições objetivas de sobrevivência; de outro, a formação da grande indústria a partir das formas econômicas precedentes. Opondo-se à explicação característica da apologética burguesa de que as disparidades entre ricos e pobres decorrem da diferença de comportamento entre o homem naturalmente

laborioso e o naturalmente perdulário, Marx afirma que “na história real, como se sabe, a conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência, desempenham o principal papel” (1984, p. 261). Sua análise vai demonstrar que as leis supostamente “naturais” do modo de produção capitalista só puderam entrar em operação a partir de uma série de medidas de força extra-econômica, indispensáveis ao estabelecimento das novas relações capitalistas.

Para Marx, a acumulação primitiva é o processo histórico de separação entre produtores diretos e meios de produção. Esse momento constitui a essência das transformações que desembocam no novo modo de produção, pois representa o aspecto que diferencia o sistema capitalista dos anteriores⁷. Esse processo, entretanto, não é suficiente para a completa gênese histórica do novo modo de produção. Uma vez que os antigos proprietários rurais se tornam livres, ou seja, são expropriados dos meios de produção, não se pode esperar que se convertam imediatamente em proletários urbanos. Para que isso pudesse acontecer, foi necessária a conformação de uma nova dinâmica produtiva por meio da qual os enormes contingentes expropriados puderam ser assimilados como trabalhadores assalariados pela grande indústria.

Assim, em um dos pólos, tem-se a expropriação da população rural de sua base fundiária, dos meios de produção. No outro, a transformação das condições objetivas de produção em capital, com o nascimento da grande indústria. E, ligando os dois momentos, a conformação das relações de produção tipicamente capitalistas, um processo que levou séculos para ser consolidado. Quanto ao primeiro aspecto, ao analisar o que chama de caso clássico, a Inglaterra, Marx ressalta que a maior parte da população rural era de pequenos proprietários que lavravam a própria terra e utilizavam as terras comuns para extrair uma parte de sua subsistência. Não eram ricos, mas viviam confortavelmente, de modo que “a expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo” (1984, p. 263). O maior impulso para isso, segundo Marx, foi dado, na Inglaterra, pelo florescimento da manufatura flamenga e a conseqüente alta dos preços da lã. Logo, percebe-se na argumentação do autor que o evento que forma a base de todo o processo foi desencadeado por uma mudança nas condições de produção ainda sob a organização manufatureira pré-capitalista. Mas as mudanças na estrutura produtiva do campo inglês, com a substituição

crescente do cultivo agrícola – predominantemente para autoconsumo – pela criação de ovelhas⁸, não poderiam ter ocorrido sem a expansão violenta dos pequenos proprietários e o *cercamento* das terras comuns. Esse processo, levado a cabo por meio de fraudes, de uma legislação permissiva e de outros expedientes pouco louváveis, retirou do campo milhares de camponeses, separando-os de suas condições objetivas de trabalho e subsistência. Paralelamente, ao longo de séculos, os antigos arrendatários rurais foram se convertendo em arrendatários propriamente capitalistas, empregando força de trabalho assalariada e buscando a valorização do próprio capital por meio da venda de mercadorias no mercado. Marx assim resume o processo:

O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros (1984, p. 275).

Paralelamente à liberação dos trabalhadores rurais, os bens de subsistência que alimentavam esses camponeses foram progressivamente transformados em elementos do capital. Uma vez que grande parte da população já não produzia os itens de sua própria subsistência, era preciso adquiri-los no mercado. Além disso, os meios de produção de que dispunham os antigos proprietários também lhes foi alienado ao longo do processo. Como ressalta Marx nos *Grundrisse*:

O capital não cria as condições objetivas de trabalho. Mas uma vez que sua *formação originária* ocorre simplesmente através do processo histórico de dissolução do antigo modo de produção, o valor existente como *patrimônio-dinheiro* adquire, por um lado, a capacidade de *comprar* as condições objetivas de trabalho, por outro, a de trocar com os trabalhadores liberados seu trabalho *vivo* por dinheiro (2007, p.469).

A transformação da agricultura em pasto força os trabalhadores rurais a migrar para as cidades em busca de trabalho, acentuando a divisão entre o campo e as zonas urbanas. Com isso, começa a tomar forma um mercado nacional, onde são comercializados como mercadorias os bens de subsistência e as matérias-primas – antes de posse dos produtores diretos, agora convertidos em elementos do capital variável e constante. O poder estatal influencia bastante o processo, entre outras medidas, através de leis que validam a expropriação e impelem o campesinato livre ao trabalho assalariado, ora ratificando ora impulsionando o surgimento de um mercado nacional que toma a forma capitalista. Com a evolução do processo e o crescimento das manufaturas, uma outra força entra em ação: a burguesia nascente passa a empregar o poder do Estado para regular o salário dentro dos limites convenientes à extração de mais-valia e para prolongar a jornada de trabalho.

No outro pólo das relações de produção, contribuindo para que o sistema capitalista se estabelecesse como modo de produção dominante, uma nova classe proprietária passa a concentrar os meios de produção e a organizar a esfera produtiva em moldes especificamente capitalistas, contratando força de trabalho assalariada para produzir mercadorias e, assim, extrair mais-valia. A transformação do capital usurário e do capital comercial em capital industrial é uma das formas como a acumulação primitiva se processa nesse campo, no qual o poder autoritário e nada natural do Estado também funciona como catalisador e indutor das mudanças.

Entre os fatores que impulsionaram a formação do capital industrial a partir das formas anteriores (baseadas na manufatura, no comércio e na usura), Marx enumera: a expansão das redes mercantis com o encontro do continente americano, a descoberta de ouro e prata nesses territórios, a conseqüente disputa entre os países pelas posições comerciais, a criação de um amplo sistema colonial e o crescimento das dívidas públicas. “Sistema colonial, dívidas do Estado, peso dos impostos, proteção, guerras comerciais etc., esses rebentos do período manufatureiro propriamente dito se agigantam durante a infância da grande indústria” (Marx, 1984, p. 290).

As sociedades comerciais que exploraram o monopólio estatal no comércio com as colônias foram poderosas alavancas de concentração

de capital. O tesouro extraído das colônias se transformava em capital nas metrópoles onde florescia a indústria. A expansão do comércio impulsionou a formação de indústrias que passaram a abastecer as colônias e outros países. Marx pontua: “hoje em dia, a supremacia industrial traz consigo a supremacia comercial. No período manufatureiro propriamente dito, é, ao contrário, a supremacia comercial que dá o predomínio industrial” (1984, p. 288). De onde se pode inferir que as guerras entre os Estados por posições comerciais privilegiadas para seus agentes econômicos desempenharam um papel fundamental no processo de extração, transferência e concentração de riquezas.

Concomitantemente, a atividade estatal deu margem à expansão em proporções inéditas de um negócio milenar: a usura. O sistema colonial e a guerra comercial entre as nações proporcionaram o terreno fértil para o crescimento dessa atividade. “A dívida pública torna-se uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva. Tal como o toque de uma varinha mágica, ela dota o dinheiro improdutivo de força criadora e o transforma, desse modo, em capital” (Marx, 1984, p. 288). Com isso, afirma-se o capital bancário, fonte de crescimento exponencial da acumulação capitalista.

Também o protecionismo foi uma forma de capitalizar as empresas nacionais e “encurtar violentamente a transição do antigo modo de produção para o moderno” (Marx, 1984, p. 289-290), fazendo com que uma nova estrutura produtiva se organizasse aproveitando as condições criadas para o estabelecimento da grande indústria capitalista. Essa transição, em algumas passagens do capítulo XXIV, é caracterizada por Marx como artificial⁹. Isso decorre de um aspecto central na compreensão do autor acerca do surgimento do novo modo de produção. Para Marx, o sistema capitalista não é uma evolução natural da economia feudal que amadureceu primeiramente na Inglaterra, mas sim o produto de uma mudança não espontânea na base de reprodução material da sociedade. Em outras palavras, não há um desenvolvimento linear no qual o capitalismo é um ponto de chegada, para o qual tende a evolução das relações sociais em grau crescente de comercialização. A luta secular entre diferentes classes de agentes econômicos paulatinamente transformou as condições de reprodução material da sociedade e produziu uma nova conformação econômica

baseada em uma distribuição específica de poder entre essas classes, que também se transformaram ao longo do processo. Sem a violência e a luta política que caracteriza o processo de acumulação primitiva, o capitalismo não teria surgido naturalmente.

Na demonstração dessa historicidade se joga o objetivo político e epistemológico de toda a obra teórica de Marx (...). A nova ordem pressupõe o desordenamento das relações anteriores. A ordem se estrutura a partir da violência, não existe ordem natural. A “paz” em geral não é mais que o domínio burguês (Kohan, s.d.a, p. 204).

A gênese do capitalista industrial é o pólo complementar da liberação dos trabalhadores rurais de seus meios objetivos de produção, revolucionando as formas pré-capitalistas de produção e possibilitando a absorção dos trabalhadores expropriados do campo como assalariados urbanos. Porém, não bastava que as condições objetivas de produção estivessem na forma de capital, de um lado, e os trabalhadores “livres”, de outro, para que o capitalismo operasse espontaneamente. Foi necessária uma coerção sistemática da população para “educar” a massa de expropriados e transformá-los em trabalhadores assalariados, consolidando as relações tipicamente capitalistas de produção. As legislações inglesa e francesa dos séculos XVI, XVII e XVIII, como documenta Marx (1984), estão repletas de medidas que tinham por fim punir os pobres que não trabalhavam e forçá-los a se adequarem às exigências laborais da manufatura e da indústria nascente.

Está historicamente comprovado que essa massa tentou em princípio este último [a mendicância, o vagabundeio e o roubo], mas que foi empurrada fora de essa via, por meio da força e do chicote, ao estreito caminho que leva ao mercado de trabalho; de tal modo que os *governos*, Henry VII, VIII etc., aparecem como condições do processo histórico de dissolução e como criadores das condições para a existência do capital (Marx, 2007, p. 470).

Através da coerção oficial operada pelo Estado, mas também por meio de inúmeros expedientes repressivos empregados pelos

proprietários dos meios de produção, a população dos países onde nascia o capitalismo foi obrigada a se adaptar ao novo padrão econômico. Somente com a “evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes” (Marx, 1984, p. 277). A naturalização das relações capitalistas oculta a violência de que são resultado, mas não elimina o uso esporádico, quando necessário, de meios extra-econômicos para manter a regularidade dessas condições de produção. “Violência extra-econômica direta é ainda, é verdade, empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, o trabalhador pode ser confiado às ‘leis naturais da produção’” (Marx, 1984, p. 277). Quando se faz necessária uma readaptação da dinâmica produtiva em prol de novas necessidades expansivas do capital – ou quando a ordem política e econômica vigente se vê ameaçada de algum modo –, as forças que operam e se aproveitam da sociabilidade capitalista precisam estar prontas para manejar autoritariamente as relações políticas (inclusive por meio da violência) em proveito dos interesses sociais dominantes.

Como analisa Marx, a reorganização da velha sociedade feudal em função da lógica capitalista é ampla e não se resume à expropriação dos trabalhadores rurais, de um lado, e a gênese do capitalista industrial, de outro, mas envolve em seu bojo inúmeros aspectos, entre os quais estão a criação de nova dinâmica de circulação das mercadorias, as inovações tecnológicas e o financiamento da produção, por exemplo. O momento essencial do processo, entretanto, não deixa de ser a separação entre trabalhadores e meios de produção. Esse fato marca a diferença fundamental do sistema capitalista com relação aos modos de produção anteriores, em que os indivíduos se relacionavam com as condições objetivas de trabalho como possuidores, proprietários ou co-proprietários. É somente através da exploração da força de trabalho que o capitalista pode extrair a mais-valia. Isso só pode ocorrer a partir do momento em que o trabalhador livre se coloca no mercado como vendedor da força de trabalho. Ao lançar luz sobre as condições históricas de surgimento do sistema capitalista, Marx ressalta que o uso da violência e do poder político (sobressaindo-se a participação do Estado) foram condições indispensáveis para a formação do proletariado, para

o surgimento do capital industrial e também para operar as mediações necessárias à consolidação das relações capitalistas. Referindo-se ao sistema colonial, à dívida pública e ao sistema protecionista dos Estados que se industrializavam, Marx argumenta que todos esses processos

(...) utilizaram o poder do Estado, *a violência concentrada e organizada da sociedade* para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. *Ela mesma é uma potência econômica* (1984, p. 286 – grifos meus).

Considerando o papel decisivo operado pelas forças extra-econômicas nesse processo, aparece claramente um aspecto muitas vezes desconsiderado na teoria marxiana: o fato de que o capital pressupõe e reproduz sempre relações de poder. O poder político não apenas participa da acumulação primitiva nos seus pólos complementares, mas atravessa o conjunto formado pelos dois, a própria relação-capital: a relação entre produtores e apropriadores. “Se isto é certo, o poder é o âmbito das relações de forças – que atravessam tanto as relações sociais como as relações políticas – onde se produzem e reproduzem novas relações a partir da ruptura das anteriores” (Kohan, s.d.a, p. 194).

A análise da acumulação originária evidencia as relações de poder que estão na base e constituem o capital. Assim, é indevido supor que Marx simplesmente não tem uma teoria do poder, ou que esta é uma lacuna insuperável no seu pensamento, uma vez que, nesse ponto, o autor trata exatamente de relações extra-econômicas que são partes constitutivas do modo de produção capitalista. É significativo que Marx, em *O capital*, opte por expor todo o processo lógico de transformação de dinheiro em capital e de produção de mais-valia antes de tratar da sua gênese histórica. De fato, é somente depois de consolidar o nível de abstração referente ao processo de produção do capital (na chamada “lei geral de acumulação capitalista”) que o autor se detém sobre a acumulação primitiva. Como dito, Lukács (1979) argumenta que a decisão de apresentar de modo completo as legalidades econômicas antes da gênese histórica se deve ao próprio método utilizado por Marx,

qual seja: a abstração da esfera econômica em relação aos momentos não econômicos que compõem o concreto.

Assim, pode-se dizer que todos os mecanismos de violência, de poder, de coerção não estão propriamente ausentes da análise econômica marxiana, mas que estão pressupostos em *O capital*. Uma leitura economicista dessa obra leva a crer que a violência é externa ao modo de produção capitalista. Ou, na melhor das hipóteses, está confinada, junto com a esfera política, no nível da superestrutura.

O que nos fica como resultado, então? A violência e o poder de um lado, o mercado do outro; a política de um lado e a economia do outro. Reproduz-se dessa maneira a velha dicotomia de origem liberal e cunho jusnaturalista que essencialmente dividia economia de um lado e política e poder de outro (Kohan, s.d.b, p. 212).

Uma leitura economicista de *O capital* pode sustentar ainda que a violência e o poder formam parte apenas da gênese histórica do capitalismo e que, uma vez atingida a maturidade, o sistema não necessita desses expedientes para se reproduzir. Porém, tanto a emergência histórica do modo de produção capitalista quanto o funcionamento “natural” das leis “objetivas” da economia não é independente das relações de poder, uma vez que “sem relações de poder não há relações de produção” (Kohan, s.d.b, p. 215).

Se um dos principais objetivos teóricos de Marx é explicitar o caráter histórico – não eterno – do capitalismo e, com isso, reivindicar a possibilidade de superação dessa ordem, é evidente que as leis que aparecem como “naturais” desse modo de produção não devem ser entendidas no sentido positivista. Em outras palavras, a história não está predeterminada, não segue um curso natural e isento de contradições. A história é construída através da interação social dos homens que se organizam voluntária e involuntariamente em classes a partir da estrutura econômica herdada do passado. O próprio capitalismo é conformado no interior desse processo de disputa pelo controle dos meios de produção e da riqueza social. Essa luta de classes, não raro, envolve meios violentos para afirmação dos poderes. As legalidades próprias de cada modo de produção operam, portanto,

sempre a partir de uma determinada relação de forças entre as classes no plano da reprodução material, uma estrutura herdada do período anterior. Desse modo, se o funcionamento das leis econômicas do capital não é independente da luta de classes, pode-se sustentar que *O capital* é um livro sobre economia, sim, mas também sobre política.

Se em *O capital* não houvesse, ao mesmo tempo, relações de poder e política – ainda que abordadas em níveis particulares de análise –, como compreender a declaração de Marx (1984, p. 286) ao afirmar que “[a violência] ela mesma é uma potência econômica”? Constatase então que a relação contraditória entre as classes, a luta política, atravessa cada uma das categorias econômicas de *O capital*.

As categorias centrais da análise econômica de Marx em *O capital*, tais como valor, mercadoria, dinheiro, capital, salário, mais-valia, lucro e renda, constituem categorias que *expressam um aspecto relacional*, e dão conta das relações sociais que os homens estabelecem para resolver em uma organização histórica particular, o capitalismo, a produção social (...). Aquelas categorias são expressão de relações entre classes sociais (Osorio, 2004, p. 98).

A política, portanto, não pode estar reclusa de modo reificado na instituição estatal ou nos partidos políticos. Essas instituições, embora pareçam autônomas, estão fundadas em relações sociais conflitivas. As contradições, no campo específico da esfera política, são expressas de maneira particular, de acordo com a legalidade própria desse complexo face às determinações concretas da totalidade social (que articula orgânica e dialeticamente os momentos econômicos e extra-econômicos).

“O capitalismo, todo o tempo, à medida que vai se renovando e reproduzindo em escala ampliada, necessita da violência” (Kohan, s.d.b, p. 250). E se necessita da violência, necessita do Estado, já que este é a instância onde se concentram os poderes de coerção da sociedade moderna. O capitalismo, por um lado, reproduz permanentemente a expropriação dos produtores diretos ao negar a possibilidade de uma produção voltada às necessidades sociais; por outro, precisa constantemente ampliar seu território de dominação, submetendo

todas as esferas da sociedade à sua lógica imanente e estranhada dos indivíduos. Se as relações sociais que estruturam a sociedade capitalista são atravessadas desde sua origem por relações de poder, estas precisam ser entendidas como parte integrante da própria estrutura do capital.

Se não fosse assim, a repressão seria apenas “um pecado de juventude” e depois teria sido abandonada, mas não. No capitalismo, ela volta periodicamente porque a cada vez que se aprofunda a subsunção real do trabalho ao capital (que não se dá de uma vez para sempre como se se pudesse passar da subsunção formal à real do trabalho ao capital de uma vez por todas), reproduzindo-se como um processo permanente na história. Onde o capital quer avançar e conquistar novos territórios sociais, necessita da violência porque não conquista esses territórios (não apenas geográficos, como também sociais) sem violência e sem poder (Kohan, s.d.b, p. 225).

A luta de classes não está circunscrita à esfera da disputa partidária e da luta pelo poder de Estado, mas também se faz presente ao atravessar as relações sociais de produção. Por isso, não se pode entender a luta de classes como uma instância externa às legalidades econômicas, que legitima uma determinada configuração de produção. Ela não é algo que vem de fora, por cima, para oficializar um modo de produção maduro e previamente constituído. As relações de poder, das quais o Estado é parte importante, atravessam toda a sociedade. Como conseqüência, é indevido pensar no Estado como um mero comitê executivo da burguesia, sem mais determinações.

No outro extremo da interpretação economicista, que lê em *O capital* apenas a descrição das legalidades econômicas e que deriva todo o resto (formas jurídicas, políticas e de consciência) diretamente a partir delas, está a visão metafísica do poder como um atributo transcendental, a-histórico e autônomo que a tudo determina, submetendo a própria economia a seus imperativos universais. A autêntica compreensão capaz de dar conta da complexidade da totalidade social tampouco está em um meio termo entre as duas visões, que seria igualmente mecânica, supondo que as forças sociais podem ser compartimentadas e constituam

realidades autônomas, sem conexão entre si. A concepção marxiana apreende a realidade como um conjunto de determinações que não pode ser separada em blocos apartados, a não ser no plano lógico e através de abstrações que visam a apreender os movimentos de cada complexo social em seus momentos particulares, pressupondo as formas sociais na análise do processo geral. O Estado, enquanto aparelho de governo, juntamente com suas armas, são apenas o lado visível do poder, mas este está fundado nas relações sociais entre classes por mais que a dinâmica da esfera política adquira uma legalidade própria, colocando-se aparentemente como algo exterior aos indivíduos.

Nesse ponto, cabe recolocar a pergunta: qual o lugar da acumulação primitiva na teoria marxiana? Uma produção em bases capitalistas só pode ocorrer quando trabalhador e capitalista se encontrem no mercado como livres possuidores de força de trabalho, no caso do primeiro, e como proprietário das condições objetivas de produção, no caso do segundo. Mas a existência dessas duas classes tem um pressuposto necessário: a separação entre trabalhadores e suas condições de existência. E para que isso aconteça é preciso que haja ocorrido um longo processo de violência, enfrentamento, expropriação, disciplina coercitiva e rupturas históricas.

O segredo fundamental da produção capitalista revelado por Marx – segredo que a economia política ocultou sistematicamente, até tornar-se incapaz de explicar a acumulação capitalista – refere-se às relações sociais e à disposição do poder que se estabelecem entre os operários e o capitalista para quem vendem sua força de trabalho (Wood, 2003, p 28).

Este é o lugar da acumulação primitiva na teoria de Marx sobre o capital: a explicitação da historicidade e da organicidade do modo de produção capitalista. Fugindo da interpretação economicista, argumenta-se que o capítulo XXIV de *O capital* não é apenas uma curiosidade histórica, algo superado e que não diz mais respeito à estrutura da sociedade capitalista. A análise da acumulação primitiva reflete a formação da própria essência do capital, uma relação produzida historicamente por meio da privação dos trabalhadores de suas condições objetivas de reprodução. Nesse processo, o Estado

atuou decisivamente, criando os pressupostos para as relações produtivas capitalistas, fortalecendo os capitais nacionais e criando um ambiente interno de controle para a livre expansão do capital, por exemplo. “Depois de ler Marx, é muito difícil imaginar o nascimento do capitalismo sem o exercício do poder estatal e sem a criação das organizações estatais que prepararam o terreno para a emergência das relações sociais capitalistas inteiramente desenvolvidas” (Harvey, 2006, p. 92). Essa relação entre poder de Estado e capital persiste e é ampliada quantitativa e qualitativamente a cada avanço do sistema capitalista na colonização de novas esferas da sociedade.

Seria pouco condizente com o pensamento marxiano supor que apenas durante a acumulação originária o Estado e a violência tiveram papel relevante. O fato de Marx não realizar uma análise do capitalismo em seu pleno funcionamento concreto não significa que ele omitisse a participação do Estado no desenvolvimento das relações capitalistas. A obra teórica de Marx não negligencia, por exemplo, que a dívida pública e o protecionismo de Estado desempenham importante papel na expansão das atividades capitalistas. Com isso em vista, seria incorreto e ingênuo sustentar que, uma vez constituído, o modo de produção capitalista possa dispensar esses recursos. Em suas análises da conjuntura política francesa, por exemplo, Marx é explícito ao constatar o impulso que os títulos públicos deram ao fortalecimento do capital financeiro¹⁰.

Como o funcionamento das leis econômicas está diretamente relacionado às relações de poder e à luta de classes, a processualidade desse modo de produção não pode prescindir da atuação estatal – “a violência concentrada e organizada da sociedade”. O Estado atua como instância de regulação social e de controle das relações de produção, além de desempenhar o papel de agente econômico direto quando o sistema permite e necessita. Essa perspectiva contradiz as abordagens que criticam a teoria marxiana por não incluir relações de poder ou por supostamente confiná-las ao nível da superestrutura.

Entre o político e o econômico

As relações entre política e economia são bem mais complexas do que a mera separação mecânica entre as duas esferas e, principalmente, que o pensamento marxiano não pode ser reduzido a um determinismo economicista.

Evitando toda tentação fetichista (que tende a isolar o “fator econômico” do “fator político” do “fator ideológico” e assim por diante), nunca devemos esquecer que a sociedade não é uma somatória simples de “fatores”, mas um conjunto de relações de forças sociais entre as classes (Kohan, 2005, p. 6).

Longe de ser um momento superado na existência do capital, a violência e as relações de poder atuam constantemente para garantir o funcionamento adequado da lei do valor. A lógica da acumulação originária se repõe constantemente na manutenção do sistema, pois o capital precisa se expandir intensiva e extensivamente. Como exemplos de intensificação das relações de exploração que requerem mediações políticas é possível citar: a pressão pela flexibilização das relações trabalhistas, a reestruturação produtiva a nível mundial, o incremento do desemprego e subemprego tanto em regiões centrais como periféricas, o fortalecimento da esfera financeira, a formação de grandes conglomerados capitalistas etc. Como exemplos da colonização progressiva de todas as relações de produção pelo capital, que não raro também requerem atuação autoritária das forças políticas, pode-se enumerar: a mercantilização do saber, do patrimônio biológico e genético, do mundo virtual, de recursos básicos ainda não – ou apenas parcialmente – submetidos ao capital (como água e o oxigênio) etc.

Para avançar em todos esses campos, o capitalismo precisa reproduzir suas relações de poder, contando para isso com a participação do Estado, núcleo de poder e de violência da sociedade. A depender da conjuntura histórica e das relações de forças entre as classes (tanto interna como externamente), o Estado pode atuar como catalisador das relações de produção ou mesmo como inaugurador de determinadas formas de exploração capitalista, criando novos campos

para a relação capital-trabalho que sejam proveitosos para a economia capitalista como um todo. O Estado na sociedade capitalista é o Estado da sociedade capitalista, ou seja, ele é parte do sistema do capital. Nesse sentido, a dialética do pensamento marxiano consiste em compreender a totalidade social como um complexo dinâmico composto pela interação de vários complexos particulares. A resultante dessas forças é a síntese de um momento concreto. A relação entre os complexos econômico e extra-econômico deve ser vista, portanto, como de identidade e não-identidade: um não pode ser resumido no outro, mas ambos interagem sempre na determinação do real. Nesse ponto reside a compreensão desses diferentes momentos como parte de uma unidade orgânica, tal como realiza Marx¹¹. A partir disso, pode-se entender o capital como uma relação social ampla que, para ser superada, precisa ser contraposta como um todo e não apenas em seus aspectos exclusivamente políticos ou econômicos. A reflexão sobre uma sociedade pós-capitalista deve levar em conta a coesão do sistema atual para ser capaz de construir uma alternativa realmente livre dos determinantes do capital.

Abstract

To show the importance that the interactions between politics and economy has to the understanding of a social system, this paper, starting from the discussion about the ontological priority of the economical sphere, analyses the so called original accumulation and seeks to situate this process in the Marx's theory of capital. It is also highlighted the role played by the state as the instance within is concentrated the political forces and the violence in the society, acting in a decisive manner to the functioning of the capitalist mode of production.

Keywords: politics and economics; primitive accumulation, state and capitalism.

Referências

- BORGES, Jorge Luis – El oro de los tigres. In: BORGES, Jorge Luis. Obras Completas. Buenos Aires: Emecé, 1974.
- HARVEY, David – A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2006.

- KOHAN, Nestor – Marx en su (tercer) mundo. Disponível em: <http://loscriticosbr.files.wordpress.com/2010/01/kohan-marx-en-su-tercer-mundo1.pdf> s.d.a.
- _____ – El capital – historia y método – introducción. Disponível em: <http://loscriticosbr.files.wordpress.com/2010/01/kohan-el-capital-historia-y-metodo.pdf> s.d.b.
- _____ – Guerra y militarismo en el imperialismo contemporáneo. Disponível em: <http://loscriticosbr.files.wordpress.com/2010/01/kohan-guerra-y-militarismo-en-el-imperialismo-contemporaneo.pdf>, 2005.
- LUKÁCS, Georg – Ontologia do ser social: princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- _____ – Ontologia do ser social – A reprodução. Disponível em: http://sergiolessa.com/ontologia_all/novareproduc.pdf. s.d.
- _____ – Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels. In: LUKÁCS, György. Arte e sociedade – escritos estéticos 1932-1967. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- MARX, Karl – Lutas de classes na França de 1848 a 1850. In: Karl Marx - Friedrich Engels – obras escolhidas. São Paulo: Alfa-ômega, [1850] s.d.
- _____ – Para a crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____ – O capital, Livro I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____ – O capital, Livro I, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- _____ – O capital, Livro III, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- _____ – Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse 1857-1858), vol. 1. México, DF: Siglo XXI, 2007.
- OSORIO, Jaime – El Estado en el centro de la mundialización – La sociedad civil y el asunto del poder. México, D.F: Fondo de Cultura Económica, 2004.
- WOOD, Ellen – Democracia contra capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2003.

Notas

1 “Um idioma é uma tradição, um modo de sentir a realidade, não um arbitrário repertório de símbolos” (Borges, 1972, p. 1081).

2 Ao descrever como opera a divisão do trabalho dentro na indústria patriarcal rural, Marx comenta: “O dispêndio das forças individuais de trabalho, medido pela sua duração, aparece

aqui, porém, desde sua origem como determinação social dos próprios trabalhos, porque as forças de trabalho individuais a partir de sua origem só atuam como órgãos da força comum de trabalho da família” (1983, p. 203). Evidencia, com isso, que a divisão do trabalho existe espontaneamente por conta das diferentes espécies de trabalho (lavoura, pecuária, fiação, tecelagem etc.), das diferenças de sexo e idade e das condições variáveis de trabalho impostas pelo meio natural.

³ “O Estado se origina da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade. No entanto, como o Estado tem de assumir uma existência ‘independente’, para garantir o interesse comum, torna-se o lugar de um poder ‘alienígena’, por meio do qual pode dominar os indivíduos e os grupos” (Marx e Engels apud Harvey, 2006, p. 80).

⁴ O que não impede a consideração sobre a possibilidade de esse processo se manifestar na figura do líder religioso.

⁵ O desenvolvimento desigual entre os diferentes complexos engendra a possibilidade de contradições entre as diferentes esferas do ser social. O fato de o Estado estipular um salário mínimo (abaixo do qual a força de trabalho não pode legalmente ser explorada) vai contra com os interesses puramente econômicos do sistema capitalista de produção, por exemplo. No entanto, essa medida é necessária para apropriada sobrevivência política do Estado, objeto de disputas mediadas tanto pelo consenso quanto pela coerção.

⁶ “A saber, toda forma de produção engendra suas próprias instituições jurídicas, sua própria forma de governo etc. A rusticidade e incompreensão consistem precisamente em não relacionar senão fortuitamente fenômenos que constituem um todo orgânico, em ligá-los através de um nexo meramente reflexivo” (Marx, 2007, p. 8).

⁷ Em formações sociais que precedem o modo de produção capitalista, os produtores diretos se relacionavam com as condições objetivas de subsistência como possuidores, proprietários ou co-proprietários. Cf. Marx, 2007.

⁸ E, posteriormente, de cereais.

⁹ Marx compara o florescimento do comércio a partir do sistema colonial com a criação de plantas em estufa. Cf. Marx, 1984, p. 287.

¹⁰ “O incremento da dívida do Estado interessava diretamente à fração burguesa que governava e legislava através das câmaras. O déficit do Estado era precisamente o verdadeiro objeto das suas especulações e a fonte principal de seu enriquecimento. (...) Do mesmo modo que os gastos públicos em geral e os empréstimos do Estado, a classe dominante explorava a construção de estradas de ferro” (Marx, [1850] s.d., p. 112-113).

¹¹ Ao se referir ao conjunto formado pelos momentos da produção, distribuição e consumo, Marx ratifica um pensamento que pode ser estendido ao nosso objeto de análise: “entre os diferentes momentos tem lugar uma ação recíproca. Isso ocorre sempre em todos os conjuntos orgânicos” (Marx, 2007, p. 20). Cf. nota 6.

Produtividade, Empregos e Salários no Porto de Santos após a Lei de Modernização Portuária

Daniel Arias Vazquezⁱ

Felipe Melo Assunçãoⁱⁱ

Resumo

A reestruturação produtiva do setor portuário após a Lei de Modernização Portuária propiciou uma forte elevação da produtividade, a introdução de inovações tecnológicas e o alcance de níveis recordes de movimentação de cargas. Em contrapartida, o processo de privatização trouxe mudanças profundas nas relações de trabalho no maior porto da América Latina. Os resultados mostram que os efeitos deletérios da tecnologia sobre o nível de emprego foram compensados pela forte expansão da atividade portuária. Porém, os ganhos de produtividade não foram apropriados pelos trabalhadores, os quais tiveram significativas perdas salariais no período analisado (1996-2006).

Palavras-chave: reestruturação produtiva; modernização portuária, mercado de trabalho, Porto de Santos.

Classificação JEL: J30

ⁱ Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP. É professor da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp.

ⁱⁱ Economista e Especialista em Gestão Portuária pela Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). Trabalhou na Diretoria Comercial e de Desenvolvimento da CODESP em 2005 e 2006.

Introdução

As transformações ocorridas nas relações de trabalho nas últimas duas décadas do século XX, diante do acirramento da concorrência em escala global e sob a égide do neoliberalismo, estimularam medidas de reorganização produtiva das empresas, que visavam ampliar a produtividade através de duas vias: inovações tecnológicas e redução de custos produtivos. Ambas as estratégias colocam sob questão os sistemas nacionais de regulação das relações de trabalho (STR) estabelecidos no período pós-guerra, exigindo maior flexibilização no mercado de trabalho.

A livre concorrência obriga as empresas globais a reduzirem custos, o que implica necessariamente mudanças na regulação das relações de trabalho, as quais submetem o compromisso entre capital e trabalho estabelecido no período pós-guerra às exigências de reestruturação produtiva das empresas, inseridas em um ambiente cada vez mais competitivo. Quais foram as transformações no mercado de trabalho decorrentes desta nova regulação econômica?

Este trabalho analisa as transformações nas relações de trabalho no setor portuário após uma década de vigência da Lei de Modernização Portuária (lei n.º 8.630/93), a partir de um estudo de caso do Porto de Santos. O objetivo central deste estudo é analisar os impactos desta nova regulação econômica sobre as relações de trabalho no maior do país e da América Latina. Com o intuito de verificar se as mudanças promovidas com a promulgação da Lei de Modernização dos Portos seguem a tendência internacional e nacional de flexibilização do mercado de trabalho e de reestruturação produtiva, visando o aumento da produtividade frente à exarcebação da concorrência nos mercados interno e externo.

A escolha do setor portuário como objeto de análise deve-se à crescente importância do comércio exterior para a economia brasileira nos últimos anos. Além disso, este setor passou por um processo de privatização recente em relação às suas operações; assim, pretende-se analisar os efeitos deste processo sobre a produtividade e o emprego no maior porto brasileiro, responsável por mais de 25% da movimentação da balança comercial do país. Em suma, o estudo de caso do Porto de Santos permite verificar como as tendências de reestruturação produtiva

manifestaram-se sobre a produtividade, o nível de empregos e os salários na atividade portuária, após mudanças no marco regulatório do setor.

O artigo está dividido em duas partes, além desta breve introdução e da conclusão:

Na primeira seção, pretende-se discutir as novas formas de regulação econômica e as transformações no mercado de trabalho, destacando as estratégias de desregulamentação das relações de trabalho levantadas pela literatura. Esta flexibilização era reivindicada pelas empresas que, tendo em vista as exigências da competição desregulada e a emergência de um sistema produtivo mais flexível, buscam maior controle sobre a utilização do fator trabalho em detrimento do pacto entre capital e trabalho, estabelecido no período pós-guerra. O Porto de Santos é um caso exemplar para demonstrar o crescente domínio do capital privado sobre o fator trabalho, onde é possível observar, de um lado, o papel central desempenhado pelo OGMO (Órgão Gestor de Mão-de-obra) e, do outro, a perda do poder dos sindicatos.

A segunda seção avalia o processo de reestruturação produtiva no setor portuário, o qual ocorre por meio de inovações tecnológicas pesadas que resultaram em elevados ganhos de produtividade. Em primeiro lugar, buscou-se discutir a relação entre tecnologia e emprego, com o intuito de verificar se ocorreu supressão de postos de trabalho no Porto de Santos. Além de acompanhar a trajetória dos empregos portuários, buscou-se estabelecer relações com a nova Lei dos Portos, com o processo de privatização e com o crescimento da movimentação de cargas (e em valores) no Porto de Santos. Em segundo, abordou-se a relação entre produtividade e salários, a fim de verificar se as evoluções da massa salarial e do salário médio do trabalhador portuário acompanham os incrementos de produtividade no Porto de Santos na última década.

As conclusões deste trabalho revelam que, de um lado, os impactos negativos do desemprego tecnológico e do processo de privatização sobre o emprego no Porto de Santos foram atenuados pelo crescimento da movimentação de cargas e pela contratação de trabalhadores pelos operadores privados, o que garante o nível de emprego portuário de dez anos atrás. No entanto, é possível observar uma forte retração na massa e na média salarial, apesar dos elevados ganhos de produtividade, o que evidencia a ausência de uma relação entre salários e produtividade no maior porto da América Latina.

Regulação Econômica, Reestruturação Produtiva e as Transformações nas Relações de Trabalho

Durante o período pós-guerra, buscou-se condicionar as regras do mercado ao crescimento econômico e à garantia do pleno emprego, através de uma regulação econômica conduzida pelo Estado que rompia com os paradigmas da economia clássica vigentes até então, baseados na Lei de Say e na auto-regulação do mercado.

A política econômica keynesiana foi o eixo central do padrão de desenvolvimento pós-guerra, período este marcado por elevadas taxas de crescimento econômico, pela retomada do comércio exterior e pela industrialização nos países periféricos, dentre eles o Brasil. O forte crescimento econômico dos anos 50 e 60, associado às reduzidas taxas de desemprego, fez com que este período ficasse conhecido, de acordo com Hobsbawn (1995), como “os anos dourados”.

Segundo Plihon (1996), um dos pilares da regulação econômica pós-1945 era a relação salarial fordista, que visava incorporar à massa salarial parte dos ganhos de produtividade obtidos com mudanças tecnológicas e nas alterações nos processos produtivos das empresas. Com crescimento dos salários, o padrão de desenvolvimento do pós-guerra renovava a relação salarial e o padrão de consumo e rearticulava-os com os padrões tecnológicos e produtivos emergidos da Segunda Revolução Industrial (Mattoso, 1995), o que caracteriza uma relação cooperativa entre capital e trabalho, com retroalimentação do investimento e lucro esperado (Marglin e Bhaduri, 1990).

O aumento da massa salarial dos trabalhadores garantia demanda para a produção em larga escala, possibilitando o desenvolvimento da produção nacional e a evolução do consumo das classes trabalhadoras. A manutenção do poder de compra da massa salarial possibilitava a continuidade de um processo de consumo dominado pelas mercadorias produzidas em massa, evitando uma deficiência cumulativa da demanda efetiva (Aglietta, 1979). A força dos trabalhadores e o maior poder de barganha para os sindicatos, devido à dinâmica econômica de crescimento e ao pleno emprego, permitiram que os ganhos de produtividade fossem apropriados pelos trabalhadores através de repasses aos salários e redução da jornada de trabalho (Hobsbawn,

1995), garantindo acesso aos padrões de consumo anteriormente inatingíveis à classe trabalhadora (Wan der Wee, 1987).

O esgotamento do prolongado desenvolvimento econômico do pós-guerra foi resultado do desgaste dos impulsos dinâmicos do padrão de industrialização, com o enfraquecimento da capacidade dinâmica do progresso técnico, a maior saturação de mercados internacionalizados, o sobre investimento generalizado, a crescente financeirização da riqueza produzida, o enfraquecimento da hegemonia norte americana e, por fim, a elevação dos preços do petróleo em 1973 (Beluzzo e Coutinho, 1996).

O modelo de desenvolvimento do pós-guerra era consenso enquanto havia um elevado crescimento econômico, sem aumento da dívida pública e com inflação baixa. Porém, com o final do período de reconstrução do pós-guerra, o ritmo do crescimento desacelerou, acompanhado do aumento da inflação e da dívida pública, desgastando o padrão de desenvolvimento do período de ouro do capitalismo e, conseqüentemente, abrindo espaço para argumentos de caráter liberal¹.

As teses liberais colocam que a crise do padrão pós-guerra ocorre em razão do crescente peso dos salários e dos encargos sociais, em conjunto com o aumento da carga fiscal associada à expansão do setor público durante o período de crescimento, fatores estes que pressionaram a lucratividade e diminuíram a propensão a investir das empresas. Este argumento é denominado de *profit squeeze*, onde salários pressionam as margens de lucro². Este tese aponta que a pressão dos salários sobre o lucro na situação de pleno-emprego (anos 50 e 60) reduziu a eficácia das regras de regulação vigentes desde 1945 (Marglin e Bhaduri, 1990).

A partir de 1979, com as vitórias dos governos conservadores em muitos países centrais, principalmente nos EUA e na Inglaterra, iniciou-se a construção de uma nova ordem de regulação econômica centrada no combate à elevada inflação através da redução da intervenção do Estado, do equilíbrio orçamentário e do arrocho salarial. A nova ordem econômica busca permitir a mobilidade de capitais, sob a égide da globalização financeira e da exposição das economias nacionais à concorrência externa através da abertura comercial e financeira, partindo do pressuposto de que esta abertura iria aumentar a competitividade das indústrias nacionais. As políticas públicas foram radicalmente reorientadas, sendo que a principal prioridade passou a ser o combate à inflação, o que seria realizado por

meio da política monetária. Monetarismo e liberalismo passaram a ser os novos princípios fundamentais da política econômica. (Philon, 1996).

Com o acirramento da concorrência nos mercados interno e externo, as empresas buscam diminuir os custos produtivos através das reestruturações produtivas, da flexibilização das relações de trabalho e das inovações tecnológicas, aumentando a produtividade das empresas para fazer frente à concorrência exacerbada no mercado globalizado. Em outras palavras, a competição acirrada orientou a reorganização produtiva das empresas, as quais procuram diminuir seus custos produtivos através da redução dos custos de produção, dentre eles os de mão-de-obra.

Dessa forma, as empresas pressionam os Estados para flexibilizar os sistemas nacionais de relações de trabalho, permitindo uma negociação direta entre empresas e seus trabalhadores e uma desregulação do mercado de trabalho. Nota-se, portanto, um comportamento predatório, pois em nome da competitividade, rompe-se o pacto entre governo, empresas e trabalhadores firmado nos anos dourados do capitalismo, quando parte dos ganhos em produtividade era apropriada pelos salários.

No Brasil, a flexibilização das relações de trabalho entrou na pauta nos anos 1990, no governo Collor, quando se iniciava o processo de inserção da economia brasileira no mercado global que, ao mesmo tempo, expôs as empresas nacionais à concorrência desregulada, a partir de um movimento abrupto de abertura econômica, forçando um aumento de produtividade a qualquer custo. Todavia, este processo de abertura da economia nacional foi obstruído pelo movimento de impeachment do presidente Collor em 1992 e retomado com maior força dentro da estratégia de estabilização do Plano Real, implantado em 1994, com o intuito de controlar a inflação através da sobrevalorização da moeda nacional em relação ao dólar e da abertura econômica.

A combinação da abertura econômica com a valorização da taxa de câmbio, sem, contudo, estar relacionada a uma política industrial, vai provocar uma reestruturação forçada da indústria brasileira, devido à exposição da indústria nacional à concorrência externa. Essa conjuntura econômica força o empresariado nacional a adotar, como assinala Leite (1994), “novas formas de gestão de mão-de-obra, mais compatíveis com as necessidades de flexibilização do trabalho e com o envolvimento dos trabalhadores com a qualidade e a produtividade” (p. 573).

Abusca incessante pelo aumento na produtividade e na competitividade das empresas, diante do modelo econômico adotado, traduziu-se em pressão política do empresariado sobre o Estado Nacional para a desestruturação do sistema público de regulação das relações de trabalho no Brasil. Neste contexto, os setores empresariais pressionam para a retirada do Estado da economia, para a desregulação dos direitos sociais e para a flexibilização das relações de trabalho, a fim de reduzir os custos com encargos sociais e, com isso, elevar a produtividade e a competitividade, frente a um contexto de baixo crescimento econômico e de acirrada concorrência nos mercados nacional e internacional (Vazquez, 2008).

O setor portuário e, mais especificadamente, o Porto de Santos são casos exemplares da reestruturação produtiva pela qual passou a economia brasileira. Até os anos 1980, a eficiência do setor portuário não estava na pauta, já que o estágio pouco desenvolvido do comércio exterior era compatível com o sistema portuário existente. O modelo econômico brasileiro era voltado para o mercado interno e os elos da cadeia produtiva eram abastecidos com baixo coeficiente de importações (Coutinho, 1998).

Além disso, a parte da economia que dependia das importações ou exportações também tirava vantagem da ineficiência do setor portuário brasileiro, na medida em que mantinham, na sua maioria, terminais portuários privativos. Contudo, esse modelo portuário estatal ruiu com a crise fiscal do Estado brasileiro na década de 1980. O setor portuário passou por um processo de privatização, via concessão da operação aos terminais privados propiciada pela Lei de Modernização Portuária (Lei 8.630, de 25/02/1993), a exemplo de outros setores controlados pelas empresas estatais (elétrico, telefonia, etc.).

Além disso, o setor portuário passa a desempenhar um papel central na economia brasileira em virtude da abertura econômica e das exigências de competitividade da indústria nacional no mercado exterior. Consequentemente, os portos passam a ter importância cada vez maior para a economia brasileira, dado que respondem por mais de 80% do total exportado e importado pelo Brasil. Assim, a globalização influenciou diretamente a forma de operação da atividade portuária, pois as mercadorias necessitam chegar com rapidez e segurança ao seu mercado consumidor, o que demanda maior eficiência dos portos, já que o modal marítimo é o mais importante na cadeia logística (Vidal, 2004).

Visando aumentar a eficiência no setor, os portos brasileiros, que outrora praticavam um modelo de complementaridade entre si, agora são expostos a um modelo de concorrência que prioriza a competição entre os portos e dentro dos portos. Segundo Monié e Vidal (2006),

“[...] a baixa competitividade dos portos brasileiros e os elevados custos operacionais foram identificados como impeditivos de uma melhor inserção comercial do país, no início dos anos 1990. O período também se caracterizou por um intenso processo de transformações econômicas, em nível mundial, num duplo processo de abertura comercial e de reestruturação produtiva, que posicionou os portos no centro de uma economia de fluxos cada vez mais dinâmica” (p. 981).

Em suma, o modelo portuário estatal tornou-se incompatível com as exigências da economia globalizada. Portanto, o sistema portuário brasileiro viu-se obrigado a realizar sua reestruturação³. Neste sentido, a Lei de Modernização dos Portos no Brasil objetivou reduzir custos, aprimorar serviços e garantir a qualidade dos mesmos através da concessão da operação portuária para empresas privadas.

Ao mesmo tempo em que o processo de privatização no setor portuário previa a transferência da atividade portuária para os terminais privados, houve também a transferência do quadro de pessoal da capatazia da CODESP (Companhia Docas do Estado de São Paulo) para o OGMO – Órgão Gestor da Mão-de-obra, criado a partir da mesma Lei 8.630/93, além da elaboração de um Plano de Demissão Voluntária (PDV) para os funcionários da estatal.

O OGMO foi uma das principais mudanças decorrentes da Lei de Modernização dos Portos, sendo criado em todos os portos do país. O OGMO do Porto de Santos teve o seu primeiro estatuto social aprovado em 27 de dezembro de 1994. É uma entidade civil e sem fins lucrativos, cujas funções são definidas pelo artigo 25º da lei 8.630: administrar o fornecimento da mão-de-obra do trabalhador portuário e do trabalhador portuário avulso; manter, com exclusividade, o cadastro do trabalhador portuário e o registro do trabalhador; promover o treinamento e a habilitação profissional do trabalhador portuário, inscrevendo-o no cadastro; selecionar e registrar o trabalhador

portuário avulso; estabelecer o número de vagas, a forma e a periodicidade para acesso ao registro do trabalhador portuário avulso; expedir os documentos de identificação do trabalhador portuário; arrecadar e repassar aos respectivos beneficiários os valores devidos pelos operadores portuários, relativos à remuneração do trabalhador portuário avulso e aos correspondentes encargos fiscais sociais e previdenciários (Aguiar, Junqueira e Freddo, 2006, p. 1010).

O OGMO também passou a executar a gestão da mão de obra avulsa (por exemplo, dos estivadores), que antes era realizada pelos sindicatos dos trabalhadores, ou seja, as decisões passaram da esfera do trabalho para o domínio do capital privado, provocando diversos conflitos que envolveram várias categorias de trabalhadores portuários.

Conforme Vidal (2004), o OGMO rompeu com o monopólio e o poder dos sindicatos⁴ na contratação dos trabalhadores avulsos, por exemplo. Além disso, outros serviços, que outrora eram atribuídos aos sindicatos, foram repassados ao OGMO, tais como: folhas de pagamento pelo trabalho portuário, 13º salário, férias, salário família, recolhimentos do FGTS, INSS e Imposto de Renda, pensões alimentícias, repasses dos valores dos vales-refeição, entrega de vale transporte (RODRIGUES e VAZ, 2001). A perda dessas funções reduziu o poder dos sindicatos, o que refletiu na sua capacidade de negociação e de mobilização dos trabalhadores.

Segundo Zapata (1999), as relações de trabalho foram profundamente alteradas nas empresas estatais que foram privatizadas. Houve perda de capacidade de negociação dos sindicatos, sendo que as relações de trabalho em muitas empresas que fizeram parte desse processo se “particularizam e passaram a fazer parte de negociações que já não punham em jogo as autoridades estatais, mas sim as distantes burocracias transnacionais” (p. 61). O caso do Porto de Santos confirma esta tendência. Segundo Vidal (2004),

“(...) com a Lei de Modernização dos Portos, sucessivas mudanças foram implementadas nos portos brasileiros direcionadas para a reformulação do sistema de gerenciamento das operações portuárias, cuja logística passou a ser orientada também em função da competitividade do mercado e sustentabilidade da atividade, que inclui mudanças específicas na gestão da mão-de-obra avulsa. Entre as mudanças identificadas, priorizou-se o novo modelo de gestão da mão-de-obra avulsa, que neutralizou a intermediação

dos sindicatos, e sua função administrativa, na seleção e contratação dos trabalhadores avulsos, que passaram a ser gerenciados pelo Órgão Gestor de Mão-de-Obra – OGMO. (Vidal, 2004, p. 1)”.

Dessa maneira, a transferência da gestão da mão-de-obra portuária para o OGMO caracteriza a ampliação do domínio do capital sobre o trabalho e a perda de poder por parte dos sindicatos das negociações, já que é forte a influência das operadoras privadas no OGMO. As relações de trabalho tornaram-se mais diretas entre empresas e trabalhadores, propiciando aos empresários um maior controle sobre o uso e a remuneração do fator trabalho. Em síntese, é possível afirmar que houve na realidade a troca do monopólio na gestão da mão de obra avulsa dos sindicatos (representantes dos trabalhadores) para o OGMO (com forte representação dos empresários do porto). Essa troca de monopólio amplia o domínio do capital sobre as relações de trabalho nos portos brasileiros.

Apesar da pressão dos sindicatos⁵, estas transformações nas relações de trabalho implicaram perdas para os trabalhadores, entre elas a redução da quantidade de trabalhadores por turno, redução da jornada de trabalho (redução da disponibilidade de ternos) e perdas psicológicas e sociais, já que o estivador já não tem o mesmo status de outrora. Os efeitos sobre o nível de emprego e salarial serão analisados na seção seguinte.

Em suma, conclui-se que a inserção da economia brasileira na globalização provocou mudanças nas relações de trabalho, uma vez que as estratégias empresariais voltaram-se para a racionalização produtiva, visando maior competitividade dentro de um mercado globalizado. As empresas buscaram ampliar o controle sobre a gestão do fator trabalho, o que pode ser observado no Porto de Santos e no setor portuário como um todo, com o monopólio do OGMO sobre a gestão da mão de obra portuária avulsa.

Por fim, cabe ressaltar, que as empresas, visando ampliar a competitividade e a produtividade frente à acirrada concorrência do mercado global, reestruturaram-se de duas formas: (i) inovações tecnológicas, visando aumentar a produtividade; e (ii) redução dos custos do fator trabalho, a fim de ampliar as margens de lucro. As relações entre produtividade (via incremento de tecnologia), empregos e salários serão analisadas na seção seguinte, através do caso do Porto de Santos.

Os efeitos do processo de modernização sobre o nível de emprego e os salários dos trabalhadores do Porto de Santos

A globalização econômica expõe as empresas à concorrência internacional fazendo com que os ganhos de produtividade sejam buscados a qualquer preço, estes podem ser alcançados através de mudanças tecnológicas e/ou organizacionais. De um lado, a inovação tecnológica envolve maiores riscos e recursos, em contrapartida, os novos métodos organizacionais envolvem menores riscos e são mais facilmente reversíveis, o que faz com que as empresas optem, com mais frequência, por uma reestruturação produtiva. No entanto, ambas as mudanças alteram a relação entre capital e trabalho, garantindo aumento de produtividade através da redução dos custos da mão de obra e da terceirização das partes menos lucrativas do processo produtivo.

Para Mattoso (2000), as inovações tecnológicas, quando observada em uma empresa, setor ou região (visão microeconômica), podem resultar em supressão de empregos, porém não determina, a priori e por si só, o resultado do nível de emprego no âmbito nacional (visão macroeconômica). O aumento da produtividade resultante dos incrementos de tecnologia pode significar mais emprego, consumo, tempo livre e desemprego, dependendo da regulação social⁶ que define como os ganhos de produtividade serão apropriados pelas empresas, trabalhadores e Estado.

Quanto aos efeitos da tecnologia sobre o nível de emprego, deve-se ressaltar que as inovações sempre realizaram o seu papel histórico na sociedade capitalista de reduzir o trabalho vivo envolvido na produção, aumentando a produtividade e a competitividade da empresa inovadora em relação aos seus concorrentes em um processo de destruição criativa (Scumpeter, 1980). Entretanto, os resultados dessa relação passam pelas escolhas sociais que determinam as formas de regulação do sistema produtivo e de apropriação dos ganhos de produtividade.

Por exemplo, no período de ouro do capitalismo, observou-se elevados níveis de produtividade acompanhados de baixas taxas de desemprego, quando não de pleno emprego, isto foi possível graças à regulação do sistema produtivo e especialmente, devido à expansão da produção, do emprego público e com a redução do tempo de trabalho. Em contrapartida,

no período atual, os ganhos de produtividade são acompanhados pelas altas taxas de desemprego, registradas em todo o mundo. Esta relação deve-se ao próprio modelo de desenvolvimento marcado pela globalização financeira e desregulação do mercado de trabalho, em detrimento do aumento da produção, dos salários e do emprego, “enfraquecendo o círculo virtuoso que ligava o crescimento da produtividade ao crescimento da renda e da demanda” (Mattoso, 2000, p. 120).

Os efeitos do aumento da produtividade sobre o emprego são também fortemente determinados pelo ciclo econômico que, por um lado, favorece o emprego em períodos de expansão econômica, e por outro, em períodos de crise pode resultar em supressão de postos de trabalho. Tendo em vista o baixo crescimento econômico dos anos 80 e 90, os ganhos de produtividade são traduzidos em uma diminuição do emprego, especialmente no mercado formal.

De acordo com Mattoso (2000), a valorização do capital, por meio das inovações tecnológicas, “move-se contra os trabalhadores e a sociedade como resultado da sua apropriação privada, de sua utilização unilateral e sem regulação social (...) *esta* desregulação dos mercados e as intensas transformações tecnológicas geraram novas ou ampliaram velhas tensões, como por exemplo, a tendência do trabalho vivo ser eliminado pelo capital no processo de produção” (pp. 15-6).

Em contrapartida, Drucker (1993) acredita que os trabalhadores de hoje têm uma vantagem, pois possuem os “meios de produção”, ou seja, “seu conhecimento”. Dada essa vantagem, eles não sofrem os impactos da globalização de forma tão contundente.

Nos anos 80 e 90, durante a traumática reestruturação das empresas americanas, muitos milhares de trabalhadores do conhecimento perderam seus empregos. As empresas em que trabalhavam foram compradas, fundiram-se com outras, deram origem a outras empresas, foram liquidadas e assim por diante. Entretanto, em poucos meses a grande maioria encontrou novos empregos nos quais podiam colocar em ação seus conhecimentos. O período de transição foi doloroso e em cerca de metade dos casos o novo emprego não era tão bem remunerado quanto o antigo, além de não ser tão agradável. Mas os técnicos, profissionais liberais e gerentes descobriram que possuíam o “capital” - seu conhecimento; eles possuíam os meios de produção. (Drucker, 1993, p. 41).

Contrariamente a Drucker, Fiori (2001) não acredita que o trabalho perdeu sua função, e para este autor o número de trabalhadores do conhecimento - aqueles que para Drucker foram beneficiados e possuem vantagens adicionais - é bastante reduzido. Assim, a grande maioria dos trabalhadores ainda continua a mercê do capital, sendo que agora as relações de trabalho estão muito mais vulneráveis aos interesses do capital.

Este argumento encontra reforço em Marx (1985), que considera os processos de acumulação e de reprodução ampliada como elementos fundamentais para a valorização do capital, transformando o trabalho em uma base miserável; ou seja, reduzindo a participação do fator trabalho no processo produtivo. Segundo Marx, o progresso técnico busca elevar a produtividade do trabalho, reduzindo custos da produção e, conseqüentemente, aumentando as margens de lucro, sendo este processo estimulado pela concorrência capitalista que, por sua vez, estimula a busca pela inovação e pela ampliação da composição técnica do capital. Assim, o autor aponta para uma tendência do capitalismo em favorecer o trabalho morto (máquinas) em detrimento do trabalho vivo (força de trabalho), diminuindo a participação deste último no processo produtivo.

Sob outro ponto de vista, diferente de Drucker e Fiori, Mattoso (2000) coloca que as inovações tecnológicas, embora sejam capazes de alterar a qualidade e a quantidade de emprego, não determinam a priori seu resultado em nível nacional. Segundo o autor, em períodos de forte crescimento as teses dominantes tendem a valorizar os efeitos positivos do progresso técnico; por outro lado, em períodos de crise, as análises que apontam as novas tecnologias como o grande fator responsável pela redução de empregos são predominantes.

Dessa maneira, o que parece determinar o nível de emprego e dos salários não são os incrementos de tecnologia e produtividade, mas sim o crescimento econômico e a forma como os ganhos de produtividade são distribuídos entre capital e trabalho. Diante disso, este trabalho busca ampliar este debate sobre os impactos dos incrementos de tecnologia e produtividade sobre o nível de emprego e salários através de um estudo de caso no setor portuário, o qual passou por fortes transformações produtivas e nas relações de trabalho. Neste estudo, pretende-se responder às seguintes questões: houve aumento da produtividade

portuária no Porto de Santos, após a promulgação da lei 8.630/93? Qual foi o impacto das inovações tecnológicas e da reestruturação produtiva sobre o nível de emprego portuário? Como os ganhos de produtividade foram apropriados?

Tecnologia e emprego no Porto de Santos: uma relação conflituosa?

Dado o processo de privatização dos portos, mediante a Lei 8630/93, a chamada Lei de Modernização dos Portos, as companhias docas de todo o país tiveram uma redução acentuada no número de empregados. Contudo, o Porto de Santos, por ser o maior do Brasil, conseqüentemente foi o que sofreu os maiores impactos.

O quadro 1 abaixo demonstra esta queda no quantitativo de trabalhadores nas Companhias Docas no período entre 1993 e 2005. A maior retração na quantidade de trabalhadores, tanto em números absolutos quanto percentualmente ocorreu no Porto de Santos. A redução de 6.000 trabalhadores na CODESP representou uma queda de 80,6%, acima da média nacional, que foi em torno de 70%.

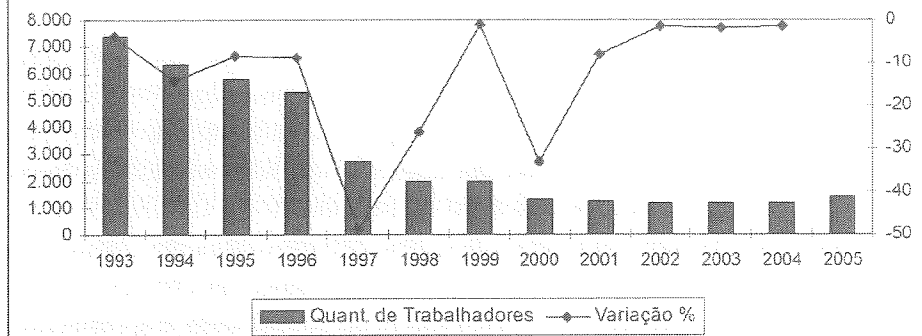
Quadro 01							
Trabalhadores Portuários Empregados nas Companhias Docas ¹							
Companhia	1993	1996	2000	2003	2004	2005	Variação 2005/1993
CDC-Ceará	419	301	150	129	138	138	-67,1%
CODERN-Rio Gr. Norte	563	742	381	218	348	348	-38,2%
CODEBA-Bahia	750	623	247	224	286	286	-61,9%
CDP-Pará	494	272	282	274	331	384	-22,3%
CDRJ-Rio de Janeiro	3.165	3.100	671	660	852	852	-73,1%
CODESA-Espírito Santo	720	595	251	255	470	470	-34,7%
CODESP-Santos	7.372	5.270	1.317	1.172	1.155	1.432	-80,6%
TOTAL	13.483	10.903	3.299	2.932	3.580	3.910	-71,0%

Fonte: CODESP (2005)

Elaboração dos autores

¹ Em dezembro de cada ano

Gráfico 1 - Evolução do número de trabalhadores e Variação percentual - por ano (1993 a 2005)



Fonte: Codesp (2005)

Elaboração de autores

Obs: optou por excluir do gráfico a variação percentual de 2004 para 2005 a fim de obter uma melhor visualização do mesmo. No ano de 2005, houve o único aumento no número de trabalhadores da Codesp (24%)

O gráfico 1 mostra que houve uma redução do número de trabalhadores da CODESP em todo o período analisado, exceto em 2005, cuja elevação (de 24%) ocorreu devido ao ingresso de novos guardas portuários por meio de concurso público (277 admissões). A partir do gráfico acima, é possível notar que a maior queda (-49%) ocorreu em 1997, quando houve a transferência de trabalhadores para o OGMO e o PDV da CODESP.

Cabe salientar que estes números referem-se exclusivamente aos trabalhadores vinculados à CODESP e que grande parte desta redução ocorreu em função da transferência das operações portuárias para os terminais privados, cabendo à CODESP as funções de autoridade e administradora portuária. Dessa maneira, essa redução não gerou necessariamente a mesma quantidade de desempregados, dado que muitos trabalhadores foram transferidos para o OGMO ou até mesmo contratados pelas novas operadoras portuárias. Com o processo de privatização das operações e em razão dos arrendamentos realizados nas áreas portuárias, surgiram novos postos de trabalho nos terminais privados atuantes no Porto de Santos.

Em 2001, havia uma estimativa de 3.000 postos de trabalhos nas empresas portuárias, número esse que, segundo as estimativas, elevou-

se para 8.000 em 2006 (Rodrigues, 2006). Segundo Rodrigues e Vaz (2001), a remuneração oriunda dos operadores portuários atenua os efeitos da modernização portuária sobre os empregos portuários, pois houve o surgimento de novos postos de trabalho⁷, que contribuíram também para a minimização da queda no nível de emprego.

Segundo Rodrigues (2006), o nível geral de emprego no Porto de Santos cresceu em 1,3% nos últimos dez anos, ou seja, entre setembro/1996 (ano que antecedeu a transferência de trabalhadores da CODESP para o OGMO - 2º semestre de 1997) e setembro/2006. O quadro 2 abaixo, construído a partir dos dados disponíveis em Rodrigues (2006)⁸, mostra a quantidade de trabalhadores portuários, segundo seu vínculo, e a variação no nível de emprego em cada categoria no período acima.

Quadro 02			
Quantidade de Trabalhadores no Porto de Santos, segundo vínculo empregatício			
Categorias	Set/1996	Set/2006	Var. %
CODESP c/ vínculo	5.390	1.372	-74,5
CODESP mão-de-obra contratada	220	1.200	445,5
Força Supletiva (estiva)	2.210	-	-
Avulsos (estiva)	7.346	5.194	-29,3
Terminais Vinculados	400	6.000	1.400
Terminais Terceirizados	-	2.000	-
Total	15.566	15.766	1,3
Fonte: Rodrigues (2006)		Elaboração dos autores	

Em primeiro lugar, percebe-se a queda do quantitativo de pessoal vinculado a CODESP foi amenizada pelos empregos gerados pelas operadoras privadas, ou seja, a supressão de 8380 postos de trabalho avulsos, da CODESP e da estiva, que foram compensados, em grande parte, pela geração de 7600 empregos nos terminais privados. Um segundo ponto de destaque é o aumento do número de trabalhadores contratados na própria CODESP, que repôs parcialmente o corte no seu quadro de pessoal com a admissão de trabalhadores por tempo determinado (via contratos), os quais possuem condições de trabalho bem mais precárias do que os empregos que foram suprimidos.

Os novos empregos gerados na CODESP e a grande quantidade de trabalhadores terceirizados nos terminais privados confirmam uma tendência observada no mercado de trabalho brasileiro, a saber: o processo de flexibilização das relações de trabalho, dentro da estratégia de reestruturação produtiva das empresas, tendo em vista a regulação econômica vigente e o acirramento da concorrência no mercado global, conforme foi ressaltado anteriormente. Segundo Leite (1994), o crescimento dos empregos terceirizados deve-se à regulação econômica, que leva às empresas a darem “maior importância à redução de custos por meio da precarização das condições de trabalho, mesmo que isso signifique queda da qualidade do serviço prestado” (p.575).

Outro fator que explica a precarização das relações de trabalho, apontado por Singer (1999), é a descentralização do capital, que leva muitas das atividades exercidas outrora pelos capitais monopolistas a serem transferidas para pequenas empresas (terceirizadas) e empregados autônomos, o que aumenta a participação das ocupações com poucas garantias e direitos dos trabalhadores assalariados. Esta tendência também é constatada na análise do Porto de Santos, uma vez que a operação portuária passa de uma grande empresa estatal para a mão de várias empresas privadas que competem entre si e entre empresas de outros portos (Vidal, 2004). Esta competição impõe a necessidade de racionalização produtiva e redução dos custos do trabalho.

Assim, podemos concluir que o processo de modernização no Porto de Santos não reduziu o montante de emprego vinculado à atividade portuária, o qual permaneceu praticamente estável na comparação com

dez anos atrás. Todavia, os novos empregos gerados seguem a tendência nacional de precarização, conforme explicita Singer (1999):

O termo Precarização do trabalho descreve adequadamente o que está ocorrendo. Os novos postos de trabalho, que estão surgindo em função das transformações das tecnologias e da divisão internacional do trabalho, não oferecem, em sua maioria, ao seu eventual ocupante as compensações usuais que as leis e contratos coletivos vinham garantindo. (SINGER, 1999, p. 24 – grifo nosso).

No entanto, deve-se ressaltar que, ao contrário do esperado, o processo de modernização (e privatização) portuária não levou à redução no número de empregos no Porto de Santos. Este resultado é ainda mais surpreendente quando verificamos o montante de investimentos em tecnologia no Porto de Santos. Não houve desemprego tecnológico? Os incrementos de tecnologia e produtividade não reduziram a quantidade de trabalho vivo? Então, o que explica a evolução do emprego no Porto de Santos?

Para responder a estas questões, devemos analisar os resultados do processo de reestruturação produtiva no Porto de Santos, avaliando o crescimento da movimentação (atividade portuária) e os ganhos de produtividade na última década, quando foi aplicado um montante de investimentos superior a US\$ 1 bilhão (estimativas da CODESP). Com isso, pretende-se avaliar a relação entre produtividade e emprego no maior porto brasileiro.

O quadro 3 acima mostra a expansão da atividade portuária nos últimos dez anos. A movimentação de cargas no Porto de Santos cresceu 107% em toneladas e 123% em valores monetários. Outro indicador relevante é o aumento na quantidade de contêineres movimentados, cerca de 180%. Estes números mostram a expansão da capacidade produtiva no porto que atinge níveis recordes de movimentação (em toneladas e em valores monetários - US\$), em virtude dos elevados investimentos em tecnologia e da introdução de novas máquinas na atividade portuária em Santos. Como exemplo, podemos citar a aquisição de portêineres⁹, que custam mais de US\$ 6 milhões, por parte dos terminais portuários privados.

Quadro 03
Evolução da movimentação no Porto de Santos – período 1996 a 2006

Período	Movimentação em toneladas			Movimentação em US\$ milhões FOB			Movimento Contêineres (unidades)
	Exportações	Importações	Total (em toneladas)	Exportações	Importações	Total (em US\$ milhões)	
1996	15.617.118	20.722.242	36.339.360	12.097,72	14.757,44	26.855,16	547.430
1997	17.791.815	20.680.315	38.472.130	13.591,17	18.006,81	29.597,98	380.592
1998	19.401.126	20.539.260	39.940.386	13.538,30	15.298,18	28.836,48	564.948
1999	24.264.690	18.410.817	42.675.507	13.237,13	12.522,05	25.759,18	546.972
2000	22.353.811	20.730.572	43.084.383	13.593,38	13.299,64	26.893,02	554.263
2001	28.050.470	20.131.123	48.181.593	14.443,74	13.359,54	27.803,28	713.760
2002	33.822.484	19.651.784	53.474.268	15.681,26	11.699,03	27.370,38	832.157
2003	39.126.666	20.950.407	60.077.073	20.216,85	12.199,80	32.406,65	1.037.371
2004	45.809.828	21.799.925	67.609.753	26.893,88	16.043,63	42.937,51	1.247.130
2005	50.399.621	21.502.873	71.902.494	32.798,72	18.146,60	50.945,33	1.478.428
2006	52.215.611	23.185.216	75.400.827	39.702,34	20.426,58	60.128,91	1.530.439
Var. 96-06	234,35%	11,89%	107,49%	228,18%	38,42%	123,90%	179,57%

Fonte: Codesp (2006)

Obs: previsão de 2006 foi calculada com base no resultado médio até o mês de setembro

Cabe ressaltar que a expansão da atividade portuária deve-se, em boa parte, ao dinamismo do comércio exterior no período, especialmente com a significativa expansão das exportações (com aumento em torno de 230%, em toneladas e em US\$ milhões; enquanto as importações cresceram 12% e 38%, respectivamente – quadro 03). Outro fator relevante que explica a movimentação pelo Porto de Santos é o tamanho da sua área de influência (*hinterland*) e o respectivo crescimento da produção voltada para o exterior (Neto, 2006). Entretanto, é importante ressaltar que os atuais patamares de movimentação de cargas só foram atingidos por causa dos investimentos realizados com elevada intensidade de capital, impulsionados pelo processo de modernização (privatização) portuária.

Historicamente, os investimentos maciços em tecnologia vêm na direção de poupar trabalho humano (Schumpeter, 1980; Marx, 1985); gerando um desemprego tecnológico, com a supressão de, principalmente, trabalhos mais braçais e de menor qualificação, pois “neste tipo de tarefas que o cérebro eletrônico se mostra superior ao humano, tanto em termos de eficiência quanto de custos” (Singer, 1999, p. 18). Contudo, como coloca Mattoso (2000), a tecnologia não determina o nível geral de emprego por si só, mas afeta com intensidade o emprego no nível setorial e/ou regional.

No entanto, isto não ocorreu no Porto de Santos, conforme os

dados da evolução do emprego portuário (quadro 02). Então, o que explica o crescimento do emprego portuário? Sem dúvida, a expansão da atividade portuária foi capaz de compensar os efeitos negativos do grande incremento de tecnologia sobre o nível de emprego no setor, garantindo um pequeno aumento de 1,3% no número de trabalhadores portuários. No entanto, a natureza desses empregos foi alterada, uma vez que a criação de novos postos de trabalho ocorreu, em boa parte, pela via da terceirização e em condições mais precárias de trabalho.

Com o vultoso aumento na movimentação de cargas (em toneladas e em valores monetários) e a manutenção de praticamente o mesmo número de trabalhadores, a produtividade no Porto de Santos também deu um grande salto. Tomando-se como base o número de trabalhadores no começo (1996) e no final do período analisado (2006) e fazendo um cálculo simples, é possível verificar o crescimento da produtividade através do seguinte indicador: movimentação de cargas por trabalhador.

Em setembro de 1996, cada trabalhador era responsável por, em média, US\$ 154 mil movimentados. Já em setembro de 2006, cada trabalhador foi responsável por US\$ 341. Houve, portanto, um acréscimo de 121%, na produtividade por trabalhador. Quando consideramos a movimentação em toneladas, os ganhos de produtividade foram da ordem de 105%, ou seja, cada trabalhador movimentava 1,7 toneladas em 1996, passando a movimentar 3,8 toneladas em 2006. Se considerarmos a movimentação de contêineres, este indicador passa, em média, de 35 para 97 contêineres movimentados por trabalhador.

Em suma, conclui-se que os ganhos de produtividade e a introdução de tecnologia no Porto de Santos não reduziram o nível de emprego portuário. Ao contrário, observou-se uma pequena expansão do emprego (1,3%), a qual foi obtida em razão do vultoso crescimento na movimentação de cargas, especialmente aquelas com destino à exportação. O crescimento da atividade portuária compensou a supressão de postos de trabalho por meio das inovações tecnológicas, no entanto os empregos gerados têm caráter mais precarizado (caráter temporário, terceirizado) e/ou estão localizados nos terminais privados.

Assim, após uma década de transformações profundas no Porto de Santos, nos deparamos com o mesmo nível de emprego portuário (em termos quantitativos, mas não qualitativos), com recordes recorrentes

de movimentação e com significativos incrementos de produtividade. Entretanto, resta saber: como estes ganhos de produtividade foram apropriados? Estes ganhos foram repassados aos salários dos trabalhadores portuários? Qual a trajetória da massa salarial e do salário médio no Porto de Santos?

Produtividade e salários no Porto de Santos: existe uma relação salarial fordista?

Conforme foi visto na primeira seção, o padrão de desenvolvimento pós-guerra tinha como um dos seus pilares a relação salarial fordista, caracterizada pelo repasses de parte dos ganhos de produtividade aos salários. Esta relação entre produtividade e salários contribuía para o crescimento da renda e do consumo da classe trabalhadora, garantindo demanda para a produção em larga escala e, por consequência, a realização dos lucros das empresas. Já a regulação econômica hegemônica a partir dos anos 80, centrada no combate à inflação, coloca como elemento central a desindexação salarial, eliminando as relações com a produtividade (fim da relação salarial fordista), com índice de preços e outras políticas salariais; sendo que os salários passam a ser estabelecidos na negociação direta entre as empresas e os seus trabalhadores e os reajustes passam a ser individuais e vinculados ao desempenho da empresa e do trabalhador¹⁰ (Vazquez, 2008).

Na segunda seção, mostrou-se que os elevados ganhos de produtividade no Porto de Santos na última década, que foram propiciados pelo crescimento da atividade portuária ao mesmo tempo em que não houve expansão significativa no nível de emprego. A presente seção procura mostrar os efeitos sobre os salários do trabalhador no Porto de Santos. Os trabalhadores portuários foram beneficiados pela modernização?

No debate teórico reconstituído aqui, Drucker (1993) responderia que sim, nas suas palavras, “a produtividade cresceu a taxas elevadíssimas, sendo que esse crescimento refletiu-se na elevação do padrão e da qualidade de vida, em maior poder de compra por parte dos trabalhadores e em aumento de horas disponíveis para lazer” (p.

18). Em contraposição, Fiori (2001) diria não, nas suas palavras, “as estatísticas mostram é que milhares de desempregados seguem ligados ao mesmo “paradigma do trabalho”, só que agora como trabalhadores precarizados, terceirizados ou subcontratados, com direitos cada vez mais alheios ao mundo das organizações sindicais. Uma transformação social gigantesca, mas que não foi o resultado natural, nem muito menos benéfico, das novas tecnologias informacionais” (p. 15). Já Mattoso (2000) colocaria a importância de uma regulação pública sobre o mercado de trabalho, afirmando que o crescimento da produtividade pode resultar em “mais emprego, consumo, tempo livre ou desemprego e essa é uma escolha social, historicamente determinada pelas formas de regulação do sistema produtivo e da distribuição dos ganhos de produtividade” (p. 117).

Embora não tenha sido observada uma redução no total de empregos portuários (quadro 2), nota-se que os trabalhadores no Porto de Santos não obtiveram ganhos salariais com o crescimento da produtividade no setor. Ao contrário, o quadro 04 abaixo mostra uma forte retração na massa salarial e na remuneração média dos trabalhadores portuários nos últimos dez anos (na comparação entre 09/1996 e 09/2006). Os dados revelam que houve queda no salário médio de quase todas as categorias, exceto para os funcionários empregados nos terminais vinculados, que tiveram uma elevação de 57% no salário médio, sendo esta categoria aquela que mais cresceu em número de trabalhadores, em razão do processo de privatização do porto. Em 1996, estes representavam menos de 3% do emprego portuário, passando para mais de 38% em 2006. No entanto, não se pode afirmar que os trabalhadores dos terminais privados ganharam com este processo, pois apesar do crescimento do salário médio, este representa menos da metade dos salários auferidos pelos trabalhadores vinculados à COPESP.

Quadro 04
Massa Salarial e Salário Médio no Porto de Santos
Por categoria de trabalhadores – comparativo 09/1996 e 09/2006 (em valores reais de 09/2006)

Categoria	Setembro de 1996			Setembro de 2006			Var. (%) 96/06 ² Massa Salarial	Var. (%) 96/06 ³ Salário Médio	Var. (%) 96/06 ³ N ^o de Trabalh.
	Massa Salarial ¹ (R\$ mil)	N ^o de Traba- lhadores	Salário Médio ²	Massa Salarial (R\$ mil)	N ^o de Traba- lhadores	Salário Médio ²			
Codesp vinculados	32620	5390	6051,95	5300	1372	3862,97	-83,8%	-36,2%	-74,5%
Codesp Contratados	433	220	1988,18	1300	1200	1083,33	200,2%	-45,0%	445,5%
Força Supletiva	5255	2210	2377,83	-	-	-	-	-	-
Avulsos	22.097	7346	3008,03	14900	5194	2868,69	-32,6%	-4,6%	-29,3%
Terminais Vinculados	460	400	1150,00	10800	6000	1800,00	2247,8%	56,5%	1400,0%
Terminais Terceirizados	-	-	-	2000	2000	1000,00	-	-	-
Total	60865	15566	3910,12	34300	15766	2175,57	-43,6%	-44,4%	1,3%

Fonte: Rodrigues (2006) Elaboração e Adaptação dos autores

1: Corrigido pelo IPCA até setembro de 2006 - 91,7% acumulado

2: Massa Salarial/Pessoal. O salário médio total foi calculado por média ponderada.

3: Variação em termos percentuais

Embora represente o maior salário médio do porto, esta categoria foi a que mais perdeu em número de emprego (com queda em torno de 75%, conforme visto anteriormente) e em termos salariais, cujas perdas superam são superiores a 36% em valores reais. Logo, este grupo foi aquele que teve maiores perdas em termos relativos.

Visando compensar a redução do seu quadro, a CODESP aumenta o número de trabalhadores contratados temporariamente (a quantidade desses empregos é 5,5 vezes maior do que em 1996), cujo salário representa menos de um terço do salário de um trabalhador do quadro permanente da CODESP. Assim, observa-se na empresa administradora portuária a tendência de criação de empregos mais precarizados (terceirizados, contratados temporariamente, estagiários, etc.), os quais têm rendimentos inferiores, reduzindo também os encargos trabalhistas e o custo do fator trabalho como um todo para a empresa contratante.

Outra conclusão que pode ser tirada do quadro 04, é que os novos empregos criados (precarizados ou nas operadoras privadas) são aqueles de rendimento médio inferior àqueles que empregos que foram suprimidos. Ou seja, a redução dos empregos ocorreu naquelas categorias que tinham salários mais altos e os novos empregos criados não evitam a queda da massa salarial no Porto de Santos, que teve uma retração de 43,6%, mesmo com o aumento de 1,3% nos empregos ligados ao setor portuário nos últimos dez anos.

A queda da massa salarial traz impactos negativos para a economia regional, que não se limita ao setor portuário, pois outros setores são afetados, principalmente o comércio local, dado o efeito oposto do multiplicador keynesiano. Segundo Rodrigues e Vaz (2001), houve queda na participação do ICMS na receita municipal, em virtude dos reflexos da queda da massa salarial no setor portuário nos setores de comércio e serviços da região.

Em suma, observou-se um elevado crescimento na movimentação em toneladas (107%), em termos cambiais (123%) e por trabalhador (121%). Concomitantemente, notou-se uma queda expressiva na massa salarial e no salário médio (em torno de 44%). Portanto, conclui-se que os ganhos de produtividade no Porto de Santos não foram repassados aos trabalhadores, os quais tiveram perdas salariais significativas, resultantes de um processo de modernização portuária, que reflete as tendências de desregulação das relações de trabalho em nome das exigências de competitividade impostas pela regulação econômica.

Conclusão

A globalização e a concorrência internacional acirrada provocaram um movimento de reorganização econômica que implicou na desestruturação dos sistemas nacionais de regulação das relações de trabalho, como resposta à pressão política das empresas sobre os Estados Nacionais. Esta pressão buscava eliminar os entraves para a redução dos custos com encargos trabalhistas e para a livre utilização do trabalho pelas empresas, de modo a garantir a elevação dos níveis de produtividade e competitividade, tendo em vista a exacerbação da concorrência nos mercados interno e externo, a qual pressiona as empresas para uma racionalização produtiva.

Devido ao crescimento da importância do comércio mundial e o acirramento da concorrência no plano internacional, há forte demanda pelo uso dos portos, dado que este é o modal de transporte mais utilizado no comércio exterior. Para atender a crescente demanda e a pressão por maior produtividade, os portos também passaram por uma reestruturação produtiva que, por sua vez, implicou em transformações nas relações de trabalho no setor.

As transformações no mercado de trabalho portuário ocorrem com a introdução da Lei de Modernização dos Portos (lei 8630/93) que objetivou reduzir custos das operações portuárias (inclusive os custos do trabalho) e aprimorar serviços e garantir a qualidade dos mesmos por meio de um processo de privatização das operações portuárias. A Lei 8.630/93 cria o Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO) e transfere para este órgão os trabalhadores da capatazia outrora vinculados à CODESP e os trabalhadores avulsos, antes vinculados aos sindicatos. Essa transferência ocorreu a partir de 1997, quando o OGMO passou a executar a gestão de pessoal de diversas categorias portuárias (com, destaque, para os estivadores), exercendo um conjunto de atividade que antes era monopólio dos sindicatos.

Esta transferência de funções caracteriza a ampliação do domínio do capital sobre o trabalho, dada a influência dos empresários do porto no OGMO, o que, por conseguinte, implica perda do poder dos sindicatos. Estas mudanças confirmam as tendências de quebra da pactuação entre capital e trabalho estabelecida pela regulação econômica do pós-guerra

e nos ajuda a entender a queda da massa salarial e do salário médio dos trabalhadores portuários.

Além de transformações nas relações de trabalho, a racionalização produtiva no setor portuário, que é concomitante ao processo de privatização, introduziu inovações tecnológicas, aumentando a capacidade produtiva e, ao mesmo tempo, reduzindo custos do trabalho (salários), o que proporcionou, por consequência, uma ampliação das margens de lucro das empresas do setor.

Cumprido seu papel histórico, a introdução de tecnologia do Porto atuou no sentido de poupar trabalho humano e aumentar a produtividade na atividade portuária. Entre 1996 e 2006, houve uma redução do número de trabalhadores necessários para a movimentação de cargas nos últimos dez anos (a carga movimentada por trabalhador aumenta de 1,7 para 3,8 toneladas) e crescimento no número de contêineres movimentados, em boa medida, graças aos investimentos em máquinas pesadas e à automação da movimentação (com a introdução de portêineres, por exemplo), evidenciando a reestruturação produtiva decorrida do processo de modernização da atividade portuária. Assim, este estudo confirma as hipóteses de que houve um grande incremento de produtividade (via investimentos em tecnologia) no maior porto da América Latina.

No entanto, o mesmo consenso não é encontrado quando são analisados os impactos do processo de modernização portuária no nível de empregos e salários. Ao contrário do senso comum, o nível de emprego no Porto de Santos não diminuiu com a privatização e reestruturação do setor. Confirmando a hipótese de que os incrementos de tecnologia e produtividade não determinam por si só o nível geral de emprego, sendo este determinado em última instância pelo crescimento econômico e da atividade em questão, no caso do Porto de Santos, pela movimentação de cargas.

O elevado crescimento da movimentação portuária (de 183% e 123%, em toneladas e em valores monetários, respectivamente) propiciou um pequeno crescimento no número de empregos no Porto de Santos. No entanto, pode-se concluir que os novos empregos gerados, principalmente nos terminais privados e por meio de contratos temporários na CODESP, têm remuneração inferior em relação àqueles que foram suprimidos (relacionados às categorias de trabalhadores

avulsos e vinculados à CODESP). Neste sentido, a hipótese de que o processo de modernização portuária incorreu no aumento da demanda por mão de obra mais especializada, de mais alta qualificação técnica e melhor remuneradas não foi confirmada por este estudo.

Embora o nível atual de emprego no Porto de Santos seja praticamente o mesmo de dez anos atrás, a massa salarial dos trabalhadores portuários teve uma queda de quase 45%, na mesma proporção em que foi reduzido o salário médio dos empregos ligados ao porto. Assim, é possível concluir que os vultosos ganhos de produtividade na atividade portuária não foram apropriados pelos trabalhadores, os quais amargaram perdas salariais significativas na última década. Cabe ainda ressaltar, que esta queda da massa salarial no Porto de Santos também teve forte reflexo em outros setores da economia local (especialmente, no setor terciário), dado que a atividade portuária é a força motriz da economia regional.

Em suma, o processo de reestruturação do setor portuário apresenta resultados contraditórios: de um lado, encontram-se as comemorações dos recordes recorrentes na movimentação de cargas e dos elevados níveis de produtividade; do outro, a economia local sofre com a queda da massa salarial da sua principal atividade e os trabalhadores portuários lamentam as perdas salariais e as novas relações de trabalho estabelecidas no setor. Este paradoxo não parece ter solução dentro da atual lógica do livre mercado.

Abstract

The productive reorganization of the port sector propitiated a strong rise of the productivity, the introduction of technological innovations and the reach of successive records in the cargo movement, since the Port Modernization Law. On the other hand, the privatization process has brought deep changes in the labor relations in the biggest port of Latin America. This work shows that the deleterious effect of the technology in the job level had been compensated by the strong expansion of the port activity. However, the productivity gains had not been appropriate by the workers, which had had significant wage losses in the analyzed period (1996-2006).

Key-words: productive reorganization; port sector modernization; labor market, Port of Santos

Referências

- AGLIETTA, M. – Regulación y crisis del capitalismo. Espanha: Siglo XXI, 1979.
- AGUIAR, M. A. F.; JUNQUEIRA, L. A. P.; FREDDO, A. C. M. – O Sindicato dos Estivadores do Porto de Santos e o processo de modernização portuária. In: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, vol. 40 (6), p. 997-1017, 2006.
- BELLUZZO L. G. M.; COUTINHO, L. G. – Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas. In: Economia e Sociedade, Campinas, n. 7, p. 129-154, 1996.
- CODESP – Estatística 2006 (mensais). Disponível em: www.portodesantos.com.br Acessado em 01/12/2006.
- _____ – Relatório Anual 2005. Disponível em: www.portodesantos.com.br Acessado em 08/08/2006.
- COUTINHO, L. G. – O desempenho da indústria sobre o Real. In: MERCADANTE, A (org.). O Brasil pós-Real: a política econômica em debate. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.
- DRUCKER, P. F. – Sociedade Pós-Capitalista. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1993.
- FIORI, J. L. – 60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HOBBSBAWM, E. – A Era dos Extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEITE, M. P. – Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão de mão-de-obra. In: O Mundo do trabalho: Crise e mudança no final do século. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- MATTOSO, J. E. L. – A Desordem do Trabalho. São Paulo: Scritta, 1995.
- _____ – Tecnologia e Emprego: uma relação conflituosa. In: São Paulo em Perspectiva, v.14, n. 3, p. 115-123, 2000.
- MARX, K. – O Capital – Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARGLIN, S.A.; BAHDURI, A. – Profit Squeeze and Keynesian Theory. In: MARGLIN, S. A.; SCHOR, J.B. The Golden Age of Capitalism: Reinterpreting the Postwar Experience. Oxford: Claredon Press, 1990.

- MERCADANTE, A (org.). – O Brasil pós-Real: a política econômica em debate. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.
- MONIÉ, F.; VIDAL S. M. S. C. – Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva. In: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 40 (6), p. 997-1017, 2006.
- NETO, C.A.S.C. – Portos Brasileiros: Área de Influência, Ranking Porte e os Principais Produtos Movimentados. Brasília: IPEA, 2006. (Texto para Discussão – TD 1164).
- PLIHON, D. – Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira. In: Economia e Sociedade, Campinas, n. 7, p. 85-127, 1996.
- POLANYI, K. – A Grande Transformação. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- RODRIGUES, J. – Produtividade cresce 200% em Santos. In: Valor Econômico. São Paulo, 23 out. 2006. Empresas/Infra-estrutura, p. B10, 2006.
- _____; VAZ, J. P. Porto de Santos – Uma Década de Transformações 1990-1999. Santos: NESE – Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioeconômicos da UNISANTA e CODESP – Companhia Docas do Estado de São Paulo, 2001. Disponível em <http://www.nese.unisanta.br>.
- SARTI, I. – O porto vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCHUMPETER, J. – Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SILVA, F. T. – Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. São Paulo: Unicamp, 2003.
- SINGER, P. – Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. 3ª Edição. São Paulo: Contexto, 1999.
- VAN DER WEE, H. – Prosperity and Upheaval: The World Economy 1945-1980. London: Pelikan Books, 1987.
- VAZQUEZ, D. A. – Reestruturação Produtiva e Flexibilização do Trabalho no Brasil. Revista da ABET, v. VII, p. 80-98, 2008.
- VIDAL, S. M. S. C.; GONÇALVES, A. F. – Novos Nomes, Velhas Práticas – Contradições no Processo de Privatização dos Portos no Brasil. In: XXVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Anpad). Anais, 2004.
- _____; XAVIER, M. C.; GOMES, V. M. – Gestão da Mão-de-Obra Avulsa e Sustentabilidade da Atividade Portuária. In: VII Simpósio de

ZAPATA, F. – Estado-nação, livre comércio e integração econômica na América Latina. In. DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. Emprego e Desenvolvimento Tecnológico: processos de integração regional. São Paulo: DIEESE, 1999.

Notas

¹ Paradoxalmente, conforme destaca Polanyi (1980), os pilares que sustentavam o padrão de desenvolvimento da idade de ouro foram sendo questionados pela modernização conservadora com argumentos liberais, apesar de estes pilares terem sido erguidos por um movimento de auto defesa da sociedade contra as consequências do liberalismo.

² A idéia de que a elevação dos salários comprime, necessariamente, os lucros, defendida por Ricardo, é refutada por Marx. Primeiro, porque a base de trabalho vivo está cada vez menor, comparada com a massa dos meios de produção. Segundo, porque a mais-valia mostrou-se ser uma relação aberta, com uma elevada elasticidade do trabalho excedente. Terceiro, porque os salários são regulados pelo exército industrial de reserva, o qual cresce com o processo de acumulação capitalista.

³ As mudanças implementadas não são uma experiência inédita. Ao contrário, elas foram antecédidas em outros portos do mundo: nos últimos 25 anos os portos de quase todos os países passaram por amplas e profundas reformas com o intuito de adequá-los à nova ordem estabelecida, em nível econômico e político internacional. Assim, as novas demandas econômicas oriundas da globalização contribuíram para uma revisão na atuação e estrutura dos portos em escala mundial (Monié e Vidal, 2006, p. 987).

⁴ O papel dos sindicatos dos trabalhadores portuários não está no escopo deste trabalho. No entanto, cabe destacar que esta categoria teve historicamente elevado poder de barganha (Silva, F. T., 2003; Sarti, L., 1988). Por exemplo, foi a segunda categoria a possuir um instituto de previdência, após os ferroviários.

⁵ O artigo de Aguiar, Junqueira e Freddo (2006) mostra que a implantação do OGM ocasionou conflitos e lutas com os sindicatos dos estivadores, especialmente “em função da mudança introduzida no papel dos sindicatos na alocação da mão-de-obra portuária” (p. 1011). Segundo os autores, o grande receio do sindicato dos estivadores era perder o direito de escalar os trabalhadores e de determinar o número de homens por turno, o que de fato ocorreu a partir de 2001.

⁶ Segundo Mattoso (2000), a regulação social são as instituições e regras definidas de maneira a arbitrar e decidir como serão distribuídos os ganhos de produtividade e os recursos entre as classes sociais. Segundo o autor, na economia globalizada, essa regulação é exercida pelo mercado de capitais.

⁷ É importante ressaltar que o perfil desses novos postos de trabalho não será tratado aqui devido à ausência de dados confiáveis para tal pesquisa.

⁸ Apesar de Rodrigues (2006) ser um texto jornalístico, a reportagem publicada no jornal Valor Econômico foi apoiada no levantamento de dados realizado pelo autor da matéria junto ao OGM, sindicatos e terminais privados. Além de jornalista, José Rodrigues foi coordenador

de assuntos portuários da Prefeitura de Santos entre 1989 e 1996, nos governos Telma de Souza e de David Capistrano. Os dados levantados foram gentilmente cedidos aos autores para que as adaptações realizadas fossem efetuadas. Aproveitamos este espaço para agradecer e homenagear José Rodrigues, um dos maiores conhecedores do Porto de Santos, falecido em 10/02/2010.

⁹ Portêinères: equipamentos automáticos de grande porte utilizados para movimentação de contêineres.

¹⁰ Participação nos Lucros e Resultados (PLR), Bônus, Prêmios, Avaliações de Desempenho são exemplos desta relação entre salários e desempenho da empresa e individual do trabalhador.

Marx 1857/1858: Além dos Grundrisse

João Antonio de Paula¹

Resumo

Neste texto buscar-se-á surpreender um momento-chave do projeto marxiano, considerando, sobretudo, os outros escritos de Marx, elaborados entre 1857 e 1858, além dos *Grundrisse*. Os anos 1857-1858 são, sob mais de um aspecto, para a vida e para a obra de Marx momentos decisivos. São anos de trabalho intenso, de grande sofrimento pessoal, de grandes expectativas políticas, a perspectiva da abertura de uma nova onda revolucionária a partir da crise econômica, que se instalou em 1857. São anos, enfim, em que a longa elaboração da “crítica da economia política”, iniciada em 1843, chegou à sua primeira totalização, que se ainda não pode ser expressa com o rigor expositivo necessário, já é suficientemente abrangente para permitir a seu autor o início da publicação dos resultados de seus longos anos de estudo da economia política com o livro, *Contribuição da Crítica da Economia Política*, publicado em 1859.

Palavras-chaves: Marx, história do marxismo, *O Capital*, *Grundrisse*

Classificação JEL: B14; B31

O contexto da elaboração dos Grundrisse

Eric Hobsbawn disse que o período que se vai analisar aqui, 1857-58, foi momento de grave crise econômica, que veio interromper um significativo processo de expansão, que, tendo se iniciado após as revoluções de 1848-49, teria se prolongado até meados da década de 1870. Tal período, a *Era do Capital*, é marcado pela consolidação da hegemonia do capital, pela consolidação do modo de produção especificamente capitalista como o definiu Marx. Para Hobsbawn, os

¹ Professor do CEDEPLAR/FACE/UFMG.

três episódios recessivos verificados no período – 1847/49, 1857/58 e 1866/68, não devem impedir que se veja a época como marcada por um grande “boom” – “Este período de calma chegou ao fim com a depressão de 1857. Economicamente falando, tratava-se apenas de uma interrupção da era de ouro do crescimento capitalista, que continuou numa escala até maior na década de 1860 e atingiu seu clímax em 1871-73” (Hobsbawn, 1977, p. 52).

A antevisão da crise de 1857/58, por Marx, está na base da motivação que o levou a empreender a redação dos Grundrisse. Diz ele numa carta a Lassalle – “A crise comercial atual incitou-me a dedicar-me, seriamente, à redação das características fundamentais da economia política, ao mesmo tempo que a preparar alguma coisa sobre a crise atual.” (Marx/Engels, 1974, p. 68).

Também contribuiu, decisivamente, para a elaboração dos Grundrisse o fato de que Marx, por dever de ofício, estivesse encarregado pelo jornal anglo-americano, *New York Daily Tribune*, entre 1851 e 1862, de cobrir os principais fatos econômicos e políticos europeus. Sobre isto disse ele, em 1859 - “minha colaboração, já de oito anos, com o primeiro jornal anglo-americano, o “*New-York Tribune*”, tem exigido uma extraordinária dispersão dos estudos, uma vez que apenas excepcionalmente me ocupo com o jornalismo propriamente dito. Contudo, artigos sobre fatos econômicos de destaque, ocorridos na Inglaterra, e no continente, constituem uma parte tão significativa da minha contribuição que me vi obrigado a familiarizar-me com pormenores que ficaram fora do ramo da ciência da economia política propriamente dita.” (Marx, 1974a, p. 138).

Em carta a Engels, em 13 de dezembro de 1857, diz ele – “Estou impondo-me um trabalho gigantesco – a maioria dos dias até as quatro da madrugada. Este trabalho é de dois tipos:”

“1. Elaboração dos traços fundamentais da Economia Política (é absolutamente necessário ir até ao fundo do assunto para o público e para mim mesmo, e assim livrar-me deste pesadelo).”

“2. A crise atual. A este respeito, além dos artigos para o *Tribune*, anoto, simplesmente, todo o dia, porém isto toma um tempo considerável.” (Marx/Engels, 1974, pp. 67-68).

Tanto os artigos de Marx, quanto sua correspondência registram sua concentrada atenção em acompanhar e interpretar as grandes

transformações e eventos que o mundo experimentava, e cujo sentido geral era a imposição da ordem social burguesa em sua plenitude.

Com efeito, os anos 1850, no mundo capitalista central, representam o momento de consolidação das realidades típicas do capitalismo, em variados aspectos. Trata-se, de um lado, da vitória do “ethos” burguês, de suas formas de sociabilidade, de seus valores e símbolos. Época de intenso processo de modernização econômica, política, cultural e institucional, da entrada em cena da ciência como instrumento do desenvolvimento tecnológico; da afirmação do imperialismo comandado pelo grande capital; da imposição da centralidade da luta entre o capital e o trabalho no coração da luta de classes.

Marx a tudo isso considerou e apreendeu, seja em sua obra jornalística, seja na construção de sua crítica da economia política.

O contexto da elaboração dos Grundrisse foi agrupado, aqui, em quatro grandes blocos temáticos: A) a modernização econômica, política e institucional; B) a modernização cultural, científica e tecnológica; C) a imposição do imperialismo e do grande capital; d) a crise de 1857-58.

Inicie-se com a modernização econômica, política e institucional. Assume particular importância, nesse item, os seguintes eventos: o início do processo de unificação da Itália, emblematicamente expresso na ruptura das relações diplomáticas entre a Áustria e o Piemonte, em 1857, a que se seguirão a intervenção francesa ao lado dos piemonteses, em 1858, e, finalmente, a guerra entre a Áustria, o Piemonte e a França, em que a Áustria foi derrotada, abrindo caminho para a política de Cavour, para a pregação de Mazzini e para as campanhas de Garibaldi, que vão resultar, em 1870, na unificação italiana, exceptuando-se o domínio austríaco sobre Trieste, que continuou até a primeira guerra mundial.

A luta pela unificação italiana é, como se sabe, um fenômeno de longa duração, remontando a Maquiavel, senão antes. Dividida entre um norte fragmentado pelas disputas entre as grandes cidades-comerciais; uma região central sob o controle do papado; e um sul dominado pelo império germânico; a Itália, no século XIX, assistiu à emergência dos “interesses nacionais”, capitaneados por uma burguesia, que tendo compromissos com o “risorgimento” italiano, com a sua modernização, acomodou-se a uma estratégia que Gramsci chamou de “Revolução

Passiva” e cuja característica central foi a incompletude do processo de distribuição de renda e da riqueza, de que resultou a efetiva construção de um fosso social e econômico entre o sul, que foi mantido alijado do processo de modernização, e o norte, que se aproximou das experiências mais exitosas da modernização capitalista.

A unificação da Itália foi processo que Marx acompanhou de perto e que esteve presente em sua obra jornalística. Substantivamente, o processo de unificação da Itália ao lado de expressar o fortalecimento de segmentos da burguesia italiana, também expressou, fundamentalmente, a presença de velhas instituições resquícios do Antigo Regime – o Império Austríaco, um fantasma do poderio Habsburgo, e do Papado, protegido até então pela França, que derrotada pelo emergente império Hohenstauffen, em 1870, permitiu a anexação dos territórios papalinos ao reino da Itália.

Há considerável paralelismo e intercorrência entre os processos de unificação da Itália e da Alemanha, que ocorrem, entre 1861/1870 e 1864/1870, ambos momentos significativos da modernização capitalista no século XIX.

De 1858 é a ascensão do príncipe Guilherme à regência da Prússia. Em 1861, ele será coroado rei, com o título de Guilherme I. Em 1862 ele convidou Bismarck para ministro da Prússia dando início à vertiginosa escalada de guerras e transformações econômico-político-sociais, que Lênin chamou de “via prussiana” do desenvolvimento capitalista.

Todos esses eventos ligados aos processos de unificação da Itália e da Alemanha foram considerados, que se referiu a eles em seus artigos para o NYDT, como também esteve atento aos acontecimentos nas Américas e no continente asiático.

Em 1857, teve início a guerra civil mexicana que significou, no âmbito da periferia do capitalismo, tentativa de constituir uma república moderna, liberal, anticlerical e antiaristocrática, matriz de uma longa e complexa experiência, que culminou com a Revolução Mexicana de 1910.

Na mesma direção, da modernização, lembre-se a emancipação dos servos sob o domínio do Czar russo, Alexandre II, em 1858, que antecipa a emancipação geral da servidão na Rússia, que ocorreu em 1861. Listem-se, ainda, dois eventos que confirmam as tendências de modernização então em curso. São eles: o lançamento do primeiro cabo

submarino entre Inglaterra e Estados Unidos, em 1858, experiência que terá curta duração, pela ocorrência de problemas técnicos, mas que é a primeira tentativa de interligar em tempo real, o mundo capitalista avançado. Na mesma direção, de ampliação da mundialização do capital, é o início da abertura do Canal de Suez, em 1859.

O segundo ponto a se destacar aqui é o referente à modernização cultural, científica e tecnológica. Neste campo assinala-se, de saída, a publicação de três livros centrais na constituição da cultura contemporânea, que são, de 1857, – *Madame Bovary*, de Flaubert e *As Flores do Mal*, de Baudelaire – e de 1859, *A Origem das Espécies*, de Darwin. Se Darwin significou, a um tempo, um alargamento da experiência humana e um redimensionamento de seu lugar no mundo, Flaubert e Baudelaire trouxeram-nos a ampliação da sensibilidade humana para além dos constrangimentos da moralidade e do gosto burgueses.

Tanto *Madame Bovary*, quanto *As Flores do Mal* colocam-nos diante de uma nova sensibilidade, uma sensibilidade transgressiva, que não hesita em representar os sentimentos humanos sem as idealizações do romantismo. Uma literatura, que ultrapassa as auto-impostas etiquetas do bom-gosto, dos bons sentimentos, de um sublime vicário. Com Baudelaire e Flaubert, e mais tarde com Zola, é o canhestro, o precário, o fugaz, o vertiginoso da experiência urbana, que tomarão o lugar do que antes era a pretensão ingênua e edificante.

Com Darwin, rigorosamente, estamos condenados à história como projeto, como abertura, como interdição a todo dogmatismo, à toda teleologia, se se quer ser fiel à sua mensagem: as infinitas possibilidades de um devir, que é tão auspicioso, quanto angustiante.

No âmbito da tecnologia o período considerado é marcado pela ascensão dos Estados Unidos como potência inovadora em tecnologias, que serão decisivas em nosso tempo: a tecnologia do petróleo, a tecnologia da eletricidade, a tecnologia da linha de montagem. É de 1859, é a primeira extração de petróleo nos Estados Unidos. Também de 1859 a instalação de luz elétrica em Nova York. De 1860, a difusão das modernas linhas de montagem, a partir dos matadouros de Cincinnati e Chicago, que serão implantadas na indústria de revólveres, rifles, relógios, máquinas de costura, etc. (Hobsbawn, 1977, p: 64), abrindo

caminho para a padronização e para a massificação da produção, que marcarão o capitalismo monopolista.

Aqueles foram os tempos do início da expansão imperialista; do imperialismo típico da etapa dominada pelo grande capital. Trata-se, aqui, tanto do definhamento de velhos impérios (Áustria, Portugal, Rússia, Turquia, Espanha), quanto de afirmação de novos impérios: a Alemanha unificada; os Estados Unidos; quanto da reafirmação dos impérios, especificamente capitalistas, como Inglaterra e França. Todos esses processos estão emblematicamente presentes na Guerra da Criméia, entre 1854 e 1856.

A Guerra da Criméia, entre Rússia e Turquia, explicitou tanto as debilidades dos dois velhos impérios quanto a confirmação da supremacia econômica e militar da França e, sobretudo, da Grã-Bretanha. Supremacia britânica, que se afirmará, ainda mais, na guerra contra a Pérsia, que ampliou e consolidou a presença britânica no Oriente Médio.

Em 1858, França e Inglaterra impuseram à China o Tratado Tien-Tsin, que, na prática, significou transformar os principais portos chineses em protetorados daqueles países. Em 1858, a França iniciou a conquista da Conchichina, com a ocupação de Saigon. Entre 1860 e 1861 a França invadiu a Síria. Em 1858, a Inglaterra fez avançar seu poder na Índia com a transferência das possessões da Companhia das Índias Orientais para o império britânico.

A transferência para o domínio do Estado britânico do território controlado pela Companhia das Índias não alterou a essência da brutal exploração, que caracterizou a presença britânica na Índia desde o século XVII. Disse Braudel – “A dupla política sistemática dos capitalistas ingleses, que consideraram a Índia: a) como um mercado para o qual dirigir seus produtos industriais (deram um golpe de morte na indústria algodoeira tradicional indiana, que havia conhecido seu auge importante no século XVIII, ao se transformar em moda na Europa os tecidos indianos coloridos e estampados); b) como um mercado fornecedor de certas matérias-primas – juta de Bengala, algodão das terras de regur, na região de Bombaim, destinados a abastecer a indústria inglesa de Lancashire.” (Braudel, 1969, p. 216).

Todos estes eventos e processos mobilizaram a atenção e a pena de

Marx. Observador qualificado, militante político e jornalista, obrigado a acompanhar a conjuntura em suas diversas dimensões, Marx a tudo procurou entender e interpretar. Mas, com certeza, é a crise econômica de 1857-58, que mobilizou o centro das atenções de Marx naquele período. Veja-se o que diz Rubel:

“De outubro de 1857 até finais de fevereiro de 1858, Marx reúne uma grande quantidade de materiais históricos e estatísticos sobre o desenvolvimento da crise econômica de 1857, que, por sua dimensões internacionais, lhe parece como o pródromo de queda do capitalismo e o início de uma nova era revolucionária” (Rubel, 1991, p. 69).

Até a obra de Clement Juglar, de 1862, *Les Crises Commerciales et leur retour périodique en France, en Angleterre et aux Etats Unis*, o pensamento econômico burguês recusava-se a reconhecer a existência de flutuações cíclicas na economia. Quando o fez, com Jevons, por exemplo, atribuiu uma causa ao fenômeno perfeitamente distante da realidade social. Para William Stanley Jevons (1835-1882) os ciclos seriam consequências das perturbações climáticas decorrentes das manchas, que apareceriam, periodicamente, no sol afetando o clima e assim a produção agrícola.

A existência de crises periódicas, e o reconhecimento de suas determinações histórico-sociais, foi uma das marcas do pensamento de esquerda. Diz Hobsbawn – “Foi em 1860, depois da primeira destas quedas mundiais, que os economistas acadêmicos na pessoa de um brilhante doutor francês, Clement Juglar (1819-1905), reconheceram e mediram a periodicidade deste “ciclo econômico” até então considerado apenas por socialistas e outros elementos heterodoxos.” (Hobsbawn, 1977, p. 65).

A partir de 23 de abril de 1857 a correspondência entre Marx e Engels apresentará um item permanente, que é a crise econômica. Os dois amigos acompanharam a crise trocando, sistematicamente, informações e opiniões. Em 7 de dezembro de 1857, Engels escreveu a Marx – “Nunca havia ocorrido, até agora, um pânico tão complexo e clássico como o que reina atualmente em Hamburgo. Tudo carece de valor, absolutamente de valor, à parte o ouro e a prata.” (Marx/Engels, 1974, p. 61). Em 5 de dezembro de 1857, Engels, escreveu – “As casas comerciais de Liverpool e de Londres vão quebrar em pouco tempo.”

(Marx/Engels, 1974, p. 63). Ainda Engels, em 11 de dezembro de 1857 – “Nesta crise, a superprodução foi geral como nunca antes, não se pode negar, e inclusive tanto para os produtos coloniais como para os cereais.” (Marx/Engels, 1974, p. 63). Em 17 de dezembro, Engels – “A crise me mantém em suspense de uma maneira infernal. Todos os dias baixam os preços.” (...) “Manchester submerge cada vez mais na crise.” (Marx/Engels, 1974, p. 66).

Um exame da correspondência entre Marx e Engels, e dos textos jornalísticos escritos por Marx entre 1857 e 1858, confirmam a existência de uma modalidade de divisão do trabalho entre Marx e Engels, em que este, então envolvido na gestão de uma indústria em Manchester, tornando-se especialista em questões práticas da vida econômica, abastecendo o amigo em Londres com informações e detalhes técnicos, que subsidiaram o trabalho de Marx, tanto o imediato, como jornalista, quanto o referente à crítica da economia política, que ele elaborava em paralelo.

Um exemplo do que, efetivamente, mobilizava o projeto de Marx, no referente à crise, transparece no trecho da carta de 3 de março de 1859, para Engels, quando Marx diz – “Para mim o importante é encontrar nas condições materiais e imediatas da grande indústria um elemento determinante desses ciclos.” (Marx/Engels, 1974, p. 73).

Uma pista para a identificação dos elementos determinantes dos ciclos apareceu na carta de Marx para Engels, de 2 de março de 1858, quando diz – “o período de tempo que, em média, se renovam as máquinas é um elemento importante para a explicação do ciclo de vários anos, que abarca o movimento industrial desde que se consolidou a grande indústria...” (Marx/Engels, 1974, p. 71).

A resposta de Engels, em 11 de março de 1858, é uma longa carta, que esclarecendo as indagações de Marx, detalha os mecanismos relativos ao tempo de vida útil dos equipamentos e as regras de depreciação, questões que serão fundamentais para a completa elaboração dos conceitos de capital constante e capital fixo.

De fato, é no contexto da crise, de 1857/58, que Marx elabora uma concepção abrangente das determinações das crises reafirmando-as como “crises de superprodução de mercadorias e de capital” e relacionando a periodicidade das crises, seu caráter cíclico, à duração do capital fixo. Diz Mandel – “A crise de 1857-58 era aliás mais geral

que as crises precedentes: ela se estendia geograficamente a uma área mais ampla e tocava todos os ramos da indústria.”

“É no curso do estudo dos anos de 1857-58 que Marx descobre pela primeira vez as relações entre a duração do ciclo e a duração de reprodução do capital fixo.” (Mandel, 1968, p. 79).

Há ainda outra dimensão da crise, que merece ser mencionada: é o fato dela convocar, decisivamente, uma articulação entre economia e política, entre realidade econômica e mobilização política. Ao descobrir o funcionamento das crises econômicas, ao analisar suas determinações estruturais, ao apontar suas consequências gerais e específicas sobre os trabalhadores, Marx fez da crítica da economia política um instrumento insubstituível da luta de classes, da luta pela revolução socialista. E nesse sentido, que os *Grundrisse*, em 1857/58, retoma, amplia e efetivamente materializa o que no Manifesto Comunista, de 1848, escrito por Marx e Engels, está apenas enunciado: a realização do comunismo como resultado da dissolução das condições de vigência da lei do valor, pela explicitação de seu caráter inelutavelmente contraditório.

Marx, O New York Daily Tribune e The New American Cyclopaedia – 1857/1858

Entre 1851 e 1862 Marx foi correspondente, na Europa, do Jornal NYDT. Esta atividade, que foi a principal fonte de renda da família naqueles anos difíceis e de grande sofrimento, também foi o acicate que contribuiu para o alargamento da compreensão de Marx sobre os fatos concretos da vida econômica e política sob o capitalismo. Obrigado a entregar dois artigos semanais para o jornal, às terças e quintas-feiras, Marx desdobrou-se adicionando à sua vasta cultura histórica, filosófica e literária os elementos provenientes tanto da teoria da economia política, quanto de seus inúmeros aspectos empíricos.

Foram tempos, aqueles anos 1850, em que a precariedade das condições de vida da família instalada em Soho Square, era o outro lado de uma insana rotina de trabalho, que cobrará seu preço debilitando a saúde de Marx, que não se recuperou mais. Inteiramente voltado para o trabalho teórico e jornalístico, Marx afastou-se da militância política,

depois das dramáticas circunstâncias de sua participação nas Revoluções de 1848/49, que levaram à sua expulsão de três países (França, Bélgica e Alemanha), à prisão, ao exílio londrino e à condição de apátrida, que o acompanhou até o fim de sua vida.

São anos de trabalho intenso e de preparação, de elaboração dos elementos crítico-práticos capazes de conduzir a ação revolucionária dos trabalhadores. Diz Mehring – “Quando Marx e Engels se retiraram, no outono de 1850, da vida de militantes do partido, fizeram acompanhar este ato de uma declaração: “Uma nova revolução não poderá eclodir até que ecloda uma nova crise. Pois tanto uma quanto outra são inevitáveis.” (Mehring, 1965, p. 202).

De fato a crise veio, em 1857, e começou nos Estados Unidos. Para Marx e Engels, a crise determinaria uma retomada do ascenso do movimento de massas por suas deletérias consequências sobre o emprego e a renda dos trabalhadores. Marx foi dos que sofreu as consequências negativas da crise. Impactado pela crise o NYDT reduziu a colaboração de Marx para um artigo semanal reduzindo assim, pela metade, seus ganhos.

De todo modo, a redução do trabalho jornalístico foi a oportunidade para Marx, mergulhar, enfim em sua “Economia”. Disse Jenny Marx em carta a Conrad Schramm – “Ainda que a crise norte-americana nos esteja tocando dolorosamente no bolso, já que Karl, agora, não pode mandar ao Tribune mais que um artigo por semana, em vez de dois, sendo ele com Bayard Taylor, o único correspondente europeu que não tenha sido demitido, você pode imaginar o satisfeito que “o mouro” está. Voltou nele a capacidade e a facilidade de trabalho e a frescura e a alegria do espírito dos melhores tempos; faz vários anos, desde nossa grande desgraça, desde a perda daquele filho de meu coração, ao qual jamais chorarei o bastante, que não havíamos visto ele assim. Karl trabalha durante o dia para ganhar o pão e à noite para terminar sua Economia. Agora, que este trabalho responde a uma necessidade, espera-se que não lhe falte um editor.” E não faltou, com efeito, graças aos esforços de Lassalle.” (Mehring, 1965, p. 204).

Entre janeiro de 1857 e dezembro de 1858, Marx escreveu 98 artigos, 95 publicados pelo NYDT; um que ficou inédito, até 1928, quando foi publicado em tradução russa – “B. Bauers Pamphlets on the collision with Rússia”; um artigo para o The Free Press, “A Traitor in Circassia”;

e uma carta para o Editor do Die Neue Zeit, publicada em 17 de julho de 1858 (Marx e Engels, Collected Works, vols. 15 e 16, 1986, 1980).

Também entre janeiro de 1857 e dezembro de 1858 Marx escreveu 18 artigos para o New American Cyclopaedia, sendo 8 em parceria com Engels, e 10 como único autor (MARX e ENGELS, Collected Works, vol. 18, 1982).

Sobre a importância da obra jornalística de Marx para a construção da crítica da economia política, Michael Krätke, escreveu um decisivo artigo – *Journalisme et science – l'importance des travaux journalistiques de Marx pour la critique de l'Economie Politique* – in *Actuel Marx*, nº 42, 2007.

Não se fale aqui de prejuízos para o esforço de elaboração da crítica de economia e política o tempo e o trabalho dedicados ao jornalismo. De fato, é preciso ver a atividade jornalística como fornecendo base empírica, que informará e subsidiará a elaboração dos Grundrisse, que sendo um discurso sobre o capital em geral, sobre as formas mais gerais de presentificação do capital, não prescinde de referências histórico-concretas, que são trazidas ao texto tanto para exemplificações, quanto como materializações do movimento geral do capital como “particularidade” e como “singularidade”, isto é, pela explicitação de suas formas fenomênicas de existência.

Os artigos escritos por Marx, entre 1857 e 1858, podem ser agrupados em blocos temáticos, que traduzem a compreensão de Marx sobre a conjuntura européia e mundial pela frequência e abrangência com que abordou os temas. No Prefácio para o volume 15 das Collected Works de Marx e Engels, os organizadores do volume dizem – “As contribuições de Marx e Engels para o New-York Daily Tribune no período são quase as únicas oportunidades que tiveram para expressarem suas opiniões sobre questões internacionais vitais, assim como sobre os problemas políticos internos dos países europeus, revelando o conteúdo de classe dos acontecimentos mundiais, a partir do ponto de vista dos interesses do proletariado. Os mais significativos desses eventos eram: a crise econômica de 1857-58, a primeira que atingiu o conjunto do mundo capitalista, as guerras coloniais e a revolta dos povos indianos pela libertação do jugo britânico.” (Marx e Engels, Collected Works, vol. 15, p. XIII).

Agrupem-se os artigos em blocos temáticos. O tema mais extensamente tratado por Marx foi a Revolta dos Sipaios, soldados

indianos do exército britânico, entre 1857 e 1858, que foi discutida em 19 artigos. O segundo tema mais frequente foi a crise econômica, com 17 artigos. Aparecem na sequência os artigos referentes à situação político-econômica da Grã-Bretanha, com 11 artigos. Com nove artigos vem, em seguida, a discussão sobre a situação da Prússia a partir da regência de Guilherme, futuro Imperador Guilherme I, à frente da monarquia prussiana. Em sete artigos Marx discutiu as guerras anglo-chinesas, desde a primeira guerra do ópio, entre 1838-1842. O tema das implicações e significado da emancipação dos servos na Rússia foi tratada em três artigos. O sistema bancário europeu foi discutido em seis artigos com destaque para as inovações trazidas pelo Banco Crédit Mobilier, dos irmãos Pereire. Os temas – início da emancipação italiana e a guerra da Inglaterra contra a Pérsia – foram abordados em dois artigos cada um deles. Os restantes 19 artigos abordaram diversos aspectos da vida sócio-política européia, incluindo temas como o atentado de Orsini contra Napoleão III, o aumento da incidência de doenças mentais na Grã-Bretanha, entre outros.

Trata-se de meticulosa apreensão de aspectos cruciais da realidade político-econômico-cultural num momento em que o capitalismo consolidava-se como modo de produção especificamente capitalista. Momento em que Marx vai caracterizar como aquele em que os “limites do capital” são postos pelo próprio capital, isto é, em que são as condições da busca da valorização ampliada do capital, em que na busca de aumentar os lucros, o capital acaba por produzir o efeito contrário, a queda da taxa de lucro.

As bases materiais deste processo assentam-se na dupla generalização das relações sociais capitalistas da produção e das forças produtivas especificamente capitalistas, processo, este último, que se confunde com a complementação da Revolução Industrial, que se deu com a expansão das ferrovias, e todo o conjunto de “encadeamentos”, para frente e para trás, que esta atividade gera.

De fato, o que se assistiu a partir de 1850, no capitalismo central, foi a emergência e consolidação tanto de mecanismos financeiros, quanto de inovações tecnológicas, que vão permitir a imposição da produção industrial em grande escala, centrada: no desenvolvimento da tecnologia siderúrgica baseada no convertedor Bessemer; na

generalização do petróleo e da eletricidade como fontes energéticas; na disseminação da padronização e massificação da produção a partir da “linha de montagem”.

Está presente na obra jornalística de Marx o acompanhamento crítico e sistemático das vicissitudes da economia e da política da Inglaterra: o orçamento público, os debates parlamentares, a derrota do gabinete de Palmerston, as eleições parlamentares, as condições de trabalho nas fábricas inglesas, o orçamento do gabinete Disraeli; a indústria e o comércio britânicos. Também com atenção são reportados os acontecimentos da vida política francesa sob Napoleão III. De fato, nenhuma das circunstâncias significativas da vida social europeia escapou a Marx e a Engels, que de Manchester, também envolvido em exaustiva atividade como dirigente de indústria, encontrou tempo para também colaborar com NYDT e com a *New American Cyclopaedia*, além de sua extensa correspondência com Marx, decisiva para a elaboração teórica da crítica da economia política.

Entre janeiro de 1857 e dezembro de 1858, Engels publicou 19 artigos no NYDT, em colaboração que complementa a contribuição de Marx ao abordar, com ênfase, os aspectos técnico-militares envolvidos nas guerras e revoltas consideradas por Marx sobretudo do ponto de vista histórico, político e econômico. Esta expertise de Engels fica mais evidenciada nos verbetes que escreveu para a *Cyclopaedia*.

Desde 1845/46, com a *Ideologia Alemã*, Marx e Engels, já haviam estabelecido as bases de uma concepção materialista da história (às vezes mal compreendida, transformada em “determinismo unilateral”, em “economismo”) centrada na idéia da existência de determinações materiais da existência e das formas simbólicas. É a partir deste ponto de vista, que Engels considerava, junto com a teoria da mais-valia, uma das grandes e revolucionárias contribuições teóricas de Marx, que ele considerará diversos aspectos da vida social, política e cultural. É o caso, por exemplo, do artigo publicado em 20 de agosto de 1858, pelo NYDT, chamado – *The Increase of Lunacy in Great Britain*, em que os fenômenos do pauperismo e do aumento das doenças mentais são analisados nos quadros do desenvolvimento do capitalismo britânico. Diz Marx: “Não está bem estabelecido na sociedade britânica a correspondência entre o crescimento da moderna riqueza e o pauperismo.

Curiosamente, a mesma lei parece válida com respeito às doenças mentais. O incremento das doenças mentais na Grã-Bretanha se dá no mesmo ritmo que o crescimento das exportações, e é mais expressivo que o crescimento da população.” (Marx e Engels, Collected Works, vol. 15, 1986, p. 602). Com efeito, neste artigo, que reporta os dados da Grã-bretanha referentes aos internos em asilos e outras instituições de recolhimento de pobres e doentes mentais, submetidos à tratamento, Marx diz que o tratamento dispensado a eles nestas instituições é inferior ao que é dado aos quadrúpedes em estábulos ingleses.” (Marx e Engels, Collected Works, vol. 15, p. 606).

Ao lado da justa e indignada denúncia, este artigo de Marx estabelece, com clareza, a interrelação entre a dinâmica da acumulação de capital e as condições de vida da classe operária, sendo assim antecipação de texto exemplar, de *O Capital*, livro I, cap. XXIII, quando diz “A análise da estatística dos indigentes põe em evidência dois pontos. Primeiro, o aumento e a diminuição da massa de indigentes refletem as mudanças periódicas do ciclo industrial. Segundo, a estatística oficial vai deixando de registrar a verdadeira extensão do pauperismo à medida que se desenvolve, com a acumulação do capital, a luta de classes, em consequência, tomam os trabalhadores consciência de sua própria dignidade.” (MARX, 1968, Tomo II, p. 759).

Os dezoito verbetes escritos por Marx para a *New American Cyclopaedia*, entre 1857 e 1858, referem-se a temas de história militar. Dezesseis verbetes são biografias, sendo 15 de militares e uma de Robert Blum, um dos líderes e mártires da Revolução Alemã de 1848-49. A grande maioria dos biografados são militares envolvidos nas guerras napoleônicas, sejam eles russos, alemães, franceses, britânicos. A grande exceção aqui é a biografia de Simon Bolívar y Ponte, escrita entre dezembro de 1857 e 8 de janeiro de 1858, e publicada no volume III na NAC em 1858. Sobre este verbete é preciso concordar com José Aricó em sua crítica à visão preconceituosa e desequilibrada de Marx, que, apegando-se, surpreendentemente, a um certo esquematismo teórico foi incapaz de reconhecer, apesar das limitações políticas da experiência bolivariana, suas virtualidades como processo de mobilização de amplos segmentos camponeses, de expressão concreta da luta de classes tal como ela se dava na periferia, ainda colonial, do capitalismo na América Latina (Aricó, 2008).

Para Teodor Shanin, a perspectiva de Marx sobre a periferia do capitalismo alterou-se significativamente a partir de 1870/71. A partir deste momento passa a estudar a língua russa, sua história e sua vida contemporânea. Este interesse, que está longe de ser episódico ou incidental, significou para Marx a abertura de um novo horizonte de possibilidades teóricas e políticas, fundadas na revalorização da dialética a partir de uma “conceptualização mais complexa e mais realista da heterogeneidade mundial das formas sociais, sua dinâmica e interdependência.” (Shanin, 1990, p. 18).

Só dois verbetes dos dezoito não são biográficos. Um é sobre a Batalha de Ayacucho, ocorrida no Peru, em que as tropas comandadas pelo general Sucre, derrotaram os exércitos do vice-rei da Espanha, general la Serna, em 9 de dezembro de 1824, abrindo caminho para o efetivo fim da dominação espanhola na América do Sul. O outro verbete não biográfico é sobre a Invencível Armada espanhola de Felipe II, derrotada pela Inglaterra, em 1588. Engels escreveu ainda mais 80 verbetes para a Enciclopédia entre 1857 e 1862.

Os Grundrisse e a Contribuição à Crítica da Economia Política

Entre janeiro de 1857 e dezembro de 1858, Marx escreveu 98 artigos sendo 95 deles publicados no NYDT. No mesmo período Engels escreveu 19 artigos para o NYDT, material que está presente nos volumes 15 e 16 dos Collected Works de Marx e Engels, tradução inglesa de parte da MEGA, Marx-Engels Gesamtausgabe, edição das obras completas de Marx e Engels, ainda em curso, prevista para ter 112 volumes. Para o mesmo NYDT, Engels publicou, entre janeiro de 1857 e dezembro de 1858, 16 artigos que complementam os trabalhos de Marx.

No mesmo período, Marx e Engels vão colaborar num outro projeto de Charles Dana, *The New American Cyclopaedia*, lançada por ele em 1857, e para a qual Marx escreveu 10 verbetes isoladamente e 6 em co-autoria com Engels, sendo que este último escreveu mais 90 verbetes.

A rotina de trabalho de Marx durante longos anos, interrompida por várias crises de saúde, que se agravaram com o tempo, consistiu

em uma tripla jornada em que as manhãs e as tardes eram passadas no Museu Britânico em trabalho de pesquisa e redação dos artigos para o jornal, reservando-se as noites e as madrugadas para o trabalho de elaboração da crítica da economia política.

Foi com base neste ritmo que Marx, ao mesmo tempo que realizava seu trabalho jornalístico e a redação dos verbetes para a *Cyclopaedia*, redigiu os *Grundrisse*.

A redação dos *Grundrisse* teve início entre Agosto/Setembro de 1857, quando foi elaborada uma Introdução que foi publicada, em 1903, por Kautsky, com o título – Introdução à Crítica da Economia Política. Entre outubro de 1857 e março de 1858, e maio-junho de 1858, Marx escreveu os 7 cadernos que compõem os *Grundrisse*. Entre agosto de 1858 e janeiro de 1859 ele redigiu o livro *Contribuição à Crítica da Economia Política*, publicado em junho de 1859.

Bem considerado, o volume da produção intelectual de Marx entre 1857 e 1859 ultrapassa muito 2 mil páginas impressas, resultado de uma capacidade de trabalho invulgar no momento de plena constituição do central de sua teoria.

Não é o caso aqui de detalhar o significado e o lugar dos *Grundrisse* na obra de Marx. Registre-se, sobre isto, que este livro, escrito entre 1857 e 1858, e publicado em 1939/41, representa a primeira, e sob certos aspectos a mais abrangente, manifestação de conjunto da “crítica da economia política” projeto a que Marx se dedicou desde 1843.

Sabe-se que os *Grundrisse*, quando comparados ao *O Capital*, tem importantes lacunas, como por exemplo a ausência da teoria da mercadoria, que tão decisiva é para a “lógica da exposição” da crítica da economia política. Sobre isto, disse Lukács – Os “*Grundrisse*” embora repleto de análises instrutivas acerca de complexos e conexões não tratados em *O Capital*, não possui ainda em sua composição global o modo de exposição novo – metodologicamente claro e ontologicamente fundamental – da obra-prima concluída.” (Lukács, 1979, p. 42).

Nos *Grundrisse*, ao final do caderno II, no capítulo do capital, no item que se chama – “Capital e propriedade territorial moderna – Wakefield. *O Capital*” – Marx apresenta, sem mais, sem qualquer destaque, a sequência da lógica da exposição da crítica da economia política, que é a própria lógica da exposição do capital, consubstanciada

na sequência: I. Generalidades, o capital como tal; II. Particularidades, a acumulação de capital; III. Singularidades, o capital como crédito, como capital por ações, como mercado monetário, que vêm a ser as formas superiores, isto é, mais “desenvolvidas” da existência do capital (Marx, 1974, vol. I, pp. 161-162).

É impossível exagerar a importância desta passagem para a adequada compreensão da centralidade teórico-metodológica dos Grundrisse na crítica da economia política de Marx. Com efeito, o que Marx se permitiu nos Grundrisse foi fazer aparecer, de maneira ainda não inteiramente desdobrada, o conjunto do itinerário do capital, de suas manifestações genéricas, como capital em geral, até suas formas mais desenvolvidas, formas-limite que tangenciam a própria vigência do capital, o vislumbre da instauração de uma sociedade pós-capitalista, que seja a superação da sociabilidade alienada fundada na lei do valor, na lei da valorização do capital.

Lembre-se, também, que fez parte da elaboração dos Grundrisse, a Introdução à Crítica da Economia Política, escrita em agosto de 1857. Sobre isso ouça-se Maximilien Rubel – “Em agosto, Marx escreve uma Introdução Geral para sua obra econômica, onde traça pela primeira vez o plano de conjunto; a estrutura lógica, histórica e o método de exposição de sua “Economia”. Preocupado em não “antecipar resultados ainda não conquistados”, Marx descartará esta Introdução para a substituir, em 1859, pelo Prefácio da Para a Crítica da Economia Política (RUBEL, 1991, p. 69).

Roman Rosdolsky ensinou-nos que os Grundrisse são os “fundamentos” da crítica da economia política, que também remetem aos limites históricos da lei do valor, isto é, às condições de possibilidade de emergência do socialismo (Rosdolsky, 2001, cap. 28).

Nesse sentido, é preciso ver os Grundrisse como um exemplar desdobramento, porque totalização de uma “démarche” a um tempo filosófica, teórica e política, da petição representada pela 11ª Tese sobre Feuerbach, que foi politicamente respondida com o Manifesto Comunista, escrito por Marx e Engels, em 1848, e que se realiza, nos anos 1857/58, como crítica da economia política, isto é, como crítica dos fundamentos histórico-naturais da sociedade burguesa.

Sabe-se que os Grundrisse não foram escritos visando publicação.

Com efeito, seu propósito era sintetizar os avanços alcançados pelos estudos de Marx, de ser um inventário do essencial do projeto da crítica da economia política empreendido desde 1843. Para Marx, os *Grundrisse* funcionaram como um grande repositório do seu ajuste de contas com a economia política, incluindo desde a apresentação do central dos autores-chave, deste campo do conhecimento, até a reelaboração crítica que os conceitos e categorias da economia política estavam sendo submetidas sob o escrutínio da crítica da economia política, sua efetiva superação nos termos que esta expressão assume na tradição da dialética hegeliana.

Trata-se, para Marx, com os *Grundrisse*, não de se submeter à economia política a uma crítica externa, que sendo correta que seja deixe intacto o objeto sobre qual se aplica. Trata-se, de fazer da crítica um instrumento que apropriando-se do objeto desloca-o de seu enquadramento tradicional, numa operação em que: a) denuncia-se o que nele está definitivamente morto; b) aperfeiçoa-se o que nele está sendo universal, carece de desenvolvimento; c) agrega-se certos conteúdos capazes de permitir a emergência de um devir efetivamente emancipatório.

Decerto, há temas e questões nos *Grundrisse*, que só lá estão tratados, exatamente, porque “inventário” do conjunto da “crítica da economia política”, como é o caso da teoria das formas históricas dos modos de produção; da teoria da subjetividade; da troca da historicidade da lei do valor.

Marx encerrou a redação dos *Grundrisse* em junho de 1858. Entre agosto de 1858 e janeiro de 1859 redigiu *Contribuição à Crítica da Economia Política* que é o primeiro fruto dos *Grundrisse*, isto é, a primeira manifestação plenamente desenvolvida da “crítica da economia política”. Publicado em junho de 1859, este texto foi pensado para ser o primeiro fascículo, contendo um Prefácio, um capítulo sobre a mercadoria, e um capítulo sobre o dinheiro, a que seguir-se-ia um terceiro capítulo, sobre o **capital**, que encerraria a parte relativa ao capital da crítica da economia política que contemplaria ainda mais cinco partes, ou livros – um sobre o trabalho assalariado; um sobre a propriedade da terra; um sobre o Estado; um sobre o comércio internacional; um sobre o mercado mundial e as crises.

De fato, Marx deu seguimento ao plano tendo escrito entre 1861 e 1863, um manuscrito, em 5 cadernos, que contêm o material do Capítulo 3º da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, sobre *O Capital*. Durante a redação deste capítulo Marx redefiniu seus planos, tendo deixado em estágio razoavelmente acabado, no capítulo sobre o **capital em geral**, as discussões referentes à transformação do dinheiro em capital e a teoria da mais valia absoluta e relativa, que só será publicado no âmbito da MEGA em 1976 (Lefbvre, 1980, p. 8).

Pelo novo planejamento de Marx todo o material constante da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859, e do capítulo sobre o capital em geral, redigido entre 1861 e 1863, foi refundido e ampliado para aparecer no livro I de *O Capital*, de 1867.

Abstract

This text will make appear one key moment in the Marxian project. For that, it considers all other writings of Marx prepared between 1857 and 1858, and the *Grundrisse*. In more than one way, the years 1857-1858 are decisive moments for the life and work of Marx. They are years of hard work, of great personal suffering, of great political expectations. It seemed that was coming a new revolutionary wave from the economic crisis, which started in 1857. In these years, in short, the long development of the “critique of Political Economy”, that was initiated in 1843, reached its first summation. It still could not be expressed with the necessary rigor of exposition, but it was broad enough to allow the author the early publication of the results of his long years of study of political economy. Therefore, the book *Contribution of the Critique of Political Economy* was published in 1859.

Keywords: Marx, history of Marxism, *Capital*, *Grundrisse*.

Referências

- ARICÓ, José – “Introdução” a Marx, Karl. In: Simon Bolivar. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BRAUDEL, Fernand – Las Civilizaciones Actuales. 2ª edição. Madrid: Editorial Tecnos, 1969.

- HOBBSAWN, Eric J. – A Era do Capital (1848-1875). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- LEFEBVRE, Jean-Pierre – Introduction – In: MARX, Karl – Manuscrits de 1861-1863 (Cahiers I a V). Paris: Editions Sociales, 1980.
- LUKÁCS, György – Ontologia do Ser Social. Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MANDEL, Ernest – A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- MARX, Karl – O Capital. Livro I, Tomo II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____ – Los Fundamentos de la Crítica de la Economía Política (Grundrisse der Kritik der Politischen Okonomie). Tomo I. Madrid: Alberto Corazón Editor, 1974.
- _____ – Para a Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, Os Pensadores, 1974a.
- _____ – Cartas sobre El Capital. Barcelona: Editorial Laia, 1974.
- MARX, Karl e ENGELS, Frederick – Collected Works (vol. 15). Londres: Lawrence & Wishort, 1986.
- _____ – Collected Works (vol. 16). Londres: Lawrence & Wishort, 1980.
- _____ – Collected Works (vol. 18). Londres, Lawrence & Wishort, 1982.
- MEHRING, Franz – Karl Marx. El Fundador del Socialismo Científico. Buenos Aires: Editorial Claridad, 1965 (3ª edição).
- ROSDOLSKY, Roman – Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx. Rio de Janeiro: EUERJ/Contraponto, 2001.
- RUBEL, Maximilien – Crônica de Marx. São Paulo: Editora Ensaio, 1991.
- SHANIN, Teodor – El ultimo Marx: dioses y artesanos. In: SHANIN, Teodor (Org.) – El Marx Tardío y la vía Russa. Marx y la Periferia del Capitalismo. Madrid: Editorial Revolución, 1990.

Vitali Vygodsky: un clásico del marxismo

Jaime Ortega Reyna

Víctor Hugo Pacheco Chávezⁱ

Resumoⁱⁱ

O presente trabalho busca trazer elementos tanto biográficos como de análise da obra do intelectual soviético conhecido como Vygodsky. Esse autor contribuiu de maneira decisiva, durante o século XX, para o esclarecimento dos principais problemas da teoria marxista e da crítica da Economia Política. A sua obra representa uma versão renovada do marxismo no seio do antigo bloco socialista. O presente artigo apresenta os seus dados biográficos, analisa a recepção de suas teses e introduz uma análise sucinta de suas principais obras.

Palavras chaves: marxismo; União Soviética; Vygodsky; crítica da economia política.

Classificação JEL: B14; B31.

Introducción

Cuando alguien escucha pronunciar el apellido Vygodsky de inmediato puede evocar al gran psicólogo soviético Lev Semionoviche Vygotsky (1896-1934) que dedicó su vida a entender los problemas del lenguaje y el pensamiento. Sin embargo, en este artículo queremos referirnos a *otro Vygodsky*, que lleva por nombre Vytaly (o Vitali) Solomonovich y que fue uno de los máximos exponentes del marxismo desarrollado en la

ⁱ Jaime Ortega Reyna es Maestro en Estudios Latinoamericanos, por la UNAM (México) y profesor en la Facultad de Filosofía y Letras de la misma universidad. Víctor Hugo Pacheco Chávez es egresado de la licenciatura en Historia de la Facultad de Filosofía y Letras de la UNAM.

ⁱⁱ Agradecemos al Dr. José Gandarilla Salgado quien ha facilitado los materiales en inglés e italiano utilizados en este texto.

Unión Soviética. Desconocemos si entre ambos personajes existió algún vínculo familiar. Lo que sí podemos afirmar con seguridad es que ambos tuvieron una afinidad intelectual electiva: el estudio, en muy distintas áreas del conocimiento, de la obra de Carlos Marx.

Quizá por su origen soviético el estudio de su obra ha tenido una aparente desfortuna pero es posible decir que la profundidad de sus estudios y su trabajo le ha valido el que se le reconozca como uno de los imprescindibles de la crítica de la economía política más allá de su país. En la tradición más difundida del discurso crítico Vygodsky será una especie de representante del “marxismo marginal” o periférico, (Gandarilla [b], p. 65) siempre relegado en pos de un “marxismo oficial” (en este caso proveniente de la Europa occidental), sólo reconocido por grandes especialistas. A pesar de la originalidad de su trabajo suele estar ausente en las referencias y discusiones de la mayoría de las exégesis; al menos de las más populares. Aunque como veremos más adelante algunos de los más significativos y especializados comentaristas tienen presente su trabajo hasta el día de hoy. Por tanto en el presente trabajo tenemos como objetivo a) proporcionar los datos principales del autor en cuestión; b) ubicarlo tanto en su contexto como en la recepción que ha tenido en el así llamado marxismo occidental y; c) comentar de manera sucinta algunos de sus principales aportes a la hora del estudio de la obra de Marx.

Una familia en la economía soviética

Sobre Vytaly Vygodsky tenemos pocos datos exactos sobre su vida pública o privada. Existe una *Enciclopedia Judía de Rusia*, publicada en 1995 en Moscú, cuya transcripción electrónica ubica a nuestro autor como un economista nacido en 1928¹. Efectivamente, la única reseña biografía que hemos encontrado reafirma este dato. Su origen judío resulta relevante si tomamos en cuenta que es común entre la historiografía dominante aludir a que en la Unión Soviética había un espíritu anti-judío, que tensaba las relaciones entre los intelectuales y el Estado; llevando a esto a actitudes de abierta oposición. Nuestro personaje en cuestión sería entonces claramente una excepción a estos difundidos señalamientos.

La cuestión se complica más en tanto que un trabajo muy conocido entre los círculos marxistas del siglo XX, cuyo título es *Ensayos sobre la teoría del capitalismo contemporáneo*, aparece publicado por un tal Salomon Lvovich Vigodski, un autor señalado como un “economista stalinista”. (Day, p. 140-141) El parecido con Vitali Solomonovich Vygodsky salta a la vista. En un primer momento mantuvimos la hipótesis de que se trataba del mismo personaje, pero que el destino de las traducciones había derivado en una confusión en cuanto al nombre. Sin embargo la reseña bibliográfica escrita por la marxista rusa Lyudmila Vasina² y publicada en la página electrónica de “escritores marxistas” hace que esta primera hipótesis sucumba. Siguiendo a la economista rusa, el autor de *Ensayos sobre la teoría...* Salomon Lvovich Vigodski es el padre de nuestro personaje central.

El padre de Vytaly Vygodsky tenía a través de sus estudios sobre el capitalismo contemporáneo un reconocimiento importante entre economistas marxistas de occidente, pues en algunos de los comentarios a los *Ensayos sobre la teoría...* se le señala como un personaje que enriquece la obra de Marx. (Valenzuela, p. 87-118) Así como también existen algunos en los que se le cuestiona. (Fujii, p. 139-159) Aun así es posible notar que, más allá de las vulgarizaciones de la teoría en boga de ese momento –el capital monopolista de Estado, representada por Paul Boccara y Eugene Varga – en los *Ensayos sobre la teoría...* se detecta un conocimiento profundo de la obra de Marx. No estamos ante un texto del llamado “marxismo vulgar”. En el inicio de cada capítulo se puede palpar la discusión sobre la teoría del valor y de hecho toda la estructura de los *Ensayos...* parte de la idea del capital en general que le da posibilidad al autor de pasar a la formación del valor social y el valor comercial, dentro de un supuesto capital monopolista. Es esta herencia la que recibe Vytaly Vigotsky, sin embargo, según el texto biográfico que aquí hemos citado: “La forma más fácil sería decir que Vygodsky (ha) heredado la tradición de su padre. Pero no fue tan simple. Vytaly no va a ser sólo un economista.”

Antes de entrar al análisis y comentario de algunas de las obras del autor soviético, objeto de nuestro estudio, sería bueno dar algunos datos que nos proporciona la marxista rusa ya citada: según esta autora, Vigodski fue evacuado en el periodo 1941-1943 fuera de Moscú, con

toda su familia, mientras que su padre servía en el frente. Posteriormente, en 1946, continuó sus estudios ingresado en la Universidad Estatal de Moscú, en donde ingresó al Departamento de Física. Área que abandonó apenas al tercer año. De su contacto con la física, dice Vasina, quedó su gusto por el trabajo científico, su constante referencia a las ciencias naturales y la admiración, el resto de su vida, de la figura de Albert Einstein. En 1950 se inscribe en el departamento de economía política en la misma Universidad Estatal de Moscú donde se graduó con honores en 1955. Ya en sus días de estudiante fue miembro activo de la comunidad académica de estudiantes de la facultad; además es el iniciador y miembro del consejo editorial de una revista académica formada por los estudiantes. En las Memorias de la Ciencia del Instituto Económico de Moscú en 1955 publicó su primer trabajo. El 24 de octubre 1955 por recomendación de un profesor de economía política de apellido Figurnov comienza a enseñar economía política. Vytaly Vygodsky fue contratado por el Instituto de Marx-Engels-Lenin-Stalin (desde 1956 - el Instituto de Marxismo-leninismo del PCUS). En una compilación titulada *The Working Class in the World Revolutionary Process*, publicada por Social Sciences Today en el año de 1988 con motivo del 27 congreso del Partido Comunista de la Unión Soviética, Vygodsky no sólo contribuye con un capítulo titulado “Marx sobre la lucha de clases del proletariado en el capitalismo avanzado”, sino que además se le ubica como un “senior researcher”, (investigador titular) del Instituto de Marxismo Leninismo del PCUS. (Psenkov, p. 31) Además fue el responsable de desarrollar la categoría de “plusvalía” en la Enciclopedia Soviética, lo cual habla del prestigio que tuvo al interior de la vida académica soviética. (Great, p. 655-656) Su actividad continuo incluso después de colapsada la Unión Soviética, hasta morir en 1998. En la lista de sus publicaciones se cuentan más de 180 artículos y libros.³

A pesar de todos estos datos que hemos recogido, quedan sin duda algunas interrogantes. Por ejemplo, ¿cuál de los dos Vygodsky, el padre o el hijo, es el autor de un texto sobre Lenin que aparece firmado sólo como S. Vygodsky y que se mueve bajo un conocimiento de las categorías de *El Capital* bastante firme? En este texto, independientemente de a quién se le pueda adjudicar la elaboración, se desarrollan los aportes del

dirigente revolucionario, no sólo en la llamada teoría del imperialismo, sino sobre todo en lo que refiere la “teoría marxista de la reproducción capitalista”. Aquí se entabla un nexo entre algunos de los más conocidos trabajos de Lenin y los esquemas de reproducción elaborados por Marx; algo poco usual en los comentaristas soviéticos del bolchevique. (Vygodski, p. 91-116)

La revisión de las obras de Vygodsky, a la que nos dedicaremos adelante, tienen otro objeto de estudio: la forma en que Marx redactó y concibió *El Capital*. Quisiéramos recordar que en los términos de la coyuntura política Vygodsky se mueve en una época de cambios en su país. Mientras que el libro de su padre *Ensayos...* se publica originalmente en Moscú en 1961, todavía siendo Nikita Krushev el hombre más importante del Estado soviético, el resto de las obras de Vygodsky que hablan sobre la formación del pensamiento de Marx se ubican de 1965 en adelante, o sea, ya en la época en que Leonidas Brezhnev se ha afianzado en el poder de la Unión Soviética. Este cambio político pudo representar para algunos una apertura de archivos y líneas de investigación hasta entonces cerradas. Ya volveremos sobre esta cuestión más adelante.

Más allá de estos datos y la posibilidad de que sean modificados al reconocerse con mayor claridad en el discurso crítico marxista lo que nos parece fundamental es resaltar los aportes que Vygodsky hace a la comprensión del desarrollo de la teoría marxista. Es este el objeto final de nuestro artículo.

Vygodsky en el marxismo contemporáneo

Debemos señalar que existen interesantes referencias en el marxismo contemporáneo que vuelven atractivo a este personaje. En primer lugar podemos referirnos al marxista italiano Toni Negri, quien lo evoca como uno de sus principales puentes para el estudio de los *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)* de Marx, aunque también lo hace blanco de duras críticas. (Negri, p. 12) Contemporáneo y compatriota de Negri, el italiano Alessandro Mazzone señala la importancia “filológica” de la obra

de Vygotsky. (Mazzone, pp. 115 y 143) Otros dos autores de origen trotskista que interpelan al autor de *Marx más allá de Marx*, refieren de forma directa a las obras del soviético: tanto Alex Callinicos en su artículo *Toni Negri en perspectiva*,⁴ como Daniel Bensaid en su trabajo *Plebes, clases, multitudes*. (Bensaïd, p. 24) También, en tiempos más recientes encontramos referencias al investigador soviético a través de Marcello Musto quien explícitamente dice "... los tiempos habían cambiado en el Este. Tras una primera fase en la que los *Grundrisse* se estudiaban con desconfianza, pasaron a ser definidos por el prestigioso investigador ruso Vitali Vygodsky como una obra genial a la que había que prestar la debida atención. Así pues, en unos pocos años, los *Grundrisse* se convirtieron en un texto fundamental con el que estaba obligado a medirse cualquier estudioso serio de la obra de Marx"⁵. El propio Musto ha insistido en la importancia de Vygodsky en la investigación en torno a los *Grundrisse*, además de reafirmarse su papel central en la investigación en la República Democrática Alemana y en la propia Unión Soviética. (Musto [B], p. 179-218)

En la monumental y polémica obra *Refundación del Marxismo*, el francés Jacques Bidet también refiere a la importancia de la obra de Vygodsky. (Bidet, p. 36) Moishe Postone en su *Tiempo, trabajo y dominación social* discute algunas de las posiciones teóricas del soviético con respecto a las de Paul Sweezy y Ernest Mandel. (Postone, p. 46) En los debates sobre la teoría de la derivación del Estado y el posfordismo suele aparecer como referencia nuestro autor tal como se observa en el trabajo del griego Kostas Psychopedis (p. 212) y del inglés Bob Jessop (p. 281). Por su parte el sociólogo Goran Therborn lo refiere para estudiar el desarrollo del concepto de plusvalor. (Therborn, p. 372) Roberto Fineschi y Riccardo Bellofiore en su *Re-Reading Marx* lo ubican en un plano creativo de investigación. (Fineschi y Bellofiore, p. 73, p. 89) El economista español Diego Guerrero suele citar uno de sus trabajos, resaltando la importancia de la noción de "descubrimiento" que Vygotsky enfatiza en su tratamiento de la dualidad del trabajo. (Guerrero, p. 32) En México al menos cinco autores han hecho mención al trabajo de Vygodsky: Juan Froilán Martínez (pp. 99-129) en su visión "sistémica" del marxismo, José Gandarilla (p. 47) en su trabajo sobre la crisis en Marx, Jorge Juanes (p. 302) lo incluye dentro de su bibliografía

en un texto sobre la génesis de la crítica de la economía política, Arturo Guillén Romo (p. 118) también lo cita, aunque no lo incluye en su bibliografía, y finalmente Enrique Dussel en sus exégesis sobre diversos textos de Marx. (Dussel, p. 13 y Dussel [B], p. 13) Como puede observarse, su obra es repetidamente consultada entre reconocidos especialistas tanto en tiempos previos a la caída de la Unión Soviética, pero también posteriores a este acontecimiento. Pasemos ahora a ubicar el momento en el que Vygodsky desarrolla sus estudios sobre Marx.

¿Qué hay de nuevo y de viejo en la obra de Vygodsky?

Se puede aventurar otra hipótesis plausible: Vytaly Vygodsky pertenece a una generación de soviéticos que, alejados de la visión de los manuales, comienzan a re-pensar seriamente el marxismo. La conocida obra de Herbert Marcuse sobre el tema no abarca a esta generación intelectual, pues se detiene en los años 50. Sin embargo, esta hipótesis es plausible dado que en otros países de influencia soviética surgieron mentes brillantes que se contraponían a la ortodoxia stalinista: nombres como Karel Kosik, Adam Schaff, Jindrich Zeleny, Agnes Heller, Gyorgy Markus, Itsvan Mészáros, entre otros, contribuyen al debate que Vargas Lozano ha llamado el “estatuto teórico de la filosofía en Marx”. (Vargas, p. 185) La problemática tratada por estos pensadores refiere no sólo a problemas filosóficos, sino también a planteamientos de la crítica de la economía política.

Esta camada de intelectuales surge después del XX congreso del Partido Comunista de la Unión Soviética. El propio Vygodsky es una fuente de referencias bibliográficas que nos muestran la vitalidad y diversidad del marxismo de los años posteriores a ese congreso en la URSS. Entre algunas de las obras de esta probable generación que disponemos en español tenemos que destacar, por ejemplo, las de N. Lapin *El joven Marx*, una de las pocas obras disponibles sobre este periodo de juventud provenientes de la URSS, la de Dvorkin *La economía política burguesa actual y el marxismo*, quien discute con lo más representativo de la teoría económica de su momento (desde Joan Robinson, pasando por Keynes o Daniel Bell) o la de Sokolinsky *Las*

teorías de la acumulación, quien además de un manejo matemático y estadístico sorprendente, polemiza con teorías como las de Galbraith. En la filosofía se encuentra la siempre discutida obra de Ilienkov *Lógica Dialéctica*, que demuestra un conocimiento directo de la obra de Hegel y que niega el Dia-mat sin renunciar a una visión ontológica. (Kohan, p. 34) Quizá el autor más conocido en de esta generación sea el recientemente finado latinoamericanista Kiva Maidanik, severo crítico tanto del stalinismo como de la restauración capitalista en la Rusia de Boris Yeltsin, un “guevarista” soviético en una época donde esto no era cosa sencilla, ni frecuente.

Importantes investigaciones que versan sobre las transformaciones del país de los soviets demuestran que precisamente es en esta década de los años sesenta, cuando se inician cambios en el proceder de las investigaciones académicas, al amparo de personajes del Estado. Obras como las mencionadas y tantas otras jamás traducidas irrumpen en la escena intelectual soviética, planteando nuevas rutas de investigación y senderos críticos, hasta entonces poco explorados. Revistas, libros (principalmente de economía) e institutos académicos hacen su aparición en una sociedad que demanda explicación a grandes transformaciones que están operando en su seno. (Lewin, p. 313-315) Incluso algunas investigaciones poco simpatizantes con la URSS tienen que reconocer la vitalidad que tuvo el pensamiento marxista soviético en esa época: “el radicalismo socialista antiestalinista se concentraba en Moscú y en Leningrado, en las universidad y en círculos cultos”. Una generación que produjo y discutió activamente el marxismo en plena Unión Soviética. (Zubok, p. 255-271) Mientras que occidente alabó las versiones más nacionalistas y de derecha de la oposición soviética (baste recordar los miles de ejemplares impresos de las obras tanto del ultra nacionalista Solzhenitsyn y del pinochetista Vladimir Bukovski), el renovado pensamiento marxista, que incluía diálogos con la obra de Antonio Gramsci, la filosofía autogestiva yugoslava, la Escuela de Frankfurt, entre otras referencias, pasaron desapercibidas y se quedaron, en el mejor de los casos, encerrados en los núcleos marxistas de avanzada, aún cuando propiciaron discusiones a través de publicaciones no oficiales y cuestionaron tanto las tendencias derechistas como el estancamiento de la dirigencia estatal. (Kagarlitsky, p. 331-335)

Todas las obras mencionadas arriba comparten, con sus altibajos, algo con respecto a las de Vygotsky: superan el materialismo metafísico de los clásicos manuales (de “marxismo leninismo”) conocidos como Diamat, que separaban el conjunto del marxismo en “materialismo histórico” y “materialismo dialéctico” y ponen a la orden del día la crítica de la economía política como fundamento del estudio de la teoría de Carlos Marx. El desarrollo de la crítica de la economía política no es exclusividad del así llamado marxismo occidental. En la propia Unión Soviética tendríamos un renacer del estudio de Marx bajo esta óptica.

Tampoco podemos dejar pasar un conjunto de elementos —que valorativamente podemos considerar como negativos— presentes en la obra de estos autores y del propio Vygotsky: la idea de que la URSS marcha hacia el comunismo pleno, una continua referencia a los editoriales del periódico oficial Pravda como fuente de autoridad social o los señalamientos del entonces jefe de la URSS Leonidas Breznev, como una autoridad política, entre otros. Estos elementos están siempre presentes, pero son secundarios con respecto al conjunto de la obra de Vygotsky. Aquí señalaremos de forma sucinta, y con la finalidad de llevar al lector a la búsqueda de estos materiales, lo disponible en México. Se trata de tres obras traducidas al español, una más en italiano y otra en inglés.

Antes de comentar las obras hay que advertir dos cuestiones interesantes que motivan en gran parte este escrito: a) Vygotsky puede ser considerado un continuador de la obra de historiadores como David Riazanov, aquel que fue a las entrañas de los archivos de Kautsky y Bernstein y según se sabe ahora, extrajera de forma no consentida muchos de los manuscritos de Marx que ahí se encontraban (Attali, p. 368-402), y por otro lado de Isaac Rubin, de quien conocemos sus ensayos sobre la teoría marxista de valor. Aquellos investigadores soviéticos que hurgando en los manuscritos realizaron una titánica labor de difusión sin la cual poco se hubiese podido hacer en términos de conocimiento de la obra de Marx y que sólo será interrumpida por la represión estalinista. b) Vygotsky es uno de los primeros que en su estudio se mueve bajo la idea metodológica de “las cuatro variantes de El Capital”, teniendo como base de esta concepción los Grundrisse, como el primer texto que abre la puerta a la crítica de la economía política.

A pesar de ello los lectores del estudioso soviético no encontrarán la que ha sido una constante preocupación en el marxismo europeo – de Grossman a Rosdolsky, hasta Maximilien Rubel (p. 37-92)- que es lo referente a los “cambios de plan” que Marx realizó al plantear la totalidad de su trabajo. Aunque Vygodky le dedica un breve capítulo a esa cuestión, basado sobre todo en las cartas de Marx a Engels y a Kugelmann de 1862, su preocupación se centra más en lo escrito por Marx que en lo no escrito, bajo el imperativo metodológico de considerar “las cuatro variantes” como trabajos que necesariamente se complementan.

Las obras de Vitali Vygodsky: las cuatro variantes de *El Capital*

Si nos atenemos a una secuencia cronológica de publicación de las obras, tenemos que la primera referencia es *Historia de un gran descubrimiento de K. Marx*, publicado en 1965 por la editorial Mysl. Dicho texto está disponible en México en idioma inglés bajo el sello editorial de Verlag Die Wirtschaft, fechado en 1973 en el entonces Berlín oriental y cuya traducción fue revisada por Maurice Dobb. Antonio Negri cita ese trabajo en sus lecciones sobre los *Grundrisse*, pues existe una versión en italiano de 1974 que lleva el título *Introducción a los Grundrisse de Marx*, que estuvo a cargo de la filósofa italiana Cristina Pennavaja. En italiano se encuentra también el volumen *Il pensiero económico di Marx* publicado en 1975 por la conocida editorial Riuniti.

En español contamos con tres obras del soviético, ambas con títulos ciertamente poco atractivos para el público: en Madrid la editorial Villalar, en su colección Zimmerwald publicó *¿Por qué no envejece “El capital” de Marx?* en 1978.⁶ Por su parte la editorial mexicana Nuestro Tiempo presentó el título *Teoría económica marxista* en 1983, así como también *Un libro imperecedero*, publicado en Moscú en el centenario de “El Capital”, aunque el libro carece de fecha de publicación.

Vale la pena que hagamos una digresión sobre las referencias a los *Elementos fundamentales* de Marx. Hay que destacar que, ateniéndonos a las fechas de publicación Vygodsky puede ser considerado uno de los

primeros comentaristas de la totalidad de los manuscritos de los *Grundrisse*. Su trabajo se realiza por las mismas fechas que Roman Rosdolsky prepara su conocida *Génesis y estructura de El Capital de Marx* y que Martín Nicolaus su ensayo sobre el *Marx desconocido*. Posteriormente seguirían las ya citadas lecciones de Negri en Padua, el trabajo de Carol Gould titulado *Ontología social de Marx* y el breve texto de un colectivo de autores españoles –entre los que destaca Ludolfo Paramio– que publicó *Alienación e ideología: metodología y dialéctica en los Grundrisse*, cierra la lista de estos comentarios el conocido trabajo de Enrique Dussel, *La producción teórica de Marx* de 1985. Estos comentarios son importantes dado que intentan dar una visión general de la totalidad de los manuscritos que conforman los *Grundrisse*. Es común encontrar citas referentes a extractos muy selectos, como son los que se realizan a la “Introducción” de dicho manuscrito o la sección de las “Formaciones económicas precapitalistas”, pero en estos trabajos se busca más bien comentar la totalidad del manuscrito, cuestión nada sencilla si se toma en cuenta la forma de su escritura y la diversidad de temas que se tratan.

Pasemos ahora a la revisión de los textos de Vygodsky advirtiendo que más que un comentario pormenorizado o excesivamente crítico, tratamos de ofrecer un estímulo para que los lectores se acerquen a la obra. Las referencias a las páginas del libro en cuestión se colocan entre paréntesis.

La teoría económica marxista: traducido y publicado en México, este libro se mueve no sólo bajo el imperativo de las “cuatro variantes” de *El Capital*, sino que además tiene una serie de indicaciones metodológicas importantes. En su introducción al exponer el conjunto de los capítulos de la obra, el soviético nos dice que opta por un desarrollo histórico en el análisis de la obra de Marx pues le interesan tanto las conclusiones como el razonamiento que han llevado a éstas (p. 11). El comentario a la obra de Marx arranca aquí desde los escritos de los años 40, siendo particularmente importante el que refiere a *los Manuscritos Económico Filosóficos de 1844*, que se trataron siempre con sigilo en la tradición comunista que partía de la URSS. Los manuscritos eran un documento extraño y sospechoso. Sin embargo, Vygodsky quiere colocar esta temprana obra de Marx en el contexto de la formulación de la teoría de la plusvalía. El concepto de alienación, dice Vygodsky, es un eslabón hacia la teoría del valor y la plusvalía y

no se anula al ser desarrolladas estas categorías en la obra madura de Marx: “Como ya se ha señalado, estas teorías de ninguna manera entran en conflicto con la descripción del trabajo en el capitalismo como un trabajo alienado, más bien constituyen una especificación posterior de esa descripción” (p.23). También analiza la importancia de *La Ideología Alemana* –dicho sea de paso, un texto que funge como piedra angular en la tradición comunista del siglo XX y que hoy sabemos es una obra más bien dispersa y fragmentaria-⁷ y la *Miseria de la Filosofía*, siempre reconociendo que Marx aquí se movía bajo algunas de las categorías de la economía clásica, particularmente lo que refiere a la teoría del valor de Ricardo (p. 55). Es interesante observar que algunos de los tópicos más contemporáneos en la discusión en el seno del marxismo, están presentes en la obra, a saber, la cuestión del mercado mundial como presupuesto y resultado de la investigación o el de la relación entre libertad individual y social (p. 38 y 41). Analizando los *manuscritos de 61-63* pone énfasis en la dialéctica del tiempo excedente y el tiempo de trabajo libre, en la conformación del obrero colectivo (p.131) para de ahí pasar a la “a la contradicción antagónica entre valor de uso y valor” (p. 139), tema relevante si tomamos en cuenta que para algunas de las principales corrientes, particularmente las anglosajonas, el valor de uso era algo secundario o una especie de teoría subjetivista. En este texto, Vygodsky pone énfasis en el concepto de antagonismo, quizá por eso sea citado por Negri a este respecto, aunque con una conclusión política diferente: para el italiano lo importante es el rechazo del trabajo, mientras que para el soviético lo importante es el trabajo “realmente libre”.

Ya propiamente colocados en la “primera redacción” de *El Capital*, o sea en los *Grundrisse*, el investigador soviético escudriña los puntos fundamentales de la obra: la crítica al socialismo de Proudhon a través de la crítica a Darimon y su teoría de los “bonos-trabajo” y la eliminación de la moneda: particularmente en lo que refiere a su teoría del dinero y al lugar de la producción y la circulación que ocuparía en la obra de Marx con respecto al resto de los socialismos (70-77). Para Vigotsky este es el lugar en el que Marx pasa de la superficie –la crítica a un personaje menor como Darimon- a la esencia, o sea, al tema del valor y del trabajo como determinantes: “...mientras criticaba la teoría proudhonista del dinero, Marx desarrollaba su propia teoría del

valor, basada en la doctrina de la dualidad del trabajo y su producto en la sociedad burguesa” (p. 81). Para el soviético la referencia a esta corriente del socialismo no tiene un mero interés histórico, sino ante todo hay una derivación política, incluso llega a criticar a Roman Rosdolsky –por mucho tiempo el único comentarista de los *Grundrisse* en occidente- por menospreciar esta polémica. Para sustentar su hipótesis de que es en esta obra donde se da un hallazgo científico sin precedente en la historia del pensamiento económico, el soviético nos habla de la importancia del trabajo vivo, no como objetividad, sino como subjetividad, como “fuente viviente” del valor (p. 87). Se debe reconocer a plenitud que Vygotsky es uno de los primeros marxistas que pone énfasis en el llamado “Capítulo VI (inédito) de El Capital”, sobre todo en la parte de la subsunción real y formal del proceso de trabajo bajo el capital. Si bien este es un tema que en México se ha tratado durante las últimas dos décadas de manera consistente –a través de comentaristas como Bolívar Echeverría-, a mediados de los años 60 quizá no era un tópico tan presente en la discusión. Probablemente el primer comentario específico de este texto sea el de Napoleoni que data de 1971, durante un curso en la Universidad de Turín. (Napoleoni, 1976) Es interesante observar como Vygotsky acepta que los procesos de sujeción (así se traduce en la edición citada) formal y real del trabajo son coetáneos y no sucesivos, esto es, que ambos procesos están presentes en el desarrollo capitalista. (p. 156).

En *Por qué no envejece “el capital” de Marx* Vygotski inicia también con una discusión que data desde los años 40 del siglo XIX, utilizando la idea de “los grandes descubrimientos” de Marx. En este sentido, el primer “gran descubrimiento” sería la llamada concepción materialista de la historia, que a su juicio es “una hipótesis histórica genial” (p. 26). Para la discusión contemporánea que busca discernir lo útil y rescatable del marxismo del siglo XX es importante restaurar el vínculo que existe entre el materialismo histórico y la crítica de la economía política, Vygotsky puede ser una fuente que restaure el puente entre estos dos tópicos que hoy parecieran por momentos escindidos. En su reconstrucción conceptual Vygotsky no deja pasar que el gran bibliófilo que fue Marx lo llevó a servirse de metáforas literarias provenientes de Shakespeare, Cervantes o Balzac (p. 36)

Para el soviético, el segundo “gran descubrimiento” será la aparición de la plusvalía, sobre la base de “...la mercancía como unidad dialéctica del valor de uso y del valor, Marx descubrió el concepto del trabajo que crea la mercancía, y lo consideró como unidad dialéctica del trabajo concreto, cuyo producto es el valor de uso, y del trabajo abstracto (social)” (p. 39). Existen en este trabajo unas breves, pero sustanciosas páginas sobre el método de Marx: si bien el abstracto que se enuncia busca las determinaciones más generales del objeto de estudio, este proceso intelectual de abstracción nunca debe dejar de lado la forma social de su objeto. De otra forma tendríamos abstracción sin contenido, carente de historia, error que lleva a la naturalización de los hechos. Nos recuerda Vygotsky que el pensamiento de Marx es más un método que una doctrina.

Es en *Il pensiero económico di Marx* donde se desarrolla sistemáticamente la idea de que existen cuatro variantes de *El Capital*, “la primera variante” redactada entre 1857 y 1859 (pp. 111-131), “la segunda variante” de 1861 a 1863 (pp. 132-157), la “tercera variante” de 1863 a 1865 (p.158-183), y la cuarta, que vendrían a ser el primer y segundo libros de *El Capital*, de 1867 a 1873 (pp. 184-238). El grueso del trabajo se centra en el comentario de esa última parte de la obra de Marx, en el resto de los capítulos realiza lo que él llama una “historia externa” que tiene un doble camino: por un lado, *El Capital* se construye a través de la relación de cercanía y diferencia de la economía política clásica –hasta construir una “historia verdaderamente científica de la economía política” (p. 73)-, particularmente con David Ricardo y, por el otro lado, es una crítica a la realidad de la sociedad burguesa. En sus comentarios a los *Grundrisse*, por ejemplo, ejemplifica no sólo la cuestión conocida de la teoría del dinero, sino además el que esta “variante” de *El Capital* se escribiera en un momento de crisis franca. Los *Grundrisse* son esa obra que permite observar la forma en que Marx construirá sus más sólidos argumentos, un diálogo consigo mismo: “La primera variante de *El Capital* permite examinar, en todos sus aspectos, el tormentoso proceso de descubrimiento de la “célula económica” del capitalismo” (p. 42). Sobre el primer capítulo de *El Capital*, además recuerda que la distinción entre valor de uso y valor de cambio, aparte de ser antagónica en extremo, representa la distinción

entre contenido material (valor de uso) y forma social específica (valor de cambio): “Se desarrolla un antagonismo completo entre obreros de un lado y condiciones y producto del trabajo de otro” (p. 206). También en este texto encontramos señalamientos en torno al capítulo sexto, lo que el autor hace es conectar la idea de la subsunción formal y real a los conceptos de trabajo productivo e improductivo (p. 162).

Un libro imperecedero está escrito “Ante el centenario de “*El Capital*” de Carlos Marx”, por lo cual es de suponerse que fue escrito en la década de los 60’s del siglo pasado, sin embargo no hay ninguna referencia dentro del libro del año específico de publicación o impresión. Este es el único texto, en donde el soviético hace referencia a la forma que Marx cambia su plan de trabajo: a diferencia de muchos marxistas occidentales, sin embargo, no problematiza el punto, simplemente considera que el tema que le ocupó en *El Capital* se extendió, para Vygotsky la unidad de análisis simplemente creció, lo que provocó que Marx dedicará más tiempo (pp. 147-149). A pesar de que se ubica a cien años de la publicación de *El Capital*, lo cierto es que el soviético recurre a su estrategia de reconstruir el camino andado por Marx. Desde las primeras páginas pone atención a lo que él llama el contenido material y la forma social del trabajo, que no es otra cosa que la distinción entre trabajo abstracto y trabajo concreto, diferencia que a su juicio es lo que permite a Marx la “delimitación consecuente entre el valor de uso y el valor” (p. 10). Toda la primera parte del texto es una correcta reflexión en torno a lo que distancia a Marx con respecto a la economía política clásica, los errores de esta se dan en el momento en que no entienden la “peculiaridad cualitativa del trabajo generador de valor” (p.12) dado que viven una “abstracción incompleta” (p.14). El error deriva, a juicio del economista soviético en que se confunden los conceptos de plusvalía con el de ganancia y el de valor con precio de producción. El proceso que lleva a Marx a distanciarse de la economía política clásica no es inmediato, pues por momentos comparte la teoría ricardiana del valor, así como su teoría del dinero como instrumento de circulación (p. 21). Sin embargo, a su juicio, esta etapa primigenia de su reflexión –claramente identificable en la *Miseria de la Filosofía*- lo ha llevado también a estudiar “una particularidad importantísima de la mercancía fuerza de trabajo: su valor de uso” (p. 23). Los avances que Marx dará a su

llegada a la capital inglesa se verán claramente mostrados a partir de sus textos de 1857, en donde “Demuestra que la producción, la distribución, el cambio y el consumo representan partes de un todo único, entre las cuales, como sucede con todo conjunto orgánico, existe una estrecha interacción” (p. 38). A pesar de ello, el punto central que Vygotsky quiere discutir cuando encara la lectura de los *Grundrisse* es por qué Marx empieza con el capítulo sobre el dinero: para él, está claro que “... el dinero representa la forma en que más acusadamente se manifiesta el valor de la mercancía”, por tanto, la investigación de Marx, en franca polémica con otros socialistas, parte de determinar el punto del valor. La polémica se da de esta forma porque los socialistas como Proudhon arrancan de una determinación errónea del valor: el trabajo en general y no el trabajo socialmente necesario (p. 49). Cuando concibe de forma errónea la determinación del valor, el socialista Proudhon llega a una falsa teoría del dinero. Los *Grundrisse* son, de principio, una polémica política en torno a esta cuestión y sólo al transcurrir el manuscrito Marx deja el tono polémica y centra el texto en la investigación económica. Como en el resto de sus libros, el soviético trata de demostrar que lo dejado por Marx no es una doctrina, sino más bien un método, por eso no sorprende que dedique menos espacio a comentar *El Capital*, en comparación con los *Grundrisse*. Es visible que le interesa reconstruir el camino metodológico.

En *The story of a great discovery: how Karl Marx wrote “capital”*, texto que como dijimos se publicó primero en Moscú y posteriormente en Berlín en idioma alemán e inglés, encontramos una breve nota a cargo de Otto Reinhold, en donde se destaca el hecho de que Marx pensó siempre en una crítica a la economía política –y no en formular una economía política marxista– y que este es un hilo argumental en el trabajo de Vygotsky. Resulta por demás una introducción propia de la época, pues se conecta directamente a la Revolución de Octubre con el pensamiento de Marx. Se señala, también, que en la URSS se construyó el primer estado controlado por los trabajadores; además se habla de “ciencias sociales marxistas-leninistas” (p. 9). Por lo demás, es el único texto que cuenta con una nota que sirve como introducción.

En el texto de Vygotsky se encuentran de forma sintética los elementos ya señalados de los otros textos: una justificación de por

qué se debe explorar la producción de Marx anterior a *El Capital* (Introducción). Las primeras incursiones de Marx en la economía política por la vía del materialismo histórico, particularmente en *Miseria de la filosofía* (capítulo 1). Los estudios de Marx sobre la economía política clásica y su crítica al “falso hermano del socialismo” que encabezaba Prudhom (capítulo 2). El primer comentario a los *Grundrisse* sobre la base del cuestionamiento ¿por qué inicia Marx con el capítulo del dinero? (capítulo 3); la teoría de la explotación y la extracción de plusvalor (capítulo 4); analiza los manuscritos de 1861-1863 sobre la consideración de que no fueron publicados y la forma en que las categorías económicas se transforman vía la crítica a la economía clásica (capítulo 5). El siguiente paso es el del pasaje del valor al precio de producción, que es un comentario fragmentario a la obra que en español conocemos como *Teorías de la Plusvalía* (capítulo 6). Con base en comparaciones entre el citado texto de las *Teorías...* y el Tomo III de *El Capital* observa la categoría de renta de la tierra bajo el dominio de la producción capitalista (capítulo 7). En el siguiente capítulo aborda propiamente “Cómo tomó forma *El Capital*” destacando los aspectos lógicos e históricos, aunque aquí se da un repaso sobre los planes de la obra anunciados por Marx, no profundiza en ello como lo harán otros autores en la Europa occidental, para los cuales, ése es un debate candente y siempre abierto.

Esta obra, como decíamos más arriba, es la base sobre la que se escriben el resto de sus trabajos y donde se encuentran sintetizados los tópicos que gustaba en desarrollar. Debemos destacar la insistencia por considerar el trabajo de Marx como algo propio de un sector social, de una clase, en otras palabras, de la formulación política que subyace al planteamiento de *El Capital*. Vygodsky dice en un capítulo de resumen al final de este texto que “El creó su teoría económica no para un selecto grupo de especialistas, sino directamente para la clase obrera” (p. 125). La cuestión del conflicto, siempre acompaña la recensión que hace el soviético de Marx: “el antagonismo entre trabajo y capital deriva del plusvalor que el capitalista se apropia” (p. 94).

Conclusión

Leer autores marxistas no siempre es bien visto en los medios académicos dominantes, aunque esto a medida que la crisis civilizatoria se profundiza comienza a ser revertido. El esperado —y tardío— retorno a Marx está ahí, latente. Recomendar a autores de la época soviética parecerá a los más una nostalgia ideológica, quizá unos más piensen que se trate de un extravío político, siempre remediable. Sin embargo la obra de Vygodsky, por la originalidad en el momento de su producción, por la sistematicidad y sobre todo por el empeño en superar las visiones más superficiales puede ser un buen texto que acompañe la lectura de las fuentes principales, esto es, del propio Marx. No se crea que la cantidad de temas expuestos están de forma dispersa o inconexa, como podría suponer, por momentos, nuestro comentario. Al contrario, un ánimo de síntesis y análisis subyace la obra del soviético, como podrá observarlo quien se acerque a su obra, que, insistimos, merece ser leída. Por supuesto, debe tratarse de una lectura crítica, aquella que dan los lectores “deseosos de aprender algo nuevo y, por tanto, también de pensar por su propia cuenta”. (Marx, p. 6)

Quizá toda la obra de Vitaly Vygodsky pueda resumirse en la frase que el mismo citaba del gran poeta Vladimir Mayakovsky cuando este aludía que Marx “aferró la mano de los ladrones de plusvalor y los sorprendió en plena faena” [Marx “caught the surplus-value robbers red-handed”]. (*Apud.* Negri, 97) El trabajo de este olvidado soviético debe ser revalorado en su justa dimensión, con sus aportes y sus lagunas, a fin de re-construir, actualizar y revalorizar la crítica de la economía política.

Abstract

This paper aims to provide both biographical elements and analysis on the work of Soviet intellectual named Vygodsky. This author contributed decisively in the twentieth century to clarify the main problems of Marxist theory and the critique of political economy. His work represents a renewed version of Marxism within the former socialist bloc. The article traces biographical data, the reception of his work and introduces a brief discussion of major works.

Key words: Marxism; Soviet Union; Vygodsky; Critique of political economy.

Referências

- ATTALI, Jacques – Marx: o el espíritu del mundo. México: FCE, 2007.
- BENSAID, Daniel – Plebes, clases, multitudes. Caracas: Ministerio de Cultura – Fundación Editorial El Perro y la Rana, 2006.
- BIDET, Jacques – Refundación del marxismo. Santiago de Chile: LOM, 2007.
- CALLINICOS, Alex – Toni Negri en perspectiva. In: http://www.socialismo-o-barbarie.org/imperialismo_s_xxi/callinicos_toni_negri_en_perspectiva.htm
- DAY, Richard D. – Cold war capitalism: the view from Moscow (1945-1975). New York: M.E Sharpe, 1995.
- DUSSEL, Enrique – Hacia un Marx desconocido. México: UAM-Siglo XXI, 1998a.
- _____ – La producción teórica de Marx: un comentario a los Grundrisse. México: Siglo XXI, 1985b.
- DVORKIN, I. N. – La economía política burguesa actual y el marxismo. México: Nuestro Tiempo, 1980.
- FINESCHI, Roberto; y Riccardo Bellofiore – Re-Reading Marx: new perspectives after the Critical Edition. Inglaterra: Macmillan, 2009.
- FROILÁN MARTÍNEZ, Juan Javier – Método sistémico en Marx. In: Cristian Leriche Guzmán. Lecturas sobre métodos y enfoques de la economía. México: UAM-A, 1996.
- FUJI, Gerardo – Rasgos fundamentales y base de la producción mercantil. In: Economía: Teoría y Práctica, 1era época. No. 4. UAM.
- GANDARILLA, José – Globalización, totalidad e historia: ensayos de interpretación crítica México: UNAM-CEIICH-Herramienta, 2003a.
- _____ – El presente como historia. México: UNAM-CEIICH, 2008b.
- GUERRERO, Diego – La explotación: trabajo y capital en España (1954-2001) (mimeo).
- GUILLÉN ROMO, Arturo – Imperialismo y ley del valor. México: Nuestro Tiempo, 1981.
- ILIENKOV – Lógica Dialéctica: ensayos de historia y teoría. Moscú: Progreso, 1977.
- JESSOP, Bob – The capitalist State: marxist theories and methods. New York: New York University Press, 1981.
- JUANES, Jorge – Marx o la crítica de la economía política como fundamento.

- México: UAP, 1982.
- KAGARLITSKY, Boris – Los intelectuales y el estado soviético de 1917 al presente. Buenos Aires: Prometeo, 2005.
- KOHAN, Néstor – Con sangre en las venas: apuntes polémicos sobre la revolución, los sueños, las pasiones y el marxismo desde América Latina. Bogotá: Ocean Sur, 2007.
- LAPIN, N. – El Joven Marx. URSS: Editorial Progreso, 1983.
- LEWIN, Moshe – El siglo soviético: ¿qué sucedió realmente en la Unión Soviética?. Barcelona: Crítica, 2006.
- MARX, Carlos – El Capital: crítica de la economía política. Tomo I. Volumen I. vigesimoséptima edición. México: Siglo XXI, 2007.
- MAZZONE, Alessandro – Il feticismo del capitale: una struttura storico-formale. In: Problemi teorici del marxismo. Italia: Critica Marxista – Riuniti, 1976.
- MUSTO, Marcello – Los Grundrisse de Marx, 150 años después. In: http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/taller/musto_310109.html consultada el 2 de marzo de 2009a.
- _____ – Karl Marx's Grundrisse: Foundations of the critique of political economy 150 years later. Nueva York: Routledge, 2008b.
- _____ – Karl Marx: la indiscreta fascinación de lo inacabado. In: Dialéctica. Nueva época. No. 37. BUAP, 2005c.
- NAPOLEONI, Claudio – Lecciones sobre el capítulo sexto (inédito) de Marx. México: Era, 1976.
- NEGRI, Antonio – Marx más allá de Marx. Barcelona: Akal, 2001.
- POSTONE, Moishe – Time, labor, and social domination. England: Cambridge University Press, 1993.
- PŠENNIKOV, S. – The working class in the world revolutionary process. Nauka (URSS), 1988.
- PSYCHOPEDIS, Kostas – La crisis de la teoría en las ciencias sociales contemporáneas. En Bonefeld Werner y Holloway John (comps.). ¿Un nuevo Estado?: debate sobre la reestructuración del Estado y el Capital. México: Ediciones Cambio XXI-Fontamara, 1994.
- RUBEL, Maximilien – Marx sin mito. Barcelona: Octaedro, 2003.
- THERBORN, Goran – Ciencia, clase y sociedad. Madrid: Siglo XXI, 1980.
- VALENZUELA, Feijóo – S. L. Vigodsky y el capitalismo contemporáneo. In: Economía política del imperialismo: autores europeos. México: IIEc, 1985.

- VARGAS LOZANO, Gabriel – Intervenciones filosóficas: ¿qué hacer con la filosofía en América Latina?. México: UAEM, 2007.
- VIGODSKI, Salomon L. – Ensayos sobre la teoría del capitalismo contemporáneo. Buenos Aires: Lautaro, 1964.
- _____ – La aportación de Lenin a la economía política del capitalismo. In: Lenin, gran teórico. Moscú: Editorial Progreso, 1972.
- _____ – Un libro imperecedero. Moscú. s/i, s/f. (Años sesenta).
- _____ – The story of a great discovery: how Karl Marx wrote “capital”. Berlín: Verlag. 1973.
- _____ – Il pensiero economico di Marx. Roma: Riuniti, 1975.
- _____ – ¿Por qué no envejece “el capital” de Marx?. Madrid: Villalar, 1978.
- _____ – Surplus value. In: Great Soviet Encyclopedia, Vol. 20, United States of America: MacMillan Educational Corporation, 1979.
- _____ – Teoría económica marxista: seguimiento y evolución. México: Nuestro Tiempo, 1983.
- SOKOLINSKY, Z. V. – Las teorías de la acumulación. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1970.
- ZUBOK, Vladislav – Un imperio fallido: la Unión Soviética durante la Guerra Fría. Barcelona: Crítica, 2008.

Notas

- 1 http://www.jewishgen.org/Belarus/rje_v.htm, consultada en 20 de abril de 2009.
- 2 <http://www.marxists.org/archive/vygodsky/biographicalsketch.htm> (En ruso), consultada el 23 de junio de 2010.
- 3 <http://www.marxists.org/archive/vygodsky/bibliography.htm>
- 4 http://www.socialismo-o-barbarie.org/imperialismo_s_xxi/callinicos_toni_negri_en_perspectiva.htm
- 5 Cf. Musto Marcello – Los Grundrisse de Marx, 150 años después. Disponible en http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/taller/musto_310109.html consultada el 2 de marzo de 2009.
- 6 De este trabajo existe una edición argentina anterior, titulada Vigencia del marxismo, publicada por Ediciones Estudio, Buenos Aires, en 1976.
- 7 Musto Marcello – Karl Marx: la indiscreta fascinación de lo inacabado. In: Dialéctica, Nueva época, No. 37, BUAP, 2005, p. 175.

Normas para apresentação de artigos, comunicações e resenhas

1. Os artigos, comunicações e resenhas encaminhados à REVISTA, que se encontrarem dentro da ORIENTAÇÃO EDITORIAL (abaixo transcrita), serão submetidos à apreciação de pelo menos dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos *ad-hoc*.

2. Os trabalhos submetidos à REVISTA deverão ser originais. Em casos especiais, será aceita a publicação simultânea em outras revistas estrangeiras ou nacionais.

3. A remessa de originais à REVISTA implica a autorização para sua publicação pelo autor. Não serão pagos direitos autorais.

4. Os artigos devem conter título, autor(es), crédito(s) do(s) autor(es) e serem acompanhados de um resumo de no máximo 10 linhas e palavras-chave em português e inglês. Em folha separada do corpo do texto, colocar o endereço completo para correspondência (incluindo telefone, fax e correio eletrônico)

5. Enviar o texto para o email sep@sep.org.br ou para os editores responsáveis, com a seguinte formatação, em Word for Windows:

– Margens: de 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior.

– Fonte: times new roman, 12 pontos e entrelinhas com 1,5 de espaçamento.

– Tamanho: máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos. Para as comunicações e resenhas o limite é de 4 laudas. Incluir neste limite as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações.

– Apresentar as tabelas, gráficos e figuras em preto e branco; numerados, e, se estiverem em arquivo separado, colocar a indicação precisa de sua posição no texto. As notas vão para o final do texto e não no rodapé.

6. O formato das referências bibliográficas é o seguinte: (MARX, 1982, p. 124). As referências bibliográficas completas devem ser colocadas no final do texto e conter apenas as obras citadas, conforme exemplos abaixo:

• *Livro:*

PACKARD, Vance. *Estratégia do desperdício*. São Paulo: Ibrasa, 1965.

• *Capítulo de livro ou parte de obra coletiva:*

VOINEA, Serban. Aspects sociaux de la décolonisation. In: FAY, Victor. *En partant da Capital*. Paris: Anthropos, 1968. p. 297-333.

• *Artigo publicado em periódico:*

YATSUDA, Enid. Valdomiro Silveira e o dialeto caipira. *Revista Novos Rumos*. São Paulo: Novos Rumos, Ano 1, n. 2. p. 27-40, 1986.

• *Artigo publicado em Anais:*

DUFOURT. D. Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation étatique. In: COLLOQUE ETAT ET REGIILATIONS, 1980, Lyon. *Anais do ColloqueÉtatetRégulations*. Lyon: PUF, 1980. p. 49-72.

• *Teses, dissertações e monografias:*

CRISENOY, Chantal de. *Lénine face aux moujiks*. Tese (Doutorado de 3º ciclo em Ciências Sociais) - École de Hautes Études en Sciences Sociales - Paris, 1975.

• *Outros Documentos:*

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil - 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Orientação Editorial

A Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política tem publicado e continuará publicando artigos científicos de diversas tendências teóricas – inspiradas sejam em Marx, Keynes, Schumpeter entre outros – desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e que não tratam a sociedade como mera natureza. Em suma, ela discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, ademais, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento. Dentro dessa orientação editorial e desde que estejam respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a Revista da SEP mantém o compromisso de que os artigos recebidos serão julgados isonomicamente, pelo critério da dupla revisão.